

**4º Seminário
de Extensão**
da Universidade Fumec
08 a 10 de maio de 2007



Caderno de Artigos 2006

**4º Seminário
de Extensão**
da Universidade Fumec
08 a 10 de maio de 2007

Caderno de Artigos



Ficha Técnica – Caderno de Artigos – 4º Seminário de Extensão da Universidade FUMEC

Organização e avaliação dos textos

CoExt/FUMEC: Prof. Osvaldo Manoel Corrêa, Prof. Eduardo Chahud, Prof. Emerson Tardieu A. Pereira Jr., Prof.^a Stella Maris Nassif Dias C. Pinto, Prof.^a Sandra M. das Graças Maruch Tonelli

Apoio Técnico: Tania Porto Guimarães Veloso e Cristiane Patrícia de Paula Santos

Seminário de Extensão da Universidade FUMEC.

(4:2007: Belo Horizonte. M. G.)

IV Seminário de Extensão da Universidade FUMEC, 08-10 de maio . Belo Horizonte, FUMEC, 2007.

113p (Caderno de Artigos)

ISBN 978-85-99359-13-6

1 – Extensão Universitária – Seminário. I.Título. II. FUMEC. III. Série.

CDU:37.715.0

CONSELHO DE CURADORES

Av. Afonso Pena, 4171
Bairro Mangabeiras
CEP.: 30130-009
Belo Horizonte/MG
Tel./Fax: (31) 3227-5100
Site: www.fumec.br
E-mail: fundacao@face.fumec.br

CONSELHEIROS EFETIVOS
Presidente da Fundação
Prof. Emerson Tardieu de Aguiar Pereira Júnior
Prof. Ricardo José Vaz Tolentino - Vice-Presidente da Fundação
Prof. Marco Túlio de Freitas
Prof. Pedro Arthur Victor
Prof. Oswaldo Teixeira Baião Filho
Prof. Ricardo José Barbosa Bahia

UNIVERSIDADE FUMEC

Av. Afonso Pena, 3880/4º andar
Bairro Cruzeiro
CEP: 30.130-009
Belo Horizonte/MG
Tel. (31) 3269-5200
Fax.: (31) 3269-5206
E-mail: reitoria@fumec.br

REITORA
Prof.^a Romilda Rachel Soares Silva

VICE-REITORA
Prof.^a Maria Carmen Gomes Lopes

PRÓ-REITORA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
Prof.^a Divina S. Lara Vivas

GESTOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO
Prof. Emiliano Vital de Souza

SETOR DE EXTENSÃO
Prof. Osvaldo Manoel Corrêa (coord.)

SETOR DE EDUCAÇÃO MEDIADA POR TECNOLOGIA INTERATIVA (i.neti)
Prof. Paulo Henrique Vieira Magalhães (coord.)

SETOR DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
Prof. Eduardo Martins de Lima (coord.)

SETOR DE REGISTRO E INFORMAÇÕES ACADÊMICAS
Marília Ceolin Correa (coord.)

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO
Prof.^a Maria Helena de Oliveira Guimarães (coord.)

COMISSÃO DE EXTENSÃO (CoExt 2005/2006)
Prof. Osvaldo Manoel Corrêa (coord.)
Prof. Eduardo Chahud
Prof. Emerson Tardieu A. Pereira Jr.
Prof.^a Stella Maris Nassif Dias C. Pinto
Prof. Sandra Maria das Graças Maruch Tonelli

FACULDADES DA UNIVERSIDADE FUMEC

FACULDADE DE CIÊNCIAS EMPRESARIAIS (FACE)
Diretora Geral - Prof.^a Maria da Conceição Rocha
Gestor de Ensino - Prof. Fernando Francisco Soares Rocha
Gestor Administrativo-financeiro - Prof. Antônio Thomé Loures

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS (FCH)
Diretora Geral - Prof.^a Audineta Alves de Carvalho de Castro
Gestor de Ensino - Prof. Rosemiro Pereira Leal
Gestor Administrativo-financeiro - Prof. Bruno de Moraes Ribeiro

FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE (FCS)
Gestor - Prof. Ramon Moreira Cosenza
Assessora Administrativo-financeira - Prof.^a Juliana do Couto Bemfica

FACULDADE DE ENGENHARIA E ARQUITETURA (FEA)
Diretor Geral - Prof. Luiz de Lacerda Júnior
Gestor de Ensino - Prof. Lúcio Flávio Nunes Moreira
Gestor Administrativo-financeiro - Prof. Fernando Antônio Lopes Reis

SUMÁRIO

Apresentação	6
A música mineira fora do ar: os sons das Gerais que as rádios não tocam	12
A qualificação profissional como fator de diminuição da pobreza: uma experiência real	18
Análise das demandas sociais na área de saúde na comunidade do Município de Nova Lima/MG: um passo para a melhoria da qualidade de vida e promoção da saúde	20
Artesanato Solidário no Barreiro: coleção 9+1	24
Avaliação do Programa Banco de Alimentos: identificando indicadores	29
Balanco Social: uma ferramenta a partir das demonstrações contábeis	35
Creating Options Through Empowerment: The Vila Nossa Sra de Fátima Initiative	43
Dificuldades de aprendizagem: contribuições da Psicologia e Pedagogia	51
Escritório de Negócios do Barreiro: Geração de Renda para Idosos de Baixa Renda a partir de uma ação consorciada	58
Ginástica Laboral – Parceria SLU - Universidade FUMEC	64
História e Memória dos Negros do Rosário em Belo Horizonte.....	67
Inclusão Digital para Adolescentes e Idosos	71
Informática para pessoas na terceira idade: inclusão digital ou cidadania?	75
Liberdade	81
Melhor Idade em ação II.....	84
Memórias da Creche Nosso Abrigo: resgate histórico	87

“Menino no Parque” e a Belo Horizonte que (não) se vê: Finalizando um projeto social de turismo e lazer	95
O Catálogo de Projeto como instrumento de multiplicação do conhecimento acadêmico	99
Projeto “Posso Ajudar”: Uma proposta de humanização em saúde	102
Projeto “Todos por Todos - AME/FUMEC educando além da escola”	105
Projeto de Qualificação de Mão-de-obra – PRMO	107
Veículo do saber: uma via de mão dupla na formação de acadêmicos e de catadores de papel em Belo Horizonte	110

APRESENTAÇÃO

Com merecida sensação de êxito, estamos abrindo o Caderno do 4.º Seminário de Extensão da Universidade FUMEC.

Produzido por professores e alunos, e sustentado com recursos basicamente da própria FUMEC, o conteúdo deste Caderno, graficamente simbólico, representa mais uma estação, no tempo e no espaço. Em comparação com o desejável, sobretudo num país em desenvolvimento, nossa produção, convenhamos, ainda é modesta. Com efeito, a meta a ser alcançada é distante, quase uma miragem: viver em sintonia com a sociedade, ora em espaçosas avenidas de mão dupla ora por caminhos nunca dantes desbravados. Tudo isso faz parte da missão denominada, unilateralmente, extensão universitária, quando, na verdade, a extensão que vem de fora, extensão comunitária, exógena, carreando necessidades, reivindicações e significativas contribuições vale tanto quanto o que a Universidade pode e deve oferecer. Ou mais. À semelhança da palavra “elevador”, que sobe e desce, a extensão não apenas estende, ela vai e vem, abraça e é abraçada. Envolvente e meritória, a extensão tem caráter político-social. Diversificada, pois, é a temática dos artigos como diversificada é a riqueza de possibilidades das atividades de extensão, incluindo canto coral, campeonatos desportivos e feiras temáticas, intervenção em comunidades carentes e prestação de serviços comunitários, Projeto Rondon, integração com a comunidade. A Universidade FUMEC já opera sistematicamente em quatro frentes: atividades esportivas; ação comunitária; apoio à cultura; atividades acadêmico-profissionais.

Propiciar aos alunos e professores contato com realidades multifacetadas e estimular ações para o atendimento de demandas sociais; contribuir para a transformação da sociedade pela formação de profissionais responsáveis e comprometidos com o social, com a justiça e a ética. A Universidade FUMEC vem se dedicando, com determinação e denodo, a essa vertente de sua tríplice missão, que, ao mesmo tempo, revitaliza a pesquisa e potencializa o ensino.

Pela síntese dos resultados constante deste Caderno, verifica-se que os projetos de Extensão cobrem diversas áreas dos cursos de graduação oferecidos pela Instituição e que as atividades extensionistas estimulam a prática interdisciplinar pelo intercâmbio de conhecimentos. Com isso, desenvolve-se o fluxo de informação entre os diversos cursos. A Universidade se fortalece e, em sinergia, sintoniza esforços e colhe mais resultados. Que resultados? Veja nesta edição, neste caderno periódico, que é registro, prestação de contas e, ao mesmo tempo, posição estimada, resgate de bússola, norte, guia, mãos dadas, compromisso social, projeto pedagógico consolidado.

Professora Romilda Rachel Soares da Silva

Reitora da Universidade FUMEC

PROJETOS DE EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE FUMEC - 2006

1 – Projetos Interunidades

Coral da FUMEC
Coordenação: Maestro Lindomar Gomes

Coral Pedro Aleixo
Coordenação: Maestro Lindomar Gomes

Festival de Corais de BH
Coordenação: Maestro Lindomar Gomes

Desportivo Sócio Cultural (FACE/ FCH/ FCS/ FEA)
Coordenação: Professora Licène França

Inclusão Social para Adolescentes e Idosos (FACE/ FCS)
Coordenação: Professoras Renata de Sousa Tolentino e Sílvia Albuquerque Calmon
Cursos: Ciência da Computação e Terapia Ocupacional

Projeto Rondon
Coordenação: Professor Tadeu Otávio Sales Sampaio

2 – Projetos desenvolvidos nas Unidades

2.1 – Projetos de Extensão da FACE

Capacitação de Recursos na área de Hospitalidade
Coordenadora: Professora Elaine Porto Guimarães
Curso: Turismo – Gestão em Hotelaria

Creating Options Through Empowerment: The Vila Nossa Sra de Fátima Initiative
Coordenador: Professor Lincoln Mourão
Curso: Administração

Escritório de Negócios do Barreiro
Coordenadora: Professora Rosa Maria Abreu Barros
Curso: Ciências Contábeis

Escritório de Negócios do Barreiro: Geração de Renda para Idosos a partir de uma ação consorciada
Coordenador: Professor Lincoln Mourão
Curso: Administração

Formação de Profissionais de Vendas
Coordenação: Professor Clodoaldo Lopes Nizza
Curso: Administração

Manutenção do CEPETURH
Coordenador: José Henrique Silva Júnior
Curso: Turismo – Gestão em Hotelaria

Memórias da Creche Nosso: resgate histórico
Coordenação: Professora Rita Lages Rodrigues
Curso: Turismo – Gestão em Hotelaria

Menino no parque e a Belo Horizonte que não se vê: Turismo e lazer na construção da cidadania
Coordenação: Professora Vânia de Fátima Noronha
Curso: Turismo – Gestão em Hotelaria

O Turismo na Terceira Idade na cidade de Belo Horizonte
Coordenação: Professora Elaine Porto Guimarães
Curso: Turismo – Gestão em Hotelaria

2.2. Projetos de Extensão da FCH

A música mineira fora do ar: os sons das Gerais que as rádios não tocam
Coordenação: Professor Getúlio N. de Faria Távora
Curso: Comunicação Social

Contribuições para a Sistematização das práticas pedagógicas e educativas em uma creche
Coordenação: Professoras Thaís Estevanato e Custódio Cruz de Oliveira e Silva
Cursos: Pedagogia e Psicologia

Curso de Alfabetização e Letramento de Adultos Maduros
Coordenação: Professoras Maria da Penha Esteves e Cleonice Alencar Bahia
Cursos: Pedagogia e Psicologia

Dificuldades de aprendizagem: contribuições da Psicologia e Pedagogia
Coordenação: Professores Valéria Barbosa de Resende e Carmen Cristina Rodrigues Schffer
Cursos: Pedagogia e Psicologia

Escola de Informática para maioria
Coordenação: Professora Eunice M^a Rocha de Moraes
Curso: Cuidador de Idosos

Jornal “O Locutor”
Coordenação: Professores Carlos Alexandre Freire e João Batista de Mendonça
Cursos: Comunicação Social e Psicologia

2.3. Projetos de Extensão da FCS

A Universidade no desafio da promoção da Saúde: uma parceria FCS/FUMEC e o Programa Banco de Alimentos
Coordenação: Professora Marisa Antonini
Curso: Enfermagem

Estudo para reconhecimento de demandas sociais na área de saúde na comunidade do município de Nova Lima-MG
Coordenação: Professora Mariana Gontijo Ramos
Curso: Biomedicina

Ginástica Laboral - Parceria SLU- Universidade FUMEC
Coordenação: Professora Claudia Ferreira Mazzoni
Curso: Fisioterapia

III Competição de navegação utilizando o sistema de posicionamento via satélite – GPS
Coordenação: Professor Maurício Teixeira dos Santos
Curso: Educação Física

Melhor Idade em ação II
Coordenação: Professora Sandra Maruch Tonelli
Curso: Biomedicina

Posso Ajudar
Coordenação: Professora Letícia C. Lacerda
Curso: Enfermagem

Todos por todos: “AME/FUMEC educando além da escola”
Coordenação: Professora Ana Maria Parizzi
Curso: Fonoaudiologia

2.4. Projetos de Extensão da FEA

Arquitetura da família – Projeto de educação ambiental e ação preventiva e corretiva no Bairro Nova Vista

Coordenação: Professora Cláudia Pires

Curso: Arquitetura e Urbanismo

Artesanato Solidário: Capacitação para melhoria da qualidade da produção artesanal

Coordenação: Professora Natacha Silva Araújo Rena

Curso: Design de Interiores

Assistência Tecnológica e Científica à Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Rio Abaixo no tratamento de água para consumo humano

Coordenação: Professor João Carlos de Castro Silva

Cursos: Engenharia e Engenharia Civil

Catálogo Sempre Savassi: Design, Cultura e Artesanato Solidário

Coordenação: Professora Juliana Pontes Ribeiro

Curso: Design Gráfico

Liberdade: Sete olhares sobre a Praça da Liberdade

Coordenação: Professor Alexandre Monteiro de Menezes

Curso: Arquitetura

Programa de Qualificação de Mão-de-obra

Coordenação: Professora Enid Carneiro Drumond

Curso: Engenharia Civil

Sempre Savassi: Design, Cultura e Artesanato

Coordenação: Professora Cássia Macieira

Curso: Design de Moda

Veículo do saber: capacitação dos agentes ambientais de limpeza

Coordenação: Professor Flávio Fabrino Negrão Azevedo

Curso: Engenharia Ambiental

Veículo movido à energia humana – Fase II

Coordenação: Professores Luiz Severiano Dutra e Eliseu Resende

Curso: Design de Produto

A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL COMO FATOR DE DIMINUIÇÃO DA POBREZA: UMA EXPERIÊNCIA REAL

Professor Clodoaldo Lopes Nizza

RESUMO

O presente trabalho descreve a realização de um projeto de extensão realizado no ano de 2006 pela Universidade Fumec – Fundação Mineira de Educação e Cultura, que teve como âncora a idealização de um curso de vendas como opção para a melhoria da empregabilidade de jovens moradores de áreas de risco na cidade de Belo Horizonte.

Tentou-se promover o incremento da renda das famílias através da qualificação de seus membros mais jovens, uma vez que estes possuem uma dificuldade aumentada na busca de seu primeiro emprego, seja pela condição sócio-econômica, seja pela condição instrucional ou ainda pela falta de experiência nas diversas áreas demandadas pelas empresas.

1 – INTRODUÇÃO

A escada do arrocho da renda familiar vem trazendo a desesperança para muitas famílias das classes menos abastadas, e muitas vezes tal desesperança vem acompanhada de outros fatores, como a aproximação das drogas e a violência. Faz-se necessária a obtenção de conhecimentos específicos para que essas pessoas possam pleitear um emprego formal no mercado de trabalho.

Um dos possíveis caminhos para a solução do problema é a qualificação profissional, no intuito de facilitar o acesso às vagas ofertadas no mercado e, como resultado, atingir uma melhoria financeira para as famílias de baixa renda.

2 – OBJETIVOS

Promover a inserção de jovens carentes no mercado de trabalho, através da melhoria de conhecimentos específicos em atividades comerciais.

3 – METODOLOGIA

O projeto foi organizado em duas fases. A primeira fase, de caráter organizacional, teve como objetivo a organização geral, que envolveu a preparação inicial e a seleção de participantes.

3.1 – ORGANIZAÇÃO GERAL

A organização geral envolveu distribuição de datas, criação de apostilas, preparação da logística de alimentação, e demais assuntos periféricos à sala de aula ou ao treinamento propriamente dito. Nesta fase foram envolvidos outros setores da Universidade, como a prefeitura, a copa, e os setores de xerox e recursos audiovisuais.

Envolvendo as cadeiras de Administração Mercadológica I e II e Administração de Marketing e Vendas no Varejo, com carga horária definida de 66 horas/aula, em caráter presencial, as aulas foram programadas para se realizarem todas as quintas-feiras, de 14:00 às 15:40 e de 15:50 às 17:30.

Foi prevista a aplicação de seis módulos, a saber: Produtividade em Vendas no Varejo (12 horas/aula); Vendas Externas (12 horas/aula); Telemarketing (09 horas/aula); Marketing Básico (12 horas/aula); Promoção (09 horas/aula); e Gerência e Supervisão de Lojas (12 horas/aula). Cada módulo e seus devidos conteúdos programáticos tiveram por finalidade formar um profissional de varejo mais completo, que pudesse atuar nas diversas frentes oferecidas pelo setor de vendas.

Os módulos foram independentes e utilizaram aulas expositivas, simulações, filmes e exercícios. Foi realizada uma avaliação, ao final de cada módulo, através de provas individuais. Os participantes deveriam obter uma média mínima de 70 pontos para obterem o certificado de conclusão, o que gerou um maior comprometimento por parte dos mesmos.

3.2 – SELEÇÃO DOS PARTICIPANTES

Já a fase de seleção dos participantes visou seu nivelamento por idade e perfil sócio-econômico. Para tal, a participação de entidades parceiras fez-se extremamente necessária, uma vez que as mesmas detinham conhecimento específico sobre o público-alvo do projeto.

3.3 – PARTICIPAÇÃO DAS ENTIDADES PARCEIRAS

Para participarem deste projeto, foram convidadas duas entidades parceiras: AMAS e Rede Cidadã. A AMAS seria a parceira do primeiro semestre e a Rede Cidadã a parceira do segundo semestre, a fim de podermos alcançar públicos diversos dentro da cidade de Belo Horizonte.

No início dos trabalhos com a AMAS, foram realizadas visitas para apresentação do projeto e formalização da parceria, através da qual a Universidade FUMEC participaria com a execução e os custos de todo o projeto e a AMAS com a indicação e seleção dos participantes a serem beneficiados pelo projeto. O primeiro semestre de 2006 não foi o suficiente para se concluir a montagem da turma de 35 alunos.

No segundo semestre, a Rede Cidadã foi contatada e convidada formalmente para a efetivação da parceria, nos mesmos moldes anteriormente propostos. Conseguiu-se a indicação de 65 jovens, na tentativa de tentar beneficiar o número máximo previsto no projeto como um todo, porém em apenas um semestre.

Após diversos encontros, que foram realizados até meados de setembro, ficou acertada a realização de apenas um módulo, em consequência da dificuldade de transporte diário para os participantes, uma vez que não existia uma verba prevista para este tipo de gasto.

4 – RESULTADOS

Apesar das dificuldades encontradas na aplicação deste projeto de extensão, os resultados podem ser considerados extremamente animadores do que tange ao seu objetivo. Dos 62 alunos que ingressaram, 48 concluíram o módulo básico - Produtividade em Vendas no Varejo. Dos 14 desistentes, verificou-se que 05 se empregaram em setores ligados ao curso de extensão (vendedor, caixa, balconista ou atendente), antes mesmo da conclusão, o que tornou o horário incompatível com sua atividade profissional.

Durante as atividades, pôde-se perceber o desenvolvimento da capacidade do público-alvo selecionado para exercer as funções objeto do treinamento, ficando claro que o projeto foi elaborado de acordo com as reais necessidades dos alunos.

5 – FATORES DE LIMITAÇÃO E SUGESTÕES PARA MELHORIAS NO PROJETO

Como qualquer projeto implantado pela primeira vez, surgiram fatores que limitaram a realização dos objetivos. Percebe-se que o projeto poderia ter um resultado mais efetivo através de mudanças em alguns pontos, quais sejam:

- a. Melhoria no esclarecimento sobre o projeto para os parceiros envolvidos, no que tange a prazos e ao funcionamento da Universidade;
- b. Contratação de um estagiário para ajudar na condução das tarefas burocráticas e de organização, como xerox, lanches, digitação e acompanhamento do processo;
- c. Inclusão de verba para transporte dos participantes, visto que as condições econômicas dos mesmos não permitem tal investimento;
- d. Criação de módulos de informática aplicada ao setor de vendas (Excel, Word, e outros), com o objetivo de aumentar as chances de ingresso dos participantes no mercado de trabalho;
- e. Mudança nos dias de realização do curso, para evitar o abandono. A realização das aulas apenas uma vez por semana promove um afastamento do compromisso.

ANÁLISE DAS DEMANDAS SOCIAIS NA ÁREA DE SAÚDE NA COMUNIDADE DO MUNICÍPIO DE NOVA LIMA: UM PASSO PARA A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA E PROMOÇÃO DA SAÚDE.

EQUIPE

Zama MF, Stransky SL, Rezende FS, Chamon EC, Assis FG, Teixeira HA Faria TG, Ramos MG, Neves SRS, Barbosa MA.

RESUMO

O objetivo deste estudo foi realizar um levantamento de demanda social na área de saúde no Município de Nova Lima, MG, Brasil, na tentativa de detectar os principais problemas de saúde desta comunidade e de proporcionar a inserção de alunos da graduação da Universidade FUMEC em ações comunitárias. A amostragem foi feita através de coleta de dados na policlínica do município e em seis postos de saúde da região, e envolveu a aplicação de um questionário que foi elaborado utilizando-se como base alguns dados obtidos sobre o Município de Nova Lima, a partir das informações do DATASUS. O questionário foi aplicado em forma de entrevista oral a cada indivíduo, visando identificar as condições básicas e os principais problemas de saúde relatados pelos usuários da rede pública de saúde do município. O número de pessoas entrevistadas totalizou uma amostra de 360 habitantes, pertencentes a 43 bairros do município. A idade média dos entrevistados foi de 42 anos com desvio padrão de 17 anos. Dentre os entrevistados, a maioria era de mulheres casadas. O problema de saúde mais relatado pelos entrevistados foi a caxumba, seguido por sarampo e sinusite, além de outros problemas respiratórios. No grupo feminino estudado, encontramos uma taxa de aborto de 24,5%. Foram avaliados também fatores de risco para doenças cardíacas, como o índice de massa corporal (IMC). A maioria dos indivíduos (60%) apresentou o IMC

normal. A porcentagem de indivíduos com sobrepeso foi de 25%, com IMC abaixo do normal foi de 10%, e com obesidade foi de 8%. Acreditamos que a identificação dos principais problemas de saúde na comunidade estudada, juntamente com o conhecimento de outras alterações sociais e ambientais, pode permitir a elaboração de estratégias e medidas de prevenção e controle, numa tentativa de melhorar a qualidade de vida da população.

1 – INTRODUÇÃO

A mensuração do estado de saúde da população é uma tradição em saúde pública. Teve seu início com o registro sistemático de dados de mortalidade e de sobrevivência. No Brasil, a organização dos serviços de saúde é de tipo misto, havendo um sistema público, o Sistema Único de Saúde, e um sistema privado (Almeida, 2006). A utilização de serviços de saúde é um comportamento complexo resultante de um conjunto amplo de determinantes que incluem as características de organização da oferta e as características sócio-demográficas dos usuários (Travassos, 2004). Em alguns casos, a demanda dos usuários é maior que a capacidade de um determinado serviço de saúde, o que leva os indivíduos a não ter o hábito de freqüentar constantemente os serviços de saúde mais próximos às suas residências. Além disso, alguns problemas de saúde crônicos podem ser de difícil identificação imediata, requerendo análises através de exames mais sofisticados, muitas vezes não disponíveis. Estes e outros fatores tornam a identificação e análise dos problemas de saúde de uma comunidade bastante complexa. Existem informações obtidas através do DATASUS sobre morbidade da população dos municípios brasileiros, incluindo o município de Nova Lima, situado na região metropolitana de Belo Horizonte. No entanto, tais dados são concentrados nas principais causas de óbito. Esses dados nos sugerem alguns dos problemas centrais de saúde da população. No entanto, alguns problemas de saúde comuns podem não ser detectados somente pela morbidade. Entre eles se destacam doenças crônicas, doenças sem maior gravidade, mas que podem causar incômodo, como alergias, problemas reprodutivos envolvendo dificuldades para engravidar ou abortos, e riscos de doenças como diabetes e doenças cardíacas, que podem ser monitoradas com base em alguns hábitos do indivíduo. Embora as informações básicas dos estudos epidemiológicos sejam as derivadas dos registros de serviços médicos e registros de óbitos, as entrevistas realizadas na comunidade sempre representaram um material rico para investigações na área da saúde. A partir destas constatações, acreditamos ser importante uma avaliação dos parâmetros gerais de saúde de uma comunidade, na tentativa de identificar os problemas de saúde mais freqüentes na população. A identificação dos problemas

de saúde permite, muitas vezes, a adoção de práticas de saúde para conscientizar e alertar a população, e assim aumentar a chance de prevenção ou retardar o desenvolvimento de algumas doenças e problemas de saúde. Esse conjunto de ações tem como objetivo principal a melhoria da qualidade de vida da comunidade. Em nosso trabalho, foi escolhido o município de Nova Lima por ser onde se encontra a Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade FUMEC Universidade e pela facilidade de contato com a Secretaria de Saúde da região. Além disso, não foram encontrados na literatura dados referentes aos principais problemas e às condições de saúde de usuários da rede de saúde pública desta região.

2 – OBJETIVO

O objetivo deste trabalho foi realizar um levantamento de demanda social na área de saúde no Município de Nova Lima, na tentativa de detectar os principais problemas de saúde desta comunidade. O trabalho também teve como objetivo proporcionar a inserção de alunos da graduação da Universidade FUMEC em ações comunitárias que favoreçam o desenvolvendo da sua capacidade de acompanhamento e intervenção nas demandas sociais.

3 – MATERIAIS E MÉTODOS

O Estado de Minas Gerais é composto por 853 municípios, dentre eles o de Nova Lima. A escolha foi realizada em função da localização da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade FUMEC e das facilidades de contato com os gestores do município. O município faz fronteira com a região centro-sul de Belo Horizonte, sua população estimada para 2007 é de 74.584 habitantes (IBGE), e possui 10 postos públicos de atendimento primário à saúde, um hospital e uma policlínica.

A amostragem foi feita através de coleta de dados em seis postos de saúde e na policlínica. A seleção dos postos a serem visitados foi feita através de consulta à coordenadora dos postos de saúde do município de Nova Lima, de acordo com a necessidade e demanda de cada posto. Foram escolhidos os postos com maior movimento e que atendem a uma população de mais baixa renda.

A coleta de dados foi feita através de aplicação de um questionário, previamente elaborado, aos indivíduos freqüentadores dos postos de saúde e da policlínica. O questionário foi elaborado utilizando-se como base alguns dados obtidos sobre o município de Nova Lima, a partir das informações do DATASUS. O questionário foi elaborado com questões de respostas pré-definidas (múltipla escolha) ou não, que visavam identificar as condições

básicas e os principais problemas de saúde relatados pelos usuários da rede pública de saúde do município.

Os 360 questionários foram aplicados em forma de entrevista oral com cada indivíduo, e explicados de maneira clara e objetiva.

4 – RESULTADOS

Os dados do Censo de 2001, segundo o IBGE, indicaram que cerca de 21.825 habitantes têm de 4 a 7 anos de estudo e que a população é jovem, estando sua grande maioria entre 20 e 49 anos de idade.

A Tabela 1 apresenta as regiões em que se realizou a coleta de dados e o número de habitantes entrevistados em cada uma delas, totalizando uma amostra de 360 habitantes, pertencentes a 43 bairros da região do município. A idade média dos entrevistados é de 42 anos, com desvio padrão de 17 anos; a idade mínima é de 13, e a máxima é de 84 anos.

Dentre os entrevistados, a maioria é de mulheres casadas, 75,9% delas com filhos, sendo que 53,3% têm entre um e três filhos (Tabelas 2 e 3).

Tabela 1 - Localidades dos postos de saúde.

Localidade	F	%
Cabeceiras	15	4,2
CAIC	11	3,1
Cascalho	21	5,8
Cristais	76	21,1
Honório Bicalho	34	9,4
Jardim Canadá	29	8,1
Policlínica	107	29,7
Retiro	67	18,6
Total	360	100

Tabela 2 - Gênero dos entrevistados.

Gênero	F	%
Feminino	216	72,5
Masculino	99	27,5
Total	360	100

Tabela 3 - Estado civil dos entrevistados.

Estado Civil	F	%
Solteiro	102	28,3
Casado	191	53,1
Viúvo	38	10,6
Desquitado	27	7,5
Não respondeu	2	0,6
Total	360	100

O objetivo central do trabalho foi tentar identificar os principais problemas de saúde relatados pela população de usuários dos postos de saúde. O problema de saúde mais relatado pelos entrevistados foi a caxumba, seguido por sarampo e sinusite, além de outros problemas respiratórios (Tabela 4). Encontramos uma taxa de aborto de 24,5% no grupo feminino. Foram avaliados também fatores de risco para doenças cardíacas, como índice de massa corporal (IMC) e tabagismo. A Tabela 5 mostra as médias de peso e altura, e o IMC dos entrevistados. A maioria dos indivíduos (60%) apresentou IMC normal. A porcentagem de indivíduos com sobrepeso foi de 25%. Além disso, observamos que 10% dos indivíduos apresentaram IMC abaixo do normal e 8% eram obesos. Os dados estão representados na Figura 1. O índice de tabagismo observado não foi considerado alto, estando em torno de 17% de tabagistas e 12% de ex-tabagistas (Tabela 6).

Tabela 4 - Principais doenças relatadas pelos usuários de postos de saúde do município de Nova Lima.

Doenças Progressas	Sim	%*
Sinusite	119	33,06
Sarampo	148	41,11
Rinites e amigdalites	64	17,78
Caxumba	182	50,56
Infecção de ouvido	96	26,67
Labirintite	39	10,83
Meningite	02	0,56
Dengue	10	2,78
Hanseníase	02	0,56
Leishmaniose	02	0,56
Hepatite	11	3,06
Doenças Respiratórias	61	16,94

*Percentuais em relação ao tipo de doença

Tabela 5 - Parâmetros de composição corporal observados em usuários de postos de saúde do município de Nova Lima.

	Idade (anos)	Peso (kg)	Altura (m)	IMC
Média	42	66,6	1,64	24,5
Desvio padrão	17	13,3	0,09	4,6

Figura 1 – Índices de massa corporal de indivíduos frequentadores de postos de saúde do município de Nova Lima.

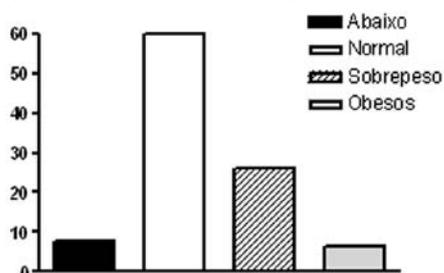


Tabela 6 - Tabagismo.

	Sim	%	Não	%
Tabagista	64	17,7	296	82,23
Ex-tabagista	43	11,94	317	88,06

5 – DISCUSSÃO

A meta norteadora do projeto foi a prática de ações sociais que visem favorecer a promoção da saúde e qualidade de vida da comunidade do município de Nova Lima, MG, Brasil. Entretanto, a proposta e o desenvolvimento de ações de qualidade pressupõem a existência de uma avaliação que, num primeiro momento, proporcione o conhecimento das demandas sociais, ressaltando, assim, os campos que requerem ações efetivas. Dessa forma, as diversas áreas profissionais terão a possibilidade de incorporar aos seus projetos as autênticas necessidades da comunidade.

Os resultados nos mostram que foi possível entrevistar indivíduos representantes da maior parte do município de Nova Lima, cobrindo amostras de 43 bairros. A maioria da população frequentadora dos postos era de jovens e mulheres, casados e com filhos. Neste trabalho foram excluídas as crianças, uma vez que o propósito foi analisar os problemas de saúde da população adulta.

O objetivo central do trabalho foi identificar os principais problemas de saúde relatados pela população. A principal doença relatada foi a caxumba. Esta doença não constitui uma grande preocupação para a saúde da população, uma vez que não é um problema recorrente. As doenças respiratórias também são consideradas um problema constantemente relatado pela população.

Um dado que chamou nossa atenção foi a grande incidência de abortos. Não foi possível nesta análise diferenciar entre a ocorrência de abortos espontâneos e provocados. A prática do aborto é considerada ilegal no Brasil, salvo em alguns casos (Rodrigues et al, 1993). No entanto, vários dados apontam para uma grande incidência de abortos provocados, principalmente em adolescentes (Massachs, 1995). As estatísticas e avaliações muitas vezes não apresentam dados que reflitam a realidade, uma vez que o tema envolve bastante polêmica, preconceitos, crenças e fatores sócio-culturais (Costa et al, 2001). Acreditamos, no entanto, que o alto índice de abortos constatado através deste trabalho seja significativo na população analisada, o que pode constituir um interessante e necessário alvo para posteriores ações junto à comunidade.

Uma das mais relevantes causas de morbidade da população brasileira e mundial na atualidade são as doenças cardíacas. Es-

tas doenças são resultantes de fatores genéticos e ambientais, incluindo hábitos da população, como alimentação e atividade física. Em nosso estudo, observamos que a maioria da população apresentou um IMC dentro do normal e uma taxa de obesidade em torno de 10%. Estas taxas podem refletir um índice de desnutrição ou subnutrição na população, uma vez que nosso estudo foi concentrado na população de baixa renda. A obesidade também resulta de fatores múltiplos, tais como genética, falta de acesso à informação e fatores sócio-culturais. O índice de tabagismo não foi considerado alto em nosso estudo, embora seja um potencial risco para o desenvolvimento de doenças cardiovasculares.

Este trabalho proporcionou um delineamento inicial de demandas sociais na área de saúde na comunidade do município de Nova Lima, um passo para a melhoria da qualidade de vida e promoção da saúde. Acreditamos que a identificação dos principais problemas de saúde na comunidade estudada, juntamente com o conhecimento de outras alterações sociais e ambientais, pode permitir a elaboração de estratégias e medidas de prevenção e controle, numa tentativa de melhorar a qualidade de vida da população. Essas medidas poderão envolver as Universidades, em parceria com órgãos oficiais e outras organizações da comunidade, na implementação de ações básicas de atenção à saúde.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Costa, M.C.O; Pinho F.J. & Martins, S. 1995. Aspectos psicossociais e sexuais de gestantes adolescentes em Belém-Pará. *Jornal de Pediatria* 71(3):151-157.

IBGE, Resultados da Amostra do Censo Demográfico 2000 - Malha municipal digital do Brasil: situação em 2001. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

IBGE, Resultados da Amostra do Censo Demográfico 2000.

Massachs, G. 1995. Mortalidade materna em Salvador. Dissertação de Mestrado. Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal da Bahia.

Ribeiro, M. C. S. A. et al. Perfil sócio-demográfico e padrão de utilização de serviços de saúde para usuários e não-usuários do SUS - PNAD 2003. *Ciênc. Saúde Coletiva*, Dez 2006, vol.11, no. 4, p. 1011-1022. ISSN 1413-8123.

Rodrigues, A.P et al. 1993. Gravidez na adolescência. *Femina* 21(1):199-223.

Travassos, C.; Martins M. 2004. Uma revisão sobre conceitos de acesso e utilização de serviços de saúde. *Cad Saúde Pública*; 20(Supl 2):S190-S198.

ARTESANATO SOLIDÁRIO NO BARREIRO: COLEÇÃO 9 + 1⁵

EQUIPE

Professora Coordenadora:
Natacha Silva Araújo Rena

Aluna bolsista:
Sara Carvalho Martinho

INTRODUÇÃO

O projeto de extensão ARTESANATO SOLIDÁRIO NO BARREIRO⁶ desenvolveu atividades de capacitação em artesanato e design, voltadas para grupos da terceira idade, no intuito de atingir uma melhoria na qualidade dos produtos artesanais já desenvolvidos pelos grupos existentes na região do Barreiro⁷. O projeto também teve a intenção de desenvolver uma coleção temática de almofadas, que resumisse os conhecimentos adquiridos ao longo de todo o processo.

Ao longo de 8 meses, 23 senhoras, pertencentes aos mais diversos grupos da terceira idade da região do Barreiro, foram capacitadas com aulas, palestras, visitas técnicas, oficinas e orientações individuais. O projeto contou com diversas parcerias: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte – Administração Regional Barreiro, que nos cedeu profissionais responsáveis pelos grupos da terceira idade da região; UNITEC – Nova Zelândia, com o suporte metodológico para ações de responsabilidade social; ASTIB – Associação da Terceira Idade e Idosos do Barreiro, representante oficial dos grupos regionais da terceira idade; Via Shopping, que nos cedeu espaço e equipamentos para o início do projeto.

O resultado efetivo do trabalho culminou numa coleção temática de 10 almofadas (9 quadradas e uma circular): Coleção 9 + 1. A metodologia utilizada levou em consideração um processo criativo onde as almofadas adquiriram temas individuais, no sentido de valorizar culturalmente os produtos, evitando a cópia, prática muito comum entre artesãos, e possibilitando a introdução de um maior valor agregado ao trabalho artesanal. O tema Memória foi um fio condutor de todo o processo de criação, possibilitando a elaboração de uma pesquisa conceitual mais ampla e comum a todas as artesãs. Ao mesmo tempo, elas foram incentivadas a criar almofadas com temas singulares, relacionados à história pessoal de cada uma.

UNIVERSIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL

Gostaríamos de criar aqui um parêntese para esclarecer nossa intensa participação em projetos de inclusão social envolvendo capacitação em artesanato e design. Acreditando na relação essencial entre Ensino, Pesquisa e Extensão, e na importância do envolvimento da universidade com as comunidades mais necessitadas de nossa sociedade, demos início, em 2003, a uma série de trabalhos relacionados a temas sociais. Um dos principais objetivos dos nossos projetos (de pesquisa e extensão) tem sido criar uma Linha de Pesquisa que possa auxiliar na conformação de um campo de saber transdisciplinar que legitime projetos acadêmicos para atuar de forma positiva e transformadora na sociedade.

O primeiro trabalho desenvolvido diretamente em comunidades com altos índices de vulnerabilidade social foi o Projeto Interdisciplinar de Pesquisa - TÁTICAS DE SOBREVIVÊNCIA⁸ -, coordenado por mim e pela Professora Cássia Macieira em 2003/2004. Nesta pesquisa, realizamos um vasto levantamento de inventos (resultados das táticas e estratégias de sobrevivência) dos moradores da Vila Ponta Porã, favela localizada na região central da cidade de Belo Horizonte. Construímos um catálogo de objetos e produtos do cotidiano que revelaram o enorme potencial criativo do cidadão comum, principalmente quando exposto a situações de precariedade financeira e habitacional.

⁵ Artigo produzido para o catálogo do PROEX da Universidade FUMEC pela Professora Natacha Rena, graduada em Arquitetura e Urbanismo pela UFMG, mestre em Arquitetura pela UFMG, doutora em Comunicação e Semiótica pela PUC de SP, professora dos cursos de graduação em Arquitetura e Urbanismo e Design de Interiores da Universidade FUMEC, e professora no curso de pós-graduação em Design e Cultura, também da Universidade FUMEC.

⁶ Este projeto está em sua fase final e foi realizado com a participação da aluna Sara Martinho.

⁷ Num âmbito mais geral, o projeto esteve integrado a outros dois projetos coordenados por professores do Curso de Administração da Universidade FUMEC, cujo objetivo era a criação de um Escritório de Negócios para que os produtos fossem comercializados.

⁸ Este Projeto Interdisciplinar de Pesquisa foi desenvolvido com apoio do PROPIC e contou com a participação da professora Cássia Macieira e de cinco alunos dos cursos de Design e de Arquitetura e Urbanismo.

⁹ Este projeto foi realizado com outras duas professoras do Curso de Design da Universidade FUMEC, Cássia Macieira e Juliana Pontes. A idéia que norteou o desenvolvimento deste trabalho foi a colaboração para a criação e o desenvolvimento de produtos com características conceituais e temáticas que pudessem agregar valor ao produto e, ao mesmo tempo, reduzir o tempo de produção.

Já os nossos trabalhos acadêmicos envolvendo Capacitação em Artesanato e Design, tiveram início em 2005/2006 com o projeto de extensão intitulado SEMPRE SAVASSI. DESIGN E CULTURA⁹ Este projeto envolveu diversas comunidades de artesãos e parcerias com instituições como CDL e SEBRAE. Ao construirmos uma metodologia adequada para a realização deste projeto, percebemos uma necessidade de desenvolvermos uma pesquisa conceitual mais consistente sobre questões como artesanato e suas relações com a arte e o design, a qual resultou na criação de um conceito chave para nós, o de Artesanato Urbano. Este conceito novo norteou todo o texto do catálogo da exposição realizada com os produtos, e, para nossa surpresa, foi selecionado pelo Museu da Casa Brasileira entre os melhores textos sobre design produzidos no Brasil no ano de 2006. Isso nos alertou para a carência de pesquisas que relacionem responsabilidade social dos designers e das universidades brasileiras, nos indicando um fértil caminho acadêmico a ser traçado. Em pouquíssimo tempo, atuando de forma integrada e com o apoio de diversas instituições parceiras, pudemos fazer com que a Universidade FUMEC venha se tornando uma instituição acadêmica com nítida competência no desenvolvimento de projetos de capacitação em artesanato, design, e inclusão social.

Outra atuação muito satisfatória foi a nossa participação no Projeto RONDON, Ministério da Defesa. Fomos selecionados para participar das expedições em janeiro de 2007 e desenvolvemos uma metodologia específica para atuarmos em projetos de curto prazo em cidades no interior do país. Nossa equipe, formada para desenvolver diversas ações na cidade de Assis Brasil¹⁰, atuou com foco na Capacitação em Artesanato como forma de geração de renda para a comunidade. Foram desenvolvidos diversos projetos de capacitação nas áreas de design e artesanato: em taboca (bambu específico da região), em bordados e em biojóias¹¹.

Dando continuidade às novas atividades de extensão relacionadas à geração de renda, estamos com um novo projeto em fase de implementação - ARTESANATO SOLIDÁRIO NO AGLOMERADO DA SERRA, que pretende a formação e a capacitação de jovens pertencentes a uma região com altos índices de vulnerabilidade social. A idéia é criar um grupo com capacidade produtiva que possa desenvolver produtos de design e artesanato utilizando a técnica da estamparia.

Também estamos desenvolvendo uma pesquisa sobre a produção do ARTESANATO URBANO¹² no Brasil. O objetivo principal desta pesquisa é mapear e analisar a produção artesanal desenvolvida nos grandes centros urbanos brasileiros. Um dos objeti-

vos principais é discutir academicamente a identidade cultural envolvida na produção do artesanato confeccionado nas nossas metrópoles, para que possamos formular novos parâmetros para o estabelecimento de projetos de responsabilidade social que envolvam grupos de artesãos localizados nos grandes centros.

Durante todo esse processo de constituição de projetos tendo como tema a relação entre artesanato e design, surgiu uma demanda, por parte dos alunos da graduação, por uma disciplina que pudesse constituir instrumental teórico com uma abordagem crítica na construção de projetos nesta área. Criamos, então, uma disciplina optativa - ARTESANATO E DESIGN – que pudesse instigar a reflexão teórica acerca da relação entre design, artesanato e arte, construindo um panorama atualizado sobre as principais ações brasileiras relevantes neste campo. Também é objetivo desta disciplina preparar o aluno de design para que ele possa se tornar um profissional com potencial ativo para atuar em programas de capacitação em artesanato e em projetos de gestão cultural com caráter social. A idéia chave é mostrar a ele a urgência de criação de projetos que envolvam inovação para os economicamente excluídos da nossa sociedade.

Fez parte desse nosso processo de consolidação acadêmica (relacionando ensino, pesquisa e extensão) a conformação de um Grupo de Pesquisa denominado DADAA - Diferenças: Arte, Design, Arquitetura e Artesanato¹³. Uma intenção clara dos projetos desenvolvidos pelo grupo é o envolvimento com questões relacionadas à responsabilidade social através da disponibilização do nosso conhecimento técnico, científico, artístico e cultural para a comunidade externa à Universidade. Acreditamos que essas ações de inclusão social e econômica têm sido de extremo interesse para as universidades brasileiras, considerando que uma enorme fatia da população se encontra abaixo dos níveis necessários para se viver uma vida com dignidade.

Também reconhecemos a necessidade do desenvolvimento de estudos que possam nortear os nossos trabalhos práticos a partir da construção de conceitos capazes de consolidar linhas de pesquisa, além de criar metodologias específicas para cada situação de capacitação em artesanato. Acreditamos que projetos de extensão devam se relacionar diretamente com as linhas de pesquisa desenvolvidas pelos Grupos de Pesquisa da instituição, gerando conhecimento para ser compartilhado inclusive com os alunos da universidade, tanto da graduação quanto da pós-graduação.

¹⁰ Município de Tríplice Fronteira (com o Peru e a Bolívia), localizado no estado do Acre.

¹¹ No sentido de iniciar um processo de capacitação em artesanato e design, desenvolvemos parte das atividades das nossas oficinas voltadas exclusivamente para o design de produtos e mobiliário em bambu, nas quais criamos alguns protótipos de produtos como bandejas, pratos, copos, talheres, candelabros, saleiros, porta-guardanapos, etc. Oferecemos também: uma oficina de bordados utilizando o tema da Taboca, que foi aplicado na confecção de jogos americanos, toalhas de mesa, guardanapos; e uma outra de biojóias, onde foram gerados diversos produtos inusitados utilizando a própria taboca como matéria prima, fato inovador na produção de bijuterias na região amazônica.

¹² Nesta pesquisa participam também os alunos Daniel Patrick e Matheus Dias.

¹³ Sou líder deste grupo de pesquisa juntamente com a Professora Rita Veloso, desde 2004. Este grupo, além de garantir que nossos trabalhos tenham conexão nacional, informando sobre toda a produção desenvolvida, também abarca artigos e pesquisas institucionalmente, o que vem gerando consistência no nosso trabalho acadêmico cotidiano.

ARTESANATO SOLIDÁRIO NO BARREIRO

Atualmente, 1680 pessoas participam dos grupos da 3ª idade na região do Barreiro. O perfil dos participantes desses grupos é caracterizado por pessoas de comunidades carentes, que convivem diariamente com problemas sociais da mais alta complexidade, e que encontram nos grupos de convivência não só espaços de sociabilidade, mas também espaços para atividades de geração de renda, na medida em que, na sua grande maioria, os participantes são aposentados e recebem um salário mínimo mensal. Por esta razão, necessitam complementar a renda familiar com trabalhos artesanais realizados nos grupos, para o sustento de suas famílias. Cabe ressaltar que muitas famílias dependem única e exclusivamente da renda dos idosos.

O Barreiro conta hoje com 23 grupos de convivência da 3ª Idade, sendo que 16 (dezesseis) estão conveniados com a Prefeitura de Belo Horizonte através do Conselho Comunitário do Centro Social do Barreiro. Esses idosos desenvolvem atividades produtivas de base artesanal para tentar elevar seus ganhos. Porém, em geral seus produtos não apresentam competitividade, seja por falta de qualidade, seja pelo baixo preço, seja pelas formas de comercialização.

Professores do Curso de Administração da FACE propuseram a criação e implantação de um Escritório de Negócios, com base em ação consorciada, que proporcionaria formação profissional para um público de baixa renda, com foco na população acima de 50 anos de idade em situação de risco pessoal e social, e seus familiares, adultos desempregados e mulheres responsáveis pela manutenção familiar.

O objetivo do Escritório de Negócios, que será implementado a partir do lançamento da coleção de almofadas: Coleção 9 + 1 - é comercializar os produtos desenvolvidos pelo grupo de idosos a partir de diversos convênios estabelecidos, inclusive, com entidades de pesquisa e extensão de universidades internacionais. Este escritório irá reunir grupos de idosos de forma associativa, oferecendo a eles mecanismos de coordenação e sustentabilidade com suas especializações produtivas, e possibilitará a manutenção de vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, tais como governo, associações empresariais, instituições de crédito, pesquisa e ensino. O objetivo do projeto como um todo é fazer com que os artesãos atuem de forma associativa, integrada e interdependente, através de mecanismos de coordenação e sustentabilidade. Acredita-se que as cooperativas e ações consorciadas proporcionam uma inserção ou re-inserção dos indivíduos nos modelos profissionais exigidos, cujas demandas estão disponibilizadas no mercado de trabalho.

O objetivo deste projeto específico de capacitação em artesanato, que faz parte de um projeto interdisciplinar maior envolvendo a FEA e a FACE, é fomentar o artesanato de forma integrada, enquanto setor econômico sustentável que valoriza a identidade cultural das comunidades promovendo a melhoria da qualidade de vida e ampliando a geração de renda e postos de trabalho. Nosso projeto - ARTESANATO SOLIDÁRIO NO BARREIRO - é apenas uma parte deste outro projeto maior de implementação do Escritório de Negócios.

A estratégia de capacitação desenvolvida junto aos artesãos foi trabalhar uma coleção de almofadas com características compatíveis com a idéia de Artesanato de referência cultural, no intuito de gerar produtos com maior valor agregado. Segundo o Programa Nacional de Artesanato do SEBRAE, o Artesanato de referência cultural é composto por produtos cuja principal característica é a incorporação de elementos culturais tradicionais da região (ou do grupo) onde são produzidos. Os produtos são, em geral, resultantes de uma intervenção planejada de artistas ou designers, em parceria com os artesãos, com o objetivo de diversificar os produtos preservando seus traços culturais mais representativos.

Os objetivos do projeto, com relação à comunidade de artesãos envolvida, foram: ampliar as oportunidades de ocupação e renda da população acima de 50 anos de idade, em situação de risco pessoal e social; promover o acesso a tecnologias adequadas à melhoria da capacidade artesanal produtiva; utilizar a inovação como um dos fatores de diferenciação do produto artesanal; promover uma cultura de cooperação, estimulando a criação e o fortalecimento de associações e cooperativas; resgatar a cultura como fator de agregação de valor ao artesanato; resgatar o saber acumulado dos idosos, o saber popular, e aliá-lo a novas técnicas; disponibilizar informações sobre a utilização racional dos recursos naturais, segundo os postulados da legislação ambiental; socializar o acesso às informações e ao conhecimento, no âmbito do setor artesanal; articular parcerias para aumentar a participação do artesanato na produção nacional e para o consequente fortalecimento do setor; melhorar a auto-estima e a qualidade de vida da população idosa carente e de seus familiares.

Os objetivos com relação à própria Universidade FUMEC foram: envolver alunos em projetos sociais, propiciando contato com uma realidade distante das suas próprias; reafirmar a responsabilidade social da Universidade; ampliar o leque de atuações diretas em comunidades, para que possamos experimentar empiricamente discussões teóricas sobre o campo do artesanato e do design; atuar de forma integrada e interdisciplinar com diversos cursos da instituição (Design e Administração).

METODOLOGIA

A metodologia para concepção e condução do projeto foi discutida entre todos os docentes envolvidos e submetida à avaliação da Coordenação de Extensão da Universidade FUMEC, para atendimento a prazos regulamentares especificados em Edital específico. O projeto foi ainda submetido à apreciação e análise da Coordenação de Defesa dos Idosos da Administração Regional do Barreiro – Prefeitura de Belo Horizonte, e da Associação da Terceira Idade e Idosos do Barreiro – ASTIB. Durante a montagem do projeto, ocorreram debates sobre a metodologia com o Sr. Logan Muller, da UNITEC – Nova Zelândia, visando adequação a um modelo internacional, permitindo uma ligação com os projetos de inclusão social-produtiva já desenvolvidos por esta instituição em outros países.

A metodologia adotada permitiu que os conhecimentos transferidos para a capacitação dos indivíduos fossem assimilados em um contexto mercadológico, a fim de potencializar a comercialização dos produtos artesanais produzidos, além de capacitar esses indivíduos a gerir uma instituição cooperativa nos moldes de correção administrativa e de legalidade fiscal e tributária.

Para permitir o desenvolvimento e implementação do projeto e atender às limitações orçamentárias e financeiras impostas aos projetos da Universidade FUMEC, foram apresentados três projetos independentes provenientes de duas faculdades – Engenharia e Arquitetura e Ciências Empresariais e, ao mesmo tempo, interdependentes quanto aos produtos finais e complementaridades. A Faculdade de Engenharia e Arquitetura apresentou o projeto Artesanato Solidário, contendo toda a proposta relativa ao design; e a Faculdade de Ciências Empresariais apresentou dois projetos: Capacitação para Gestão e Capacitação Contábil.

A partir da apresentação individualizada desses projetos, arquitetou-se um modelo de estrutura gerencial que necessitou de uma integração entre os cronogramas dos projetos individuais, de maneira a assegurar a complementaridade e a integração entre eles. Foram realizadas reuniões iniciais com todos os envolvidos, direta e indiretamente. O dimensionamento do projeto também levou em consideração as restrições relativas a tempo de execução, dentro de um cronograma estipulado pelo Edital da Universidade FUMEC para os projetos de extensão universitária. Os projetos iniciaram-se em março/06, com previsão de encerramento em dezembro/06.

Os resultados abaixo listados referem-se àqueles secundários, obtidos ao longo do desenvolvimento do projeto, que podem ser mensurados a partir dos contatos periódicos com os idosos nas atividades propostas pela metodologia: entusiasmo com a perspectiva da oportunidade de inserção produtiva e a conseqüente geração de renda a partir do trabalho consorciado; resgate da cultura local de um bairro de Belo Horizonte, consubstanciado

na memória de épocas e situações vividas pelos idosos dos grupos de convivência; interação entre os indivíduos, proporcionando um compartilhamento de conhecimentos sobre técnicas específicas dominadas anteriormente de maneira não solidária; socialização dos indivíduos e dos grupos de convivência, que essencialmente se portavam de maneira independente entre si; compreensão da necessidade de planejar atividades e de desenvolver ações claras de relacionamento interpessoal; desenvolvimento da auto-estima dos participantes frente à possibilidade de inserção ou re-inserção produtiva.

Ao final do período de discussão entre os gestores do projeto, a seguinte metodologia foi referendada por todos os envolvidos:

- Levantamento dos tipos de produtos fabricados pelos grupos, através de uma ficha de produto contendo as seguintes informações: tipo de produto; material utilizado; fornecedores; equipamentos/ferramentas utilizados; tempo gasto para produzir; presença de embalagem; funcionalidade; adequação ao mercado; média de vendas; preço do produto; foto digitalizada do produto;
- Análise mercadológica das potencialidades de produtos artesanais e suas tendências e demandas;
- Seleção de 01 linha de produtos com potencial mercadológico: maior potencial de ampliação de vendas e colocação no mercado, facilidade de adaptação da linha já existente às tendências de mercado e, uma vez atendidos os dois primeiros itens, as linhas que envolverem o maior número de membros da comunidade;
- Capacitação para melhoria das linhas de produção selecionadas. Preparação do plano de capacitação para as linhas selecionadas;
- Implantação do plano: atividades. É neste momento que nosso trabalho de capacitação em artesanato e design se desenvolve de forma mais efetiva.

A metodologia específica do projeto ARTESANATO SOLIDÁRIO NO BARREIRO incluiu aulas como:

- Teoria da Cor;
- História da Arte (fim do século XIX; século XX – Impressionismo, Expressionismo, Cubismo, Futurismo, Surrealismo, Dadaísmo, Expressionismo Abstrato, Arte Pop, Minimalismo, Arte Povera, Art Brut);
- Arte Contemporânea Internacional;
- Arte Brasileira: Hélio Oiticica, Ligia Clark, Arthur Bispo do Rosário, Leonilson;
- Design Contemporâneo e Objetos do Cotidiano;
- O feminino na arte e no design;
- Bordados na arte, na moda, e no design contemporâneos.

Também foram ministradas oficinas por professores convidados, como:

- Oficina de Texto com a Professora Tailze de Melo: A palavra como representação e construção textual e visual das histórias pessoais e memória;
- Oficina de Flores em Feltro, com a aluna convidada Thaiana.

Diversas sessões de cinema comentado aconteceram ao longo do projeto. Dentre os filmes exibidos, estiveram: Sonhos, Van Gogh, Dolls, Pollock, Basquiat, Colcha de Retalhos, Frida Kahlo, Tudo sobre minha mãe, Carne Trêmula, e Corra Lola Corra.

Como parte do processo democrático do projeto, realizamos uma série de discussões sobre os possíveis produtos a serem desenvolvidos e chegamos à conclusão de que a almofada seria o objeto no qual os temas individuais poderiam acontecer de forma mais direta. A partir desse momento, foi estabelecido um grande tema a ser trabalhado para toda a coleção - MEMÓRIA - e também os temas pessoais.

Nesta fase, muitas orientações individuais foram oferecidas no sentido de concluir o trabalho. Após a finalização dos produtos, e com a coleção pronta em forma de protótipos, efetivamos uma banca de avaliação, com a participação de diversos professores e alunos, para que fossem produzidos comentários pertinentes sobre as almofadas (qualidade conceitual e estética, materiais, acabamentos, capacidade de inserção do produto no mercado, etc.).

Atualmente, estamos desenvolvendo um catálogo de produtos que faz parte do projeto de extensão aprovado para ser desenvolvido em 2007. Este catálogo é coordenado pela Professora Juliana Pontes e pretende apresentar textos institucionais, textos sobre o projeto, textos confeccionados pelos professores convidados, processos de produção e imagens do produto. A idéia é que a linguagem gráfica adotada no catálogo se relacione conceitualmente com os produtos criados na Coleção 9+1, o que tem demandado um intenso trabalho coletivo.

CONCLUSÃO

O resultado do nosso projeto foi bastante satisfatório, e esperamos que as artesãs envolvidas tenham novas possibilidades de trabalho a partir da efetivação do Escritório de Negócios, que deverá acontecer ainda este ano.

Do ponto de vista estético e conceitual, as almofadas produzidas na Coleção 9+1 apresentam qualidades inventivas interessantes. As histórias pessoais surgem em composições que utilizam técnicas variadas e condizentes com cada uma das participantes. A

linguagem dos produtos está em sintonia com as tendências da decoração contemporânea, e ao mesmo tempo aponta para uma estética diferenciada que incorpora um processo criativo único, afastando a repetição, tão comum nos artefatos artesanais mais populares.

Gostaríamos de ressaltar que a cada projeto de extensão realizado reafirmamos nossa hipótese de que é papel fundamental da universidade contemporânea servir como pólo gerador de conhecimento integrado que possa solidificar trabalhos de responsabilidade social e, ao mesmo tempo, compartilhar esse conhecimento com a sociedade e a comunidade acadêmica como um todo, envolvendo diferentes cursos, setores, alunos e funcionários num efeito multiplicador. Hoje, é de extrema importância para a academia o estabelecimento de políticas de pesquisa e extensão, articuladas com o ensino, que envolvam projetos sociais, principalmente aqueles que objetivam a inclusão social produtiva, relacionando diretamente a realidade cotidiana da nossa sociedade à nossa produção intelectual.

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA BANCO DE ALIMENTOS: IDENTIFICANDO INDICADORES

EQUIPE

Marisa Antonini Ribeiro Bastos

Luciana Assis Costa

1 – INTRODUÇÃO

A fome e o desperdício de alimentos estão entre os principais problemas que o Brasil enfrenta, constituindo-se em um dos maiores paradoxos de nosso País, já que produzimos cerca de 140 milhões de toneladas de alimentos por ano e somos um dos maiores exportadores de produtos agrícolas do mundo, ao mesmo tempo em que temos milhões de excluídos sem acesso ao alimento.⁽¹⁾

No Brasil, a introdução do termo Segurança Alimentar surge tardiamente. A idéia da alimentação como direito humano básico, bem como a construção deste conceito, começa a ser discutida em âmbito governamental somente no final da década de 80.⁽²⁾

A elaboração do Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH, no ano de 1996, incorpora os direitos econômicos, sociais e culturais, bem como um capítulo especialmente voltado para a garantia do direito à alimentação.⁽²⁾

A década de 90 representou um marco em relação à questão da segurança alimentar e nutricional no país. Pela primeira vez, surgia uma proposta de Política Nacional de Segurança Alimentar incluída como objetivo estratégico do governo, que teve como marco a campanha Ação e Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida. A prioridade atribuída ao combate à fome nesse período de governo (1992-1994) contribuiu para a implementação de ações de participação intermediadas por três instrumentos: a confecção do Mapa da Fome, que subsidiou o debate para a formulação de políticas ao revelar para o país que 32 milhões de brasileiros não tinham renda suficiente para se alimentar; a elaboração do Plano de Combate à Fome (1993); e a cria-

ção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar - CONSEA (1993/1994), instinto em 1995 a partir de mudanças na administração pública.⁽²⁾

A partir da segunda metade dos anos 90 o país retrocedeu do patamar antes alcançado, em que a Segurança Alimentar era declarada como objetivo estratégico do governo, sendo a mesma pulverizada numa proposta de ação social generalista do Estado.

O Programa Fome Zero, implementado no primeiro mandato do governo Lula e considerado o principal programa social do governo federal, re-inseriu na agenda governamental a questão da segurança alimentar, com o objetivo de garantir a todos o direito de acesso a alimentação de qualidade, em quantidade suficiente e permanente, a partir de um conjunto de políticas articuladas entre ações estruturais e medidas emergenciais. O programa, gerido pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), por meio da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN) em parceria com Estados e Municípios, empresas públicas e sociedade civil, se desenvolve a partir de quatro eixos principais, sendo eles:

1. ações que articulam acesso aos alimentos;
2. fortalecimento da agricultura familiar;
3. geração de renda;
4. mobilização e controle social. As ações de acesso aos alimentos incluem programas e ações de transferência de renda, alimentação, nutrição e acesso à informação e educação. ⁽¹⁾ Neste eixo insere-se o programa Banco de Alimentos, para o qual chamaremos atenção neste trabalho. O Banco de Alimentos é definido como uma política do programa Fome Zero, e tem como objetivo arrecadar alimentos, através de doações, e distribuí-los para entidades carentes, viabilizando o acesso ao alimento, a educação alimentar e a redução do desperdício nos centros urbanos.

O Banco de Alimentos é uma iniciativa de abastecimento e segurança alimentar do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em parceria com Municípios com mais de 50.000 habitantes. Seu trabalho consiste na arrecadação de alimentos, provenientes de doações, por meio da articulação do maior número possível de parceiros do setor alimentício (indústrias, supermercados, varejões, feiras, centrais de abastecimento e outros). Nos Bancos de Alimentos, os gêneros alimentícios são recepcionados, selecionados, processados ou não, embalados e distribuídos gratuitamente às entidades assistenciais, que se encarregam de distribuir os alimentos arrecadados à população, seja através do fornecimento de refeições prontas ou do simples repasse direto às famílias vulneráveis. Em contrapartida, as entidades atendidas pelos Bancos de Alimentos participam de atividades de capacitação e educação alimentar. ⁽¹⁾

Os Bancos de Alimentos surgiram nos Estados Unidos nos anos 60, difundindo-se posteriormente para diversos países europeus e latinos. No Brasil, o primeiro Banco de Alimentos foi implantado em 1994, por iniciativa da sociedade civil, coordenado pelo SESC - São Paulo e inspirado basicamente nos programas americanos que priorizavam parcerias com o setor de produção e distribuição de alimentos. Portanto, esta iniciativa não ficou restrita à sociedade civil, empresas e ONGs, tendo sido implantada também por governos estaduais e municipais. É justamente esta característica que diferencia a iniciativa brasileira dos demais países, pelo fato do Governo ter um papel protagonista na estruturação e implementação do programa Banco de Alimentos. ⁽³⁾

Em geral, os Bancos de Alimentos são implantados em municípios de maior porte (população acima de 50.000 habitantes), onde os índices de desperdício são mais elevados em razão de haver não só uma maior concentração de redes de auto-serviço, restaurantes industriais, indústrias de alimentos e centros produtores e expedidores de hortifrutícolas, como também de entidades assistenciais que atendem uma parcela da população urbana em situação de vulnerabilidade alimentar. Isso não significa dizer que municípios menores não possam implantar Bancos de Alimentos. Tal iniciativa irá depender do volume de desperdício nesses municípios, em alguns casos associado à produção rural.

Oficialmente, a participação do governo federal na implantação dos bancos de alimentos se consolidou somente em 2004, quando o programa passou a fazer parte do Orçamento Geral da União (OGU). Até o final de 2004, haviam sido implantados 12 BAs no Brasil, a partir do convênio com o MDS, sendo estabelecida uma meta de implantação de 184 BAs estatais até o ano de 2007. ⁽⁴⁾

No ano de 2005, o MDS apoiou a instalação de 39 Bancos de Alimentos, distribuídos nos estados de Minas Gerais, Bahia, São Paulo, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Acre, Paraíba, Ceará, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Paraná, Rio Grande do Sul, Piauí, Rondônia e Espírito Santo. Existem atualmente 67 Bancos de Alimentos apoiados pelo MDS, estando 18 já em funcionamento, totalizando mais de 7 milhões de reais transferidos. ⁽¹⁾

Em 2005, o Tribunal de Contas da União ⁽⁴⁾, após avaliação dos Bancos de Alimentos do país, constatou que os maiores desafios apontados pelos programas são: insegurança quanto à garantia da sustentabilidade dos bancos; ausência de acompanhamento do governo federal no processo de implantação dos bancos; falta de padrão de funcionamento entre os bancos; ausência de integração entre programas públicos e privados; falta de proteção legal aos doadores dos bancos, sujeitos a penalidades em caso de danos à saúde do consumidor de alimento doado; concentra-

ção de convênios para a implantação de bancos de alimentos em municípios localizados nas regiões sul e sudeste do país; deficiência dos bancos no acompanhamento da manipulação de alimentos e do seu uso pelas entidades; falta de profissionais capacitados nos bancos; falta de priorização de ações educativas; e ausência de monitoramento e avaliação dos bancos de alimentos instalados.

Outras falhas apontadas são: falta de critérios para distribuição dos alimentos; carência de um modelo de gestão unificado que garanta transparência na administração da coleta e doação; competição entre os bancos de alimentos instalados numa mesma região pelos principais doadores de alimentos; falta de sistemas informatizados que viabilizem o monitoramento e avaliação do programa. ⁽⁴⁾

Embora a colaboração da sociedade civil com os programas públicos de segurança alimentar ainda seja insuficiente, experiências revelam que parcerias com associações, agentes privados e instituições de ensino superior contribuem para a sustentação de projetos e programas de ações públicas.

Frente à possibilidade de contribuir para a consolidação do programa no município de Belo Horizonte, foi estabelecida uma parceria entre uma universidade privada e os Bancos de Alimentos de Minas Gerais, com o objetivo de desenvolver ações no sentido de efetivar a utilização do software de gestão¹⁴ do programa no estado, bem como estabelecer critérios de avaliação (indicadores), com a finalidade de contribuir para a definição de um modelo de avaliação dos BAs do estado de Minas Gerais.

Os critérios de avaliação foram levantados através de um estudo piloto, tendo como fonte os atores envolvidos no programa, como coordenadores dos Bancos de Alimentos e das entidades beneficiadas e doadores.

O presente artigo tem como objetivo apresentar os resultados do referido estudo, destacando as suas etapas operacionais e os pressupostos teórico-metodológicos que sustentaram o trabalho.

Essa discussão torna-se de fundamental importância, uma vez que no levantamento bibliográfico realizado foi identificada a inexistência de produção científica nacional sobre a avaliação do programa Banco de Alimentos no Brasil, programa este implantado no país desde 1994.

Acredita-se que a ausência de mecanismos de avaliação limita a análise quanto à efetividade do programa Banco de Alimentos, enquanto política de segurança alimentar. ⁽⁵⁾

¹⁴ Plataforma comum de controle de estoques e fluxos dos Bancos de Alimentos, desenvolvida conceitualmente pelo Ceasa Minas em parceria com a equipe técnica do Banco de Alimentos da Secretaria Municipal de Abastecimento da Prefeitura de Belo Horizonte.

2 – PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS SUBJACENTES AO MODELO AVALIATIVO DO PROGRAMA BA.

As práticas avaliativas no nosso meio revestem-se de limitações e obstáculos em função, de uma maneira geral, da incipiente tradição em avaliação nas instituições, da escassa massa crítica na área avaliativa, da dificuldade dos atores institucionais em assumir o papel de avaliadores, e principalmente da heterogeneidade entre os autores no que se refere aos conceitos, às metodologias e à utilização dos resultados da avaliação.

Assim, a construção de um modelo avaliativo de programas sociais demanda, inicialmente, a tomada de decisão no plano conceitual e metodológico, uma vez que em se tratando de uma ação social onde interferem diferentes atores, interesses e expectativas, não se dispõe de um caminho “único ou mais científico” para a abordagem avaliativa ⁽⁶⁾ nem de uma filosofia unívoca da avaliação. ⁽⁷⁾

Na proposta de levantamento de indicadores de avaliação do programa BA foi utilizada uma concepção de avaliação que supera a ênfase na mensuração, descrição e julgamento. A avaliação foi considerada como uma estratégia de negociação entre os atores envolvidos: coordenadores dos Bancos de Alimentos, coordenadores das entidades beneficiadas e doadores. Isso pressupõe, em primeiro lugar, permitir que o modelo avaliativo se converta em espaço coletivo pautado no respeito à pluralidade de valores, conceitos e objetivos. Em segundo, requer que a avaliação assuma o papel de facilitar a contínua reconstrução, refinamento e revisão das estratégias adotadas.

A avaliação, enquanto negociação, é uma ferramenta para a transformação não só das pessoas e instituições envolvidas como também do modelo adotado pelo programa em questão. A construção das bases teórico-conceituais para um modelo avaliativo de programas sociais exige, portanto, uma visão ampla e generosa que permita considerar os diferentes elementos e a complexidade dos processos sociais ⁽⁸⁾.

A avaliação é um processo contínuo e participativo que contribui de forma fundamental para a tomada de decisão em todos os níveis do programa. É também considerada como uma estratégia pedagógica, no sentido de educar os atores em relação ao programa que está sendo avaliado e de prover informações que orientem a tomada de decisão. ⁽⁷⁻⁸⁾

Portanto, o modelo avaliativo do programa BA deverá ser sustentado pelos princípios da continuidade, realimentação, adesão e abrangência.

A avaliação deve ser contínua ao longo do desenvolvimento do programa, gerando informações sobre o seu andamento. O objetivo deste princípio é basicamente avaliar mudanças situacionais. A avaliação contínua se diferencia do controle porque possibilita fazer juízo sobre os pressupostos em que se apóia a formulação do programa. ⁽⁹⁾ A avaliação contínua facilita o gerenciamento do programa, uma vez que permite uma retroalimentação constante ao longo do desenvolvimento do mesmo. ⁽⁹⁾

Na construção e implementação do modelo avaliativo, devem ser estabelecidas estratégias no sentido de facilitar a adesão efetiva dos atores institucionais ao processo de avaliação do programa. Assim, o plano avaliativo é construído de forma coletiva, não só permitindo a co-responsabilidade pelo desenvolvimento do programa, mas também facilitando o processo de incorporação do valor da prática avaliativa e investigativa ao espaço dos programas sociais.

A avaliação de programas sociais deve incorporar indicadores que permitam analisar as características de contextos, de estrutura, de processo e de resultados do programa, abrangendo os *inputs* relativos aos recursos técnicos e materiais, aos profissionais, aos recursos físicos, bem como às características administrativas das instituições envolvidas. ⁽¹⁰⁾

Na avaliação dos resultados são considerados os aspectos que se referem aos *outputs* do programa, a partir da avaliação do grau de satisfação e de informação dos atores envolvidos, bem como o grau de mudanças positivas em termos de atitudes e comportamento dos sujeitos envolvidos. ⁽¹⁰⁾

Em se tratando de um programa social, cabe focalizar também, como um dos componentes da avaliação, as suas características contextuais: os aspectos políticos, sociais e culturais dos cenários onde o programa ocorre. Da mesma forma, torna-se necessária a identificação de grupos de resistência ou grupos e atores que venham a se constituir em parceiros, uma vez que o sucesso de programas dessa natureza é fortemente dependente de interação social entre os diferentes sujeitos. As questões avaliativas serão formuladas aos sujeitos, serão levantadas suas expectativas com relação ao desenvolvimento do programa, e os resultados do processo avaliativo serão reportados a eles de forma contínua.

O percurso metodológico deverá ser realizado através de abordagens quantitativas e qualitativas ⁽¹¹⁻¹²⁾ visto que, em se tratando de programas sociais, essas abordagens não devem ser consideradas excludentes, pois a avaliação pode se beneficiar da incorporação de premissas de ambas as perspectivas de análise.

O modelo avaliativo, bem como os critérios indicadores utilizados, deve ser construído a partir de discussões coletivas entre os atores envolvidos no programa.

3 – A ESTRATÉGIA METODOLÓGICA ADOTADA PARA O LEVANTAMENTO DE INDICADORES DE AVALIAÇÃO DOS BANCOS DE ALIMENTOS

O levantamento de indicadores foi realizado através de duas técnicas de coleta de dados:

1. Para o levantamento dos indicadores de avaliação do programa junto aos atores envolvidos, foi adotada a estratégia de grupos focais, realizados com três categorias de atores: coordenadores dos bancos de alimentos, doadores e representantes das entidades beneficiadas.

A entrevista em grupo focal é uma técnica de pesquisa qualitativa usada para se obter informações e opiniões de um pequeno grupo de participantes sobre um dado problema, experiência, serviço, dentre outros. É uma técnica muito utilizada nas áreas de Educação e Marketing e, mais recentemente, também em investigações na área da saúde. ⁽¹³⁾ O grupo focal é utilizado em pesquisas avaliativas com o objetivo de se obter informações qualitativas antes, durante e após o término de projetos e programas sociais.

Um grupo focal é formado por um conjunto de pessoas que têm algo em comum ou compartilham alguma experiência. É utilizado como uma estratégia de coleta de dados, através de uma discussão planejada a respeito de um objeto de interesse. ⁽¹⁴⁾

O grupo focal é uma ferramenta gerencial eficaz para se identificar tendências e preferências entre atores envolvidos em programas, projetos ou serviços, com o propósito de subsidiar o planejamento e nortear a tomada de decisão. ⁽¹⁴⁾

O grupo focal foi constituído por:

Informantes: têm em comum o fato de serem sujeitos envolvidos com o programa Banco de Alimentos.

É importante ressaltar que as discussões foram gravadas e transcritas para posterior análise, garantindo-se o anonimato dos participantes e o sigilo das respostas.

Todos os informantes assinaram um termo de consentimento de participação após receberem esclarecimentos sobre a pesquisa e a aplicação dos resultados.

O moderador: é o participante que conduziu, estimulou e nortear a discussão do grupo. É também denominado coordenador e facilitador do debate. ⁽¹³⁾

O assistente: é o participante que se responsabilizou pelo registro da trajetória da discussão do grupo, operou o gravador, controlou as condições ambientais e forneceu o apoio logístico para as discussões.

Participaram dos grupos focais 08 coordenadores de BAs, 22 representantes de entidades beneficiadas e dois doadores.

2. Análise documental, tendo como fontes: relatórios estatísticos dos Bancos de Alimentos; manual de implantação do MDS; avaliação do TCU; levantamento bibliográfico nacional e internacional sobre bancos de alimentos.

4 - INDICADORES DE AVALIAÇÃO DOS BANCOS DE ALIMENTOS

Os indicadores de avaliação do programa BA, levantados neste estudo (Quadro 1), foram classificados segundo a fonte de informação sobre o programa, ou seja, aqueles que seriam analisados a partir de informações de doadores, de coordenadores e finalmente das entidades beneficiadas. Na análise do Quadro 1 observa-se que, em geral, os indicadores se referem aos aspectos do processo de doação, tais como o volume, a periodicidade, os tipos de alimentos doados, a motivação e o estímulo para doação, o número de entidades beneficiadas, a qualidade do acesso ao alimento. Pelo seu modo de operar, um Banco de Alimentos caracteriza-se como uma forma solidária, organizada e responsável de, por um lado, aproveitar os desperdícios, em boas condições para consumo, oriundos de toda a cadeia produtiva e, por outro, auxiliar na complementação de refeições da parcela da população em situação de vulnerabilidade alimentar. A ação do Banco de Alimentos deve ser sempre discreta, respeitadora da privacidade de quem doa e de quem recebe, além de ser marcada pela gratuidade. Esta condição de não visar o lucro confere ao Banco de Alimentos o direito de fiscalizar e exigir que as entidades assistenciais efetivamente distribuam os alimentos recebidos, sem custos de qualquer ordem, exclusivamente para as pessoas por elas atendidas. ⁽¹⁾

Outros indicadores estão relacionados ao ingresso das entidades beneficiadas no programa, considerando-se a existência de pré-requisitos como: tempo de permanência no programa; infraestrutura das entidades; público atendido. Neste caso, cabe ressaltar que uma primeira exigência para participar como beneficiário de um Banco de Alimentos é a compreensão quanto ao caráter gratuito e discreto das ações desenvolvidas. Com isso, constituem a clientela do Banco de Alimentos entidades priva-

das, sem fins lucrativos, registradas ou em processo de registro no Conselho Municipal de Assistência Social ou em outros Conselhos de Políticas Públicas, que atendam gratuitamente pessoas em situação de vulnerabilidade alimentar, por meio da produção e

do fornecimento de refeições. Estão entre elas os mais diversos tipos de entidades: creches, asilos, albergues, casas de recuperação, abrigos para crianças e idosos, orfanatos, entidades que atendem populações de rua. (1)

Quadro 1 - INDICADORES DE AVALIAÇÃO DOS BANCOS, SEGUNDO A FONTE DOS DADOS.

DOADORES	COORDENADORES DOS BANCOS	INSTITUIÇÕES BENEFICIADAS
	Composição da equipe do BA de acordo com a resolução do MDS – Manual de Implantação BA/2006.	
	Estrutura física do BA (resolução do MDS - Manual de Implantação BA/2006).	
Tipos de alimentos doados para o BA	Tipos de alimentos arrecadados pelo BA (cereais, carnes, frutas, verduras, legumes, carboidratos).	Tipos de alimentos ofertados pelo BA.
	Número de instituições beneficiadas.	
	Localização das instituições beneficiadas (regional).	
	Número de pessoas beneficiadas.	
	Número de pessoas atendidas por volume de arrecadação de alimentos pelo BA.	
Impacto da doação no volume de rejeitos alimentares das entidades doadoras	Número de entidades beneficiadas por volume de arrecadação de alimentos pelo BA/mês-ano.	Volume de alimentos não aproveitados pelas instituições beneficiadas.
	Existência de critérios para cadastramento e permanência das entidades.	
	Existência de critérios para permanência das entidades no programa.	
	Tempo de permanência no programa por entidade beneficiada.	Tempo de permanência no programa.
	Alteração das condições físicas e legais das entidades beneficiadas desde sua inserção no programa.	Alteração das condições físicas e legais das entidades beneficiadas desde sua inserção no programa.
	Número de entidades cadastradas no BA que se inscreveram na rede de proteção social.	
	Periodicidade de recebimento de alimentos.	
Periodicidade de doações para o Banco de Alimentos	Periodicidade de repasse por entidade.	Periodicidade de recebimento de doações.
Quantidade de alimentos doados/mês/ano	Quantidade de alimentos doados/entidades/mês.	
Quantidade de doações por tipo de alimento	Quantidade arrecadada por tipo de alimento.	
Motivos da doação		
Utilização de processos motivadores para estimular a doação	Utilização de processos motivadores para estimular a doação.	
	Qualidade dos alimentos doados pelas entidades (embalagem, triagem, prazo de validade, valor nutricional).	Qualidade dos alimentos doados pelo programa BA (embalagem, triagem, prazo de validade, satisfação).
	Qualidade do acesso ao Banco de Alimentos - logística (disponibilidade de veículo).	Qualidade do acesso ao Banco de Alimentos (disponibilidade de veículo).
Recebimento de informações quanto à distribuição e destino das doações (periodicidade e qualidade da informação)	Repasse de informações quanto à distribuição e destino das doações (periodicidade e qualidade da informação).	
	Custo do programa/valor do quilo do alimento doado.	
	Atividades educativas/annual (número, frequência e tipos).	Atividades educativas ofertadas pelo BA/ annual (número, frequência e tipos).
	Atividades educativas por instituição beneficiada	
	Parceria com o programa (tipo/número)	
	Existência de mecanismos que contribuem para a sustentabilidade da instituição?	Existência de mecanismos que contribuem para a sustentabilidade da instituição?
	Atuação do BA em rede (utilização do software, periodicidade de reuniões, repasse de alimentos para outros bancos).	Atuação da instituição em rede (periodicidade de encontros).
Compreensão acerca do programa BA	Compreensão da equipe acerca do programa BA.	Compreensão acerca do programa BA.
	Periodicidade de atualização dos cadastros do público das entidades atendidas.	Periodicidade de atualização dos cadastros do público atendido pelas entidades.

Foram também identificados indicadores referentes às ações educativas desenvolvidas pelo programa, lembrando que o BA não se restringe apenas à doação de alimentos, mas, sobretudo, à melhoria da qualidade alimentar dos beneficiados. Neste sentido, aborda-se o número de atividades educativas, a periodicidade das ações, as melhorias ocorridas nas instituições a partir do ingresso no programa, além das visitas técnicas. Ressalta-se a necessidade de realizar atividades educativas através da mobilização de recursos institucionais públicos e privados para o enfrentamento dos determinantes do processo saúde e doença. (15)

Assim, reafirma-se a importância do estabelecimento de mecanismos, coletivos e em parceria, e de estratégias político-estruturais capazes de facilitar ou promover a autonomia individual e coletiva, para que indivíduos e comunidades possam fazer escolhas informadas, saudáveis, livres e racionais.

Por fim, avalia-se o custo do programa, bem como seu impacto sobre a redução de desperdício de alimentos, um dos objetivos fundamentais do Banco de Alimentos.

5 - CONCLUSÕES

Neste artigo, destacou-se o caráter pedagógico da avaliação enquanto um enfoque possível de superar as limitações que podem ser evidenciadas no funcionamento do programa Banco de Alimentos, a partir de apontamentos dos diferentes atores envolvidos com o programa, para a definição de indicadores de avaliação.

Ressalta-se que os indicadores levantados apresentam um caráter dinâmico, que poderá ser alterado a partir de novas necessidades identificadas com o aprimoramento do programa. Todavia, pode-se considerar que este levantamento constitui-se em ferramenta para consolidação e ampliação do programa, bem como padronização na gestão e monitoramento dos Bancos de Alimentos.

6 - REFERÊNCIAS

1 - BRASIL. Fome Zero. Instituto Cidadania. Fundação Djalma Guimarães. UMA PROPOSTA DE POLÍTICA DE COMBATE À FOME NO BRASIL. 2001. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/programas/seguranca-alimentar-e-nutricional-san/banco-de-alimentos>. Acesso em: 5 mar 2007.

2 - BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e de Combate à Fome. Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. PROGRAMA ACESSO À ALIMENTAÇÃO: BANCO DE ALIMENTOS. 2005. Disponível em: Acesso em:

3 - BELIK W. *Segurança alimentar: a contribuição das universidades*. São Paulo (SP): Instituto Ethos, 2003.

4 - BRASIL. Tribunal de Contas da União. Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas do Governo. Relatório de Avaliação do programa Banco de Alimentos. Brasília (DF): TCU, 2005.122p.

5 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Segurança Alimentar: Módulo 1. Belo Horizonte (MG): CEDEPLAR, 2004.

6 - PINTO, A. M. R. O fetichismo da avaliação, *Anal. a conj.*, Belo Horizonte, v.1, n.2, p. 73-93, 1986.

7 - WORTHEN, B.R.; SANDERS, J.R.; FITZPATRICK, J.L. Avaliação de programas sociais: concepções e práticas. São Paulo: Gente. 2004.730 p.

8 - BASTOS, M.A.R.; SENA, R. R. Avaliação de programas sociais: proposta de um modelo. *Revista Mineira de Enfermagem*, v.2, p.9 - 13, 1998.

9 - AGUILAR, M.J.; ANDER-EGG, E. *Avaliação de serviços e programas sociais*. Petrópolis: Vozes, 1994.

10 - DONABEDIAN, A. *A guide to medical care administration*. Vol. II. Medical care appraisal, quality and utilization. New York: American Public Health Association, 1969.

11 - PEIXOTO M.R.B. Tecnologia no setor saúde: critérios de avaliação de qualidade dos serviços hospitalares [dissertação]. Belo Horizonte (MG): Faculdade de Ciências Econômicas/UFMG; 1990.

12 - PATTON, M.Q. *Qualitative evaluation and research methods*. Newbury Park: Sage Publication, 2 ed., 1990.

13 - DALL'AGNOL, C.M., TRENCH, M.H. Grupos focais como estratégia metodológica em pesquisas na enfermagem. *Revista Gaúcha Enfermagem*, Porto Alegre, v.20, n.1, p.5-25, jan. 1999.

14 - KRUEGER, R.A. *Focus groups: a practical guide for applied research*. 2 ed. United States of America: Astrid Viriding, 1994.

15 - BUSS, P.M. Uma introdução ao Conceito de Promoção da Saúde. In: Czeresnia D.; Freitas C.M (orgs). *Promoção da Saúde: conceitos, reflexões, tendências*. Rio de Janeiro (RJ): Fiocruz, 2003. p.15-38.

BALANÇO SOCIAL: UMA FERRAMENTA A PARTIR DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EQUIPE

Rosa Maria Abreu Barros
Lincoln Mourão

RESUMO:

É extremamente interessante falar de um tema tão atual quanto a Responsabilidade Social e a confecção de um Balanço Social que não represente apenas números, mas que demonstre como os projetos e recursos estão sendo aplicados. O Balanço Social é uma ferramenta de informação, que torna público o seu impacto social, ainda que muitos o vejam como ferramenta de marketing. Um bom relatório social tem como princípio o compromisso com a verdade, e deve ser amplamente disponibilizado ao público. As informações devem descrever como entidade do Terceiro Setor ou empresa está se desempenhando em determinado período de tempo.

1 – INTRODUÇÃO

Miséria, má distribuição de renda, analfabetismo, problemas sociais, dentre outros, há muitos anos afligem a sociedade. Isto quer dizer que o que se tem feito nos programas sociais é insuficiente e ineficaz para atender à demanda da sociedade.

A exclusão generalizada dos seres humanos que não apresentam condições mínimas de integração no modelo econômico vigente – capitalista - é generalizada e crescente, sobretudo quando, a cada dia, desenvolvem-se novas tecnologias habilitadas a substituir o trabalho humano na cadeia produtiva, abrangendo as dimensões industriais, comerciais e de prestação de serviços. Existem hoje mais de 1 bilhão de pessoas – a quinta parte da população mundial – subsistindo com menos de um dólar por dia e sem acesso a diversos serviços sociais considerados básicos para uma vida digna (PNUD, 2004, p. i). O quadro de pobreza é

ainda mais gritante no Brasil, agravado pela marca de oitavo lugar no mundo em desigualdade de distribuição de renda (PNUD, 2005).

Inicialmente destacam-se mazelas sociais, como fome, violência e miséria. Segue-se o problema de ordem econômica: a concentração de renda exclui grande parte da população da base de consumidores do país, afetando negativamente o crescimento da economia. Deste modo, a desigualdade se instala e se traduz na falta de acesso da população excluída aos serviços sociais básicos (CAMAROTTI; SPINK, 2003, p.24).

A exclusão é um fato constatado diariamente em todos os países do mundo. A exclusão pode ser econômica, tecnológica, educacional, fundiária, de saúde e, principalmente, social. As sociedades enfrentam atualmente uma nova consequência do modelo econômico: os movimentos organizados dos excluídos que reivindicam a inclusão na geração de riqueza como forma de, novamente, serem incluídos neste contexto. No Brasil, as pressões desses movimentos geraram, nos últimos dez anos, uma conscientização da necessidade de sustentação desse desenvolvimento da sociedade pelo modelo econômico adotado. Atividade econômica, meio ambiente e bem-estar social formam o tripé básico no qual se apóia a idéia de desenvolvimento sustentável. O marco dessa compreensão é o relatório da Comissão Mundial da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED), de 1987, intitulado *Our Common Future*, mais conhecido por relatório Brundtland. O relatório diz que “desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem suas próprias necessidades”.

De um lado está o Governo, que não consegue atuar sozinho e transfere parte de suas responsabilidades para as empresas com fins lucrativos, que são cobradas pela sociedade e pelo governo a investir parte de seu capital para viabilizar projetos de ações sociais. Neste contexto surgem as entidades sem fins lucrativos, que não são entidades governamentais e não estão voltadas à busca do lucro.

As ações das entidades do Terceiro Setor estão voltadas para registrar, apurar e demonstrar seus fatos contábeis e administrativos para fins de análise do seu processo interno e de seus resultados, com vistas a atender à legislação pertinente. Os demonstrativos financeiros são: Balanço Patrimonial; Demonstração de déficit ou superávit; Demonstração de origem e aplicação de recursos; e Demonstração da mutação do patrimônio social. Entretanto, as informações contidas nestes demonstrativos são consideradas pelos usuários como incompletas, pois os dados apresentados são estáticos, “frios” e padronizados. Para atender a essa demanda de informações, foram criados relatórios sociais. Diante da crescente cobrança por transparência, não basta atuar de forma responsável: é preciso mostrar resultados.

O primeiro país da Europa em que as empresas publicaram relatórios sociais foi a Holanda, priorizando dados de funcionários e condições de trabalho.

Na França, o Balanço Social surgiu há mais de 20 anos e toda empresa com mais de 750 funcionários é obrigada a publicar o “Bilan Social”.

No Brasil, as primeiras discussões sobre o Balanço Social aconteceram no final da década de 60, mas começaram realmente a ganhar força com o sociólogo Herbert de Souza (Betinho), na década de 70. Para Betinho, “pessoa jurídica é uma entidade pública, ainda que de domínio privado”, pois a partir do consentimento da sociedade, a empresa utiliza recursos do meio ambiente.

A globalização tem contribuído bastante para a adesão de empresas à responsabilidade social. Uma das causas do surto social é o fato de que as empresas que pretenderem captar recursos no mercado de ações mundial deverão prestar contas aos acionistas e aos seus *stakeholders*. O Balanço Social não é uma exigência legal; por isso, não existem normas legais para definir sua elaboração.

O Balanço Social vem ganhando respaldo por se tratar de uma ferramenta que, quando tabulada qualitativamente e bem trabalhada por diversos profissionais, consegue traduzir as informações de um balanço contábil em um balanço social, reunindo informações de indicadores do corpo funcional, contribuições para a sociedade, e indicadores sociais internos, como: educação, cultura, saúde, esporte, creches, alimentação e combate à desnutrição. Assim, a Contabilidade e o Balanço Social são ferramentas que juntas promovem mensagens direcionadas a melhorar o nível de vida da comunidade e satisfazer as necessidades dos trabalhadores.

A partir das informações do balanço contábil, o “Balanço Social” torna-se um instrumento moderno e estratégico para se colocar projetos em prática, divulgar o que tem sido feito por colaboradores e comunidade, captar recursos e difundir o exercício da responsabilidade social.

A realização de um Balanço Social demonstra que a organização ou instituição está verdadeiramente investindo na qualidade de vida de sua comunidade e buscando tornar transparentes e públicas as suas atividades.

“Realizar o Balanço Social significa uma grande contribuição para a consolidação de uma sociedade verdadeiramente democrática” (Herbert de Souza).

2 – SITUAÇÃO PROBLEMÁTICA

Com intuito de controlar riquezas patrimoniais, a contabilidade ressalta a importância da gestão no Terceiro Setor, pois admitir que os resultados sejam imprevisíveis e de difícil mensuração possibilita que essas organizações fiquem vulneráveis e sujeitas a críticas e descrédito.

Nas organizações do Terceiro Setor, que em geral atuam com recursos oriundos de financiadores externos, existe uma necessidade de se avaliar os resultados obtidos com ferramentas mais eficazes, o que pode ser um dos fatores que facilitam o aporte de novos recursos.

O Balanço Social é uma ferramenta que parte das demonstrações contábeis, utilizada para se colocar projetos em prática, divulgar o que tem sido feito por colaboradores e comunidade, captar recursos e difundir o exercício da responsabilidade social. E, ao longo dos anos, vem ganhando respaldo do governo, empresas e sociedade.

Nesse novo contexto de renovação do pensamento empresarial, foram criados diversos institutos, fundações e grupos de apoio às empresas socialmente responsáveis, voltadas para a questão da ética, da responsabilidade social, da cidadania e do meio ambiente. Essas novas formas de atuação das empresas possibilitaram às mesmas atuar de maneira mais concreta, desenvolvendo suas ações de natureza social, investindo e atuando intensamente nesse “novo” campo de valorização das comunidades nas quais estão inseridas. Isso permitiu que as atuações empresariais pudessem estar relacionadas de forma direta com a sobrevivência das empresas, e abriu uma visão estratégica de longo prazo de tal modo que passaram a trabalhar de maneira mais ostensiva com relação ao tema responsabilidade social, divulgando o Balanço Social anualmente e desenvolvendo ações sociais e ambientais mais concretas.

Portanto, vale ressaltar que este trabalho visa responder às seguintes perguntas:

- a. Quais são as principais dificuldades encontradas na elaboração do Balanço Social de uma instituição do terceiro setor?
- b. Por que o Balanço Social, sendo uma ferramenta eficaz, estratégica e importante, é tão pouco utilizado?

3 – REFERENCIAL TEÓRICO

Preocupações com o desenvolvimento sustentável – econômico e social, vêm sendo amplamente discutidas em todo o mundo e

incorporadas às exigências dos consumidores, e gradativamente passam a fazer parte dos valores empresariais.

A responsabilidade social corporativa está relacionada à gestão de empresas em situações cada vez mais complexas, nas quais questões como as ambientais e sociais são crescentemente mais importantes para se assegurar o sucesso e a sustentabilidade dos negócios (TINOCO, 2001, p.115).

O Balanço Social tem por objetivo ser equitativo e comunicar informação que satisfaça à necessidade de quem dela precisa. Essa é a missão da contabilidade, como ciência de reportar informação contábil, financeira, econômica, social, física, de produtividade e de qualidade (TINOCO, 2001, p.34).

Por se tratar de uma tendência em escala crescente no Brasil, encontravam-se na esfera federal duas proposições: (a) no Senado Federal, projeto de Lei do Senado nº. 117, de 1996, que faz menção de tornar obrigatória a publicação do Balanço Social para as entidades que já são obrigadas a divulgar seu Balanço Patrimonial (este ainda permanece); e (b) o projeto de Lei (PL) nº. 3116/97, no Congresso Nacional, pelo qual se pretendia estabelecer a obrigatoriedade para as entidades públicas de modo geral e as empresas privadas com mais de cem empregados da publicação do Balanço Social. Este PL chegou até a comissão do Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados e foi arquivado em 1/02/1998, de acordo com o artigo 105 do Regimento da Câmara dos Deputados, que determina que os projetos que não tenham sido aprovados por todas as comissões temáticas (além da comissão do trabalho, o projeto do Balanço Social teria que passar ainda pela comissão de economia, indústria e comércio e pela comissão de Constituição e Justiça) até o fim da legislatura dos proponentes sejam automaticamente arquivados quando se inicia a próxima (KROETZ, 2000, p.60).

O Balanço Social procura utilizar ao máximo os indicadores disponíveis na empresa – na verdade, sua função é reunir esses indicadores e dar-lhes um tratamento adequado, em termos de transparência. A gama de informações que comporta pressupõe a cooperação de vários departamentos e a colaboração de numerosos funcionários encarregados de coletar os dados de base (TINOCO, 2001, p.38).

Segundo Iudícibus (2000, p.19), “o estabelecimento dos objetivos da Contabilidade pode ser feito na base de duas abordagens distintas: ou consideramos que o objetivo da contabilidade é fornecer aos usuários, independentemente de sua natureza, um conjunto básico de informações que, presumivelmente, deveria atender igualmente bem a todos os tipos de usuários, ou a contabilidade deveria ser capaz e responsável pela apresentação de cadastros de informações totalmente diferenciados, para cada tipo de usuário”.

O Balanço Social possui pelo menos quatro vertentes (MARTINS, 1999, p.12), que são: a de Recursos Humanos, a Ambiental, a das Relações com a sociedade e a do Valor Adicionado. Conforme Ribeiro e Lisboa (1999, p.14), “estas vertentes podem ser tratadas isoladamente, como também em conjunto”. Do Balanço Social, podem ser obtidos indicadores tanto de ordem qualitativa quanto quantitativa, seja de caráter econômico, como a relação entre salários pagos ao trabalhador e as receitas brutas e a produtividade social da empresa, seja de caráter social, como nível de absenteísmo e evolução do emprego na empresa.

O Balanço Social ainda é um instrumento pouco utilizado pelas empresas brasileiras, embora a quantidade de publicações cresça a cada ano, de acordo com dados do próprio Ibase. Todas as empresas o divulgam de forma voluntária, e os motivos são vários. De acordo com Torres (2001, p.22), pode-se dizer que se trata de uma conjunção de interesse, vontade e necessidade do meio empresarial, ou ainda, conforme Sucupira (2001, p.124), “fazer e publicar o balanço social é mudar aquela visão tradicional em que a empresa deveria tratar apenas de produzir e obter lucro, sem se preocupar com a satisfação de sua força de trabalho e com o ambiente externo, para uma visão moderna em que os objetivos da empresa incorporam sua responsabilidade social”.

4 – METODOLOGIA

Tendo em vista a amplitude e as especificações das organizações sem fins lucrativos, gostaríamos que tivesse sido possível coletar dados da ASTIB – Associação da Terceira Idade e Idosos do Barreiro para a elaboração do Balanço Social da Entidade, por consideramos que é um estudo de caso importante para as análises envolvidas neste setor.

Gil (1999, p.58) afirma que o estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira que permita o seu amplo e detalhado conhecimento, tarefa praticamente impossível mediante os outros delineamentos considerados.

Com relação à complexidade dos objetivos estabelecidos, a pesquisa do tipo aplicada não foi possível, pois os dados primários não foram, até esta data, apresentados para a pesquisa documental.

Pesquisa documental - a pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A diferença essencial entre elas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico,

ou que ainda podem ser re-elaborados de acordo com os objetos da pesquisa (GIL, 1999, p.51).

A coleta de dados no estudo de caso é feita através de diversos procedimentos: observação, análise de documentos e/ou entrevistas. Segundo Gil (1999 p.122), é comum desenvolver um estudo de caso partindo da leitura de documentos, passando para a observação e a realização de entrevistas e culminando com a obtenção de histórias de vida. Para verificar a veracidade anunciada nos documentos apresentados, torna-se fundamental possuir o balanço patrimonial de períodos consecutivos com o objetivo de desenvolver um estudo e elaborar o referido Balanço Social.

Diante da impossibilidade de acesso aos dados para a pesquisa documental, optamos pela pesquisa bibliográfica sobre o Balanço Social.

Pesquisa bibliográfica – é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas. As pesquisas sobre ideologias, bem como aquelas que se propõem à análise das diversas posições acerca de um problema, também costumam ser desenvolvidas quase exclusivamente a partir de fontes bibliográficas (GIL, 1999, p.48).

Para que haja um trabalho bibliográfico, faz-se necessário um conjunto de livros, artigos, documentos, etc. escritos sobre o assunto por diversos autores pertencentes a diferentes correntes de pensamento. Tem como objetivo levar o acadêmico a conhecer de forma exaustiva o que diferentes especialistas da área comentam sobre o tema.

5 – ENFOQUE DO BALANÇO SOCIAL

Estados Unidos: Ênfase nos consumidores / clientes e na sociedade em geral, qualidade dos produtos, controle de poluição, contribuição da empresa a obras culturais, transportes coletivos, e outros benefícios à coletividade; abordagem de caráter ambiental.

Holanda: Enfoque em informações sobre as condições de trabalho.

Suécia: Ênfase em informações para os empregados.

Alemanha: Enfoque nas condições de trabalho e em aspectos ambientais.

Inglaterra: Forte discussão sobre responsabilidade social, e grandes pressões para divulgação mais ampla dos relatórios sociais.

França: Enfoque em informações para os empregados: nível de emprego, remuneração, condições de trabalho e formação profissional.

6 – PRINCÍPIOS DA ELABORAÇÃO DO BALANÇO SOCIAL

Na elaboração do Balanço Social, Kroetz (2000, p.108) sugere a observância de alguns princípios, que poderão dar ao demonstrativo maior eficácia e credibilidade, dentre os quais se destacam:

Princípio da objetividade: este princípio baseia-se na premissa de que todas as informações deverão ser fidedignas aos fatos que estão sendo relatados; portanto, não se deve permitir que juízos de valor interfiram naquilo que está sendo relatado.

Princípio da continuidade: neste caso, busca-se garantir que as informações possam ser comparadas em diferentes períodos; portanto, é necessário que a coleta dos dados ocorra de forma constante.

Princípio da pertinência: aqui é necessário observar até que ponto a informação é de fato relevante para os *stakeholders*. A relação entre o custo da elaboração e divulgação do demonstrativo e o retorno propiciado pela transparência deve ser positiva ou favorável.

Princípio da uniformidade: é necessário que haja uma padronização no que se refere aos procedimentos metodológicos para a elaboração do balanço social, bem como a utilização de notas explicativas quando alterações se fizerem necessárias.

Princípio da certificação: o relatório deve permitir uma certificação por agente externo, garantindo, assim, a credibilidade das informações prestadas.

BALANÇO SOCIAL – SUGESTÃO “MODELO”.

1 – Identificação					
Nome da instituição:		Tipo/categoria (conforme instruções):			
Natureza jurídica: <input type="checkbox"/> associação <input type="checkbox"/> fundação <input type="checkbox"/> sociedade sem fins lucrativos? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não		Isenta da cota patronal do INSS? <input type="checkbox"/> x <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não			
Possui Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEAS)? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não		Possui registro no: <input type="checkbox"/> CNAS <input type="checkbox"/> CEAS <input type="checkbox"/> CMAS			
De utilidade pública? <input type="checkbox"/> não Se sim, <input type="checkbox"/> federal <input type="checkbox"/> estadual <input type="checkbox"/> municipal		Classificada como OSCIP (lei 9790/99)? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não			
2 – Origem dos recursos					
	2006		2005		
	Valor (mil reais)		Valor (mil reais)		
Receitas Totais		100%		100%	
a. Recursos governamentais (subvenções)					
b. Coral e Ponto de Cultura					
c. Doações de pessoas físicas					
d. Contribuições					
e. Repasses Financeiros – Parceiros					
f. Cooperação internacional					
g. Prestação de serviços e/ou venda de produtos					
h. Outras receitas financeiras					
3 – Aplicação dos recursos					
	2006		2005		
	Valor (mil reais)		Valor (mil reais)		
Despesas Totais		100%		100%	
a. Projetos, programas e ações sociais (excluindo pessoal)					
b. Pessoal (salários + benefícios + encargos)					
c. Despesas diversas (somatório das desp. abaixo)					
Operacionais					
Impostos e taxas					
Financeiras					
Capital (máquinas + instalações + equipamentos) Imobilizado					
Outras (que devem ser discriminadas conforme relevância)					
4 – Indicadores sociais internos					
(Ações e benefícios para os(as) funcionários(as))	2006		2005	% sobre receita	Metas 2006
	Valor (mil reais)		Valor (mil reais)		
a. Alimentação					0
b. Educação					0
c. Capacitação e desenvolvimento profissional					0
d. Creche ou auxílio-creche					0
e. Saúde					0
f. Transporte					0
Total – Indicadores sociais internos					0
5 - Projetos, ações e contribuições para a sociedade					
(Ações e programas aqui listados são exemplos. Ver instrução)	2006		2005	% sobre receita	Metas 2006
	Valor (mil reais)		Valor (mil reais)		
a. Educação popular/alfabetização de jovens e adultos(as)					
b. Combate à fome				0	
Valores totais					
6 - Outros indicadores					
Nº total de atendimentos diretos e indiretos	2006				0

7 – Indicadores sobre o corpo funcional			Metas 2006	
Nº total de empregados(as) ao final do período			0	
Nº de admissões durante o período			0	
Nº de prestadores(as) de serviço			0	
% de empregados(as) acima de 45 anos			%	
Nº de mulheres que trabalham na instituição			0	
% de cargos de chefia ocupados por mulheres			%	
Idade média das mulheres em cargos de chefia			0	
Salário médio das mulheres			R\$	
Idade média dos homens em cargos de chefia			0	
Salário médio dos homens			R\$	
Nº de negros(as) que trabalham na instituição			0	
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)			%	
Idade média dos(as) negros(as) em cargos de chefia			0	
Salário médio dos(as) negros(as)			R\$	
Nº de brancos(as) que trabalham na instituição			0	
Salário médio dos(as) brancos(as)			R\$	
Nº de estagiários(as)			0	
Nº de voluntários(as)			0	
Nº portadores(as) de necessidades especiais			0	
8 – Qualificação do corpo funcional		2006	2005	Metas 2006
Nº total de docentes				0
Nº de doutores(as)				0
Nº de mestres(as)				0
Nº de especializados(as)				0
Nº total de funcionários(as) no corpo técnico e administrativo				0
Nº de pós-graduados (especialistas, mestres e doutores)				0
Nº de graduados(as)				0
Nº de graduandos(as)				0
Nº de pessoas com ensino médio				0
Nº de pessoas com ensino fundamental				0
Nº de pessoas com ensino fund. incompleto				0
Nº de pessoas não-alfabetizadas				0
9 – Informações relevantes quanto à ética, transparência e responsabilidade social		2006	Metas 2007	
Relação entre a maior e a menor remuneração		636,37%		0,0
O processo de admissão de empregados(as) é:		100% por indicação 0% por seleção/concurso		100% por indicação 0% por seleção/concurso
A instituição desenvolve alguma política ou ação de valorização da diversidade em seu quadro funcional?		<input type="checkbox"/> sim, institucionalizada		<input type="checkbox"/> sim, institucionalizada
		<input type="checkbox"/> sim, não institucionalizada <input type="checkbox"/> não		<input type="checkbox"/> sim, não institucionalizada <input type="checkbox"/> não
		<input type="checkbox"/> negros <input type="checkbox"/> gênero <input type="checkbox"/> opção sexual		<input type="checkbox"/> negros <input type="checkbox"/> gênero <input type="checkbox"/> opção sexual
Se "sim" na questão anterior, qual?		<input type="checkbox"/> portadores(as) de necessidades especiais		<input type="checkbox"/> portadores(as) de necessidades especiais
		<input type="checkbox"/> todas.		<input type="checkbox"/> todas.
A organização desenvolve alguma política ou ação de valorização da diversidade entre alunos(as) e/ou beneficiários(as)?		<input type="checkbox"/> sim, institucionalizada		<input type="checkbox"/> sim, institucionalizada
		<input type="checkbox"/> sim, não institucionalizada <input type="checkbox"/> não		<input type="checkbox"/> sim, não institucionalizada <input type="checkbox"/> não

Se "sim" na questão anterior, qual?	<input type="checkbox"/> negros <input type="checkbox"/> gênero <input type="checkbox"/> opção sexual	<input type="checkbox"/> negros <input type="checkbox"/> gênero <input type="checkbox"/> opção sexual
	<input type="checkbox"/> portadores(as) de necessidades especiais	<input type="checkbox"/> portadores(as) de necessidades especiais
	<input type="checkbox"/> todas	<input type="checkbox"/> todas
Na seleção de parceiros e prestadores de serviço, critérios éticos e de responsabilidade social e ambiental:	<input type="checkbox"/> não são considerados	<input type="checkbox"/> não são considerados
	<input type="checkbox"/> são sugeridos <input type="checkbox"/> são exigidos	<input type="checkbox"/> são sugeridos <input type="checkbox"/> são exigidos
A participação de empregados(as) no planejamento da instituição:	<input type="checkbox"/> não ocorre <input type="checkbox"/> ocorre em nível de chefia	<input type="checkbox"/> não ocorre <input type="checkbox"/> ocorre em nível de chefia
	<input type="checkbox"/> ocorre em todos os níveis	<input type="checkbox"/> ocorre em todos os níveis
Os processos eleitorais democráticos para escolha dos coordenadores(as) e diretores(as) da organização:	<input type="checkbox"/> não ocorrem <input type="checkbox"/> ocorrem regularmente	<input type="checkbox"/> não ocorrem <input type="checkbox"/> ocorrem regularmente
	<input type="checkbox"/> ocorrem somente p/cargos intermediários	<input type="checkbox"/> ocorrem somente p/cargos intermediários
A Instituição possui Comissão/Conselho de Ética para o acompanhamento de:	<input type="checkbox"/> todas as ações/atividades <input type="checkbox"/> ensino e pesquisa	<input type="checkbox"/> todas as ações/atividades <input type="checkbox"/> ensino e pesquisa
	<input type="checkbox"/> experimentação animal/vivissecação	<input type="checkbox"/> experimentação animal/vivissecação
	<input type="checkbox"/> não tem	<input type="checkbox"/> não tem
10 - Outras Informações		

7 – DESENVOLVIMENTO

O motivo da publicação do Balanço Social vai muito além do cumprimento de uma mera obrigação legal. Além de ser um instrumento que agrega valor, pois traz um diferencial para a imagem da empresa, cada vez mais valorizado pelos consumidores, o Balanço Social é uma ferramenta inovadora e transformadora. Como não há legislação sobre o Balanço Social no Brasil, o Instituto Brasileiro de Análise Sociais e Econômicas (Ibase) sugere um modelo mínimo de publicação que pode ser adotado pelas empresas.

7.1 PARTES DO MODELO SUGERIDO PELO IBASE:

Base de Cálculo – Neste item, são informados os valores da Receita Líquida, do Resultado Operacional e da Folha de Pagamento Bruta da empresa. Esses valores serão base para o cálculo dos percentuais a serem discriminados nos demais itens, ou seja, será demonstrada, por exemplo, a proporção dos gastos efetuados em programas ambientais em relação à Receita Líquida da empresa.

Indicadores Sociais Internos – Referem-se aos gastos efetuados na área social em prol dos funcionários da empresa, como por exemplo: Alimentação, Saúde, Encargos Sociais, Capacitação Profissional, Participação nos Lucros, entre outros.

Indicadores Sociais Externos – Referem-se aos gastos efetuados na área social em prol da comunidade, como por exemplo: Educação, Creches, Cultura, entre outros, inclusive os gastos que a empresa teve com tributos, uma vez que os mesmos são destinados à realização de ações sociais.

Indicadores do Corpo Funcional – Neste item, são discriminadas informações referentes aos funcionários da empresa, como por

exemplo: o número de empregados admitidos; os que possuem idade acima de 45 anos; o total de mulheres e quantas ocupam cargos de chefia; o número de funcionários portadores de deficiências, entre outras.

Informações Relevantes ao Exercício da Cidadania Empresarial – São relatadas informações que demonstrem o interesse pela manutenção de um bom ambiente de trabalho e da participação dos funcionários em projetos e benefícios da empresa, como por exemplo: o número de acidentes de trabalho; se a participação nos lucros contempla apenas a direção ou se abrange todos os empregados; se os empregados têm participação nos projetos sociais, entre outras.

Outras Informações – Este item é livre para a empresa indicar qualquer outra informação com relação aos seus aspectos sociais.

8 – INTERPRETAÇÃO DO BALANÇO SOCIAL

Para levantar o Balanço Social, são utilizadas informações do Balanço Patrimonial que alimentam as contas de origem e aplicação de recursos. É necessária também a aplicação de uma entrevista estruturada para o preenchimento das contas de indicadores sociais internos, sobre o corpo funcional, e a geração de informações relevantes quanto à ética.

Há várias demonstrações de origens e aplicações de fundos. Uma delas é a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR), que visa identificar as modificações ocorridas na posição financeira da organização no curto prazo, motivadas pelo ingresso de novos recursos, além dos gerados pelas próprias operações, e a forma como estes foram aplicados, cujo

excesso ou insuficiência reflete no aumento ou diminuição do Capital Circulante Líquido (CCL= AC-PC) (VICECONTI, 2004, p. 361).

A Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos é útil não só para a própria administração, como também para os sócios e para terceiros, como bancos, financiadores e os investidores em geral.

Demonstra, além da variação do Capital Circulante Líquido, as origens das variações. É muito importante o conhecimento de tais fatos, pois eles poderão auxiliar substancialmente a análise econômica e financeira de qualquer entidade (IUDÍCIBUS, 1998, p.227).

9. CONCLUSÃO:

Elaborar um Balanço Social não é uma tarefa fácil, pois a predominância de dados que possam ser expressos em valores financeiros ou de uma forma quantitativa é fundamental para enriquecer este tipo de demonstrativo. Por isso, há tanta dificuldade em relacionar fatores financeiros com dados sociais.

Existe também uma série de prioridades gerenciais dentro de uma organização, o que acaba adiando o processo de elaboração de um Balanço Social.

Outro fator que o torna pouco difundido no Brasil é a falta de uma legislação que obrigue as empresas a elaborar e divulgar o Balanço Social.

As dificuldades encontradas ao se elaborar o Balanço Social de uma instituição do Terceiro Setor estão diretamente relacionadas ao banco de dados, que deve ser preciso, e às pessoas que estão diretamente ligadas às informações, que devem estar totalmente cientes da importância do Balanço Social, para que ele possa ser transformado em uma ferramenta eficaz e estratégica.

Infelizmente, nesta fase em que se encontra a ASTIB, pela ausência de apresentação dos dados, não foi possível desenvolver o Balanço Social da Entidade.

10. REFERÊNCIAS:

BALANÇO SOCIAL - Modelo de Balanço Social. Disponível em: www.balancosocial.org.br. Acesso em 26 set. 2006.

CAMAROTTI, Ilka; SPINK, Peter. *O que as Empresas podem fazer pela Erradicação da Pobreza*. São Paulo: Instituto Ethos, 2003.

FREIRE, Fátima de Souza (org.). *Balanço social: teoria e prática*. São Paulo: Atlas, 2001.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. *Contabilidade Introdutória*. São Paulo: Atlas, 1998.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. *Teoria da contabilidade*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

KROETZ, César Eduardo Stevens. *Balanço Social: Teoria e Prática*. São Paulo: Atlas, 2000.

MARTINS, Eliseu. In: BRAZ, Adriana. *A importância do balanço social*. Revista Mercado de Capitais. São Paulo: nº. 176, 12-13, jan/fev 1999, p. 12.

NEVES, Silvério; VICECONTI, Paulo Eduardo. *Contabilidade Básica*. São Paulo: Frase, 2004.

PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. *Desencadeando o Empreendedorismo*. O Poder das Empresas a Serviço dos Pobres. New York: PNUD, 2004.

PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. *Human Development Report*, 2005. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/rdh/> Acesso em 07/10/2006.

SOUZA, Herbert de. "Empresa Pública e Cidadã". Folha de São Paulo, p. 2-2, 26 de março de 1997.

SUCUPIRA, João A. *Ética nas empresas e balanço social*. In: SILVA, César Augusto Tibúrcio, TINOCO, João.

Eduardo Prudêncio. *Balanço Social*. São Paulo: Atlas, 2001.

TORRES, Ciro. *Responsabilidade social das empresas (RSE) e balanço social no Brasil*. In: SILVA.

CREATING OPTIONS THROUGH EMPOWERMENT: THE VILA NOSSA SENHORA DE FÁTIMA INITIATIVE

EQUIPE

Lincoln Mourão
Guilherme Soares Correa Silva

FORMULAÇÃO DO PROBLEMA

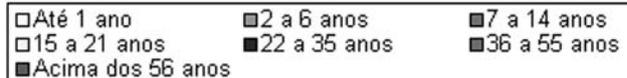
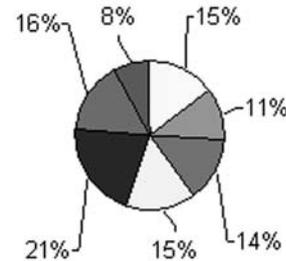
O Aglomerado da Serra é uma região de favela situada na encosta da Serra do Curral, composta de seis vilas: Marçola, Nossa Senhora de Fátima, Nossa Senhora Aparecida, Nossa Senhora da Conceição, Cafezal e Novo São Lucas.

Os dados sobre a população do Aglomerado são discrepantes. Segundo dados oficiais da década de 1990, para a Urbel - Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte - a população do Aglomerado é de 37.641 habitantes e para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social é de 45.920 habitantes. Porém, estimativas extra-oficiais do jornal Folha de São Paulo, do jornal Estado de Minas e da Rádio Favela (da própria comunidade) indicam uma população, hoje, de 160.000 habitantes.

A Vila Nossa Senhora de Fátima é uma das favelas que compõem o Aglomerado da Serra, com graves problemas de saúde, educação, urbanização e segurança. Carece de pavimentação, controle de deslizamento de terras, o saneamento básico só atende 10% da população e a coleta de lixo 48%.

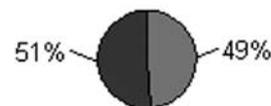
Na Vila Nossa Senhora de Fátima, cerca de 15% da população tem entre 15 e 21 anos de idade, e 21% situa-se entre os 22 e 35 anos.

Faixa Etária da População



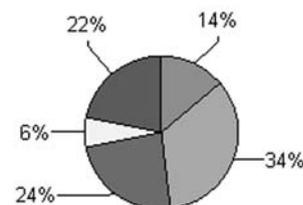
A divisão por gênero é equilibrada, 49% homens e 51% mulheres, com predominância do estado civil solteiro (63%).

Divisão da População



No quesito escolaridade geral, destaca-se que 34% da população tem até a 4ª série do ensino fundamental, 22% não respondeu, e 13% é analfabeta.

Escolaridade geral da População



O nível de escolaridade se reflete na situação ocupacional da população: 39% dos entrevistados não responderam, 17% se declararam estudantes (sem emprego) e 15% desempregados.

Situação Ocupacional da População



Outro aspecto diretamente ligado à escolaridade e à situação ocupacional é a renda familiar: 19% da população não tem renda, e 22% tem renda entre meio e dois salários mínimos.

Renda Familiar



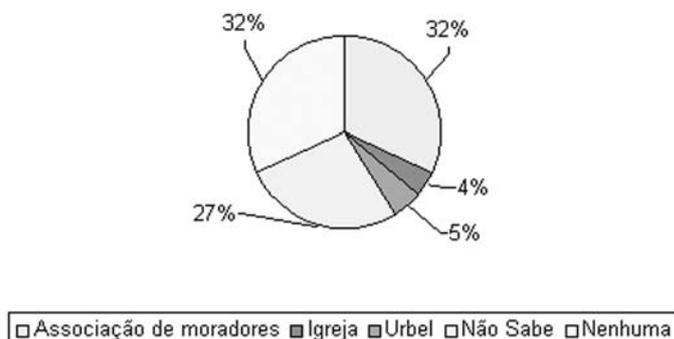
No quesito habilidades para geração de renda, o quadro é ainda mais preocupante, pois 36% dos entrevistados responderam que não sabem ou não responderam, e outros 36% responderam que não se aplica. Dos 28% restantes, 16% responderam que sua renda é originada da prestação de serviços, mas não se sabe a natureza destes.

Habilidades da População para Geração de Renda



Ao ser questionada sobre as instituições que ajudam a comunidade, 33% da população respondeu que nenhuma instituição ajuda, e outros 27% não sabem.

Que Instituições ajudam a Comunidade



Público de referência/beneficiários: jovens em situação de vulnerabilidade social e econômica da região de Belo Horizonte, tais como alunos do ensino médio e fundamental oriundos da escola pública municipal Edson Pisani e de famílias de baixa renda, com faixa etária entre 18 e 24 anos.

A Escola Municipal Edson Pisani atende cerca de 600 adolescentes, cujas famílias estão compostas na sua maioria por pais e irmãos desempregados ou empregados em atividades domésticas com baixa remuneração. Ao todo, são cerca de 350 famílias oriundas do Aglomerado da Serra (conjunto de favelas), mais precisamente da Vila Nossa Senhora de Fátima, em situação de risco social e pessoal, e atendidas pelo Projeto Escola Aberta, que é desenvolvido pela escola.

O Projeto Escola Aberta visa atender as famílias de seus alunos. O programa tem por objetivo promover a melhoria da qualidade da educação, ampliando as oportunidades de acesso a atividades educativas, culturais, esportivas, de lazer e de geração de renda por meio da abertura de escolas públicas nos fins de semana. As atividades são abertas a toda a comunidade e visam à melhoria do relacionamento entre professores, alunos e familiares, de maneira a reduzir os índices de violência entre os jovens, sobretudo aqueles em situação de vulnerabilidade social, além de proporcionar aos jovens e suas comunidades novos espaços de construção da cidadania.

Dentro da área temática de Educação, Cidadania e Trabalho, o projeto **“Creating Options Through Empowerment: The Vila Nossa Senhora de Fátima Initiative”**, de caráter social e interdisciplinar, trabalha com um público-alvo de 180 pessoas e envolve a participação da comunidade na sua concepção, desenvolvimento e avaliação. O projeto foi uma proposta de desenvolvimento de habilidades para a geração de renda em comunidades de baixo poder aquisitivo. Através deste projeto,

busca-se o desenvolvimento de aptidões e habilidades para a geração de renda. O projeto atende a uma importante expectativa da população local, que contactou a Universidade FUMEC, através da direção da Escola Edson Pisani, justificada não apenas pela precária situação econômica dos habitantes do local, como também pela necessidade de ampliação dos recursos à sua disposição para que possa se inserir em uma economia de serviços de forma organizada e competitiva.

O projeto teve também a participação de outras significativas e decisivas parcerias: PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento que, através do MDS – Ministério do Desenvolvimento Social do Governo Federal aplicaram recursos para viabilização desse projeto e, dentro de uma metodologia própria vem monitorando e avaliando a sua implantação. Destacamos também a parceria com a UNITEC – New Zealand, representada neste projeto pelo Dr. Logan Muller que nos forneceu a metodologia para concepção e desenvolvimento baseada em experiência bem sucedida em população rural do Peru. Dr. Logan Muller acompanha regularmente o desenvolvimento do projeto e zela pela integridade da metodologia, conforme implementada.

O projeto aponta métodos e ferramentas contábeis que possibilitem ao público-alvo maximizar os recursos disponíveis através de informações confiáveis e atualizadas, propiciando formação social, profissional-técnica e gerencial de qualidade, com foco na população alvo, visando dar credibilidade e sustentabilidade aos grupos para que trabalhem de forma organizada entre si. Desta maneira, pretende-se a maximização dos resultados e a continuidade das ações.

Público diretamente atingido: 180

Público indiretamente atingido: 450 famílias

OBJETIVO GERAL

Proporcionar o diagnóstico de necessidades e o desenvolvimento de habilidades e aptidões da comunidade Vila Nossa Senhora de Fátima para a geração de renda dos jovens com baixo poder aquisitivo e de suas famílias. Este objetivo foi construído a partir dos interesses e demandas dos sujeitos envolvidos, e ainda como estratégia para favorecer sua autonomia pessoal e familiar, a conquista da auto-estima e o fortalecimento de vínculos familiares, aumentando as possibilidades de inclusão produtiva e a melhoria da qualidade de vida desses sujeitos.

Objetivos específicos

- Diagnosticar, junto com a comunidade, suas habilidades e aptidões para a geração de renda (produção);

- Estimular o desenvolvimento dessas aptidões, buscando a qualificação profissional como estratégia para a conquista da autonomia pessoal e familiar;
- Desenvolver a capacidade de agir com autonomia e de protagonizar iniciativas de caráter coletivo;
- Capacitar os membros do grupo, enquanto sujeitos atuantes na sociedade, no entendimento das práticas comerciais;
- Otimizar a geração de renda, aumentando as possibilidades de inclusão social dos jovens envolvidos;
- Buscar, através de ações, a inserção da comunidade na economia de forma organizada e competitiva;
- Buscar parcerias para a produção e para a continuidade das ações.

METODOLOGIA

O Projeto é desenvolvido nas instalações da Escola Municipal Edson Pisani, na Universidade FUMEC, e junto às instalações das organizações parceiras. Com duração de 9 (nove) meses, a primeira parte do projeto foi desenvolvida a partir de duas reuniões semanais com cerca de 02h30min (duas horas e meia) de duração, totalizando quatro reuniões por mês durante a vigência do mesmo. O desenvolvimento do projeto deu-se através dos procedimentos metodológicos abaixo listados:

1. Convênios e Rubricas a serem executadas;
2. Reunião inicial com a Direção da Escola Edson Pisani, para apresentação do Projeto;
3. Mobilização do público-alvo para a participação no projeto. Esta mobilização foi realizada através da convocação do público-alvo em potencial e da divulgação do projeto;
4. Reunião inicial com a comunidade interessada, com as seguintes finalidades:
 - Promover um momento informativo, apresentando os professores e alunos-bolsistas que integrarão a equipe executora do projeto; e,
 - Promover a interação entre o público-alvo;
5. Diagnóstico:
Levantamento de dados através da aplicação de questionário para identificar as potencialidades e as demandas de melhoria do público-alvo. Este questionário teve também a finalidade de definir o perfil deste público, além de diagnosticar e elaborar suas demandas e as melhorias demandadas.
6. Escolha das ações:
Para o desenvolvimento das atividades, foram realizadas discussões com o público-alvo com vistas ao ordenamen-

to das ações demandadas pela pesquisa, formação de grupo(s), planejamento e eleição das prioridades de execução das ações, e determinação da estratégia para a obtenção de recursos para as demandas priorizadas.

7. Montagem dos grupos:

Nesta etapa, determinamos não só o perfil dos componentes do(s) grupo(s), necessário para a execução das atividades, como também foram identificadas a adequação e a disponibilidade dos mesmos. A partir das duas ações anteriores montamos os grupos de trabalho, em função das demandas identificadas e que deverão protagonizar atividades de caráter coletivo.

8. Busca de Recursos:

Esta etapa desenvolveu-se a partir do planejamento das necessidades de recursos para o(s) grupo(s) de trabalho, da discussão das estratégias de envolvimento de parceiros e interessados, da execução das abordagens e pactuação de parcerias e apoios.

9. Implantação e desenvolvimento das ações empreendidas:

Nesta etapa foram implementados: as ações de cada grupo de trabalho; o acompanhamento periódico de resultados; o realinhamento de ações; e a formalização da continuidade autônoma dos trabalhos.

10. Palestras sobre práticas contábeis:

Nesta etapa, foram ministradas palestras e realizadas dinâmicas que visavam esclarecer sobre aspectos contábeis de empreendimentos, indicar métodos de gestão contábil que aumentem a competitividade, eficiência e eficácia, e capacitar o público-alvo no entendimento das práticas comerciais visando aumentar as possibilidades de inclusão produtiva e geração de renda.

11. Palestras sobre práticas jurídicas:

Para o desenvolvimento desta etapa serão ministradas quatro (04) palestras, através de consultoria específica, cada uma delas com duas horas de duração, para esclarecimento dos aspectos jurídicos que envolvem as práticas comerciais e direitos e deveres dos cidadãos. Esta etapa deverá constar da continuidade do projeto para 2007.

12. Avaliação dos resultados:

A avaliação do projeto foi de natureza mista, isto é, de forma qualitativa e quantitativa, e se deu através de entrevistas, da observação participante e de relatórios mensais e trimestrais, com vistas a corrigir ou re-alinhar ações. Em 2007, ao final do projeto, será realizada uma avaliação global conjunta entre a coordenação do projeto, os representantes da Escola Edson Pisani e a comunidade, que também estará presente em todas as outras etapas da avaliação.

DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES

Após realizadas as quatro primeiras fases, eminentemente burocráticas e de planejamento, procedemos ao diagnóstico com aplicação de questionários a uma amostra de 185 pessoas que caracterizavam a população que seria abrangida pelo projeto. Os questionários seguiram um padrão desenvolvido especificamente para este projeto, conforme apresentado a seguir:



Levantamento de dados

Nome: _____	
Sexo: <input type="checkbox"/> M <input type="checkbox"/> F	Idade: <input type="checkbox"/> De 14 a 17 <input type="checkbox"/> De 18 a 21 <input type="checkbox"/> Acima 21
Estado civil:	<input type="checkbox"/> Solteiro <input type="checkbox"/> Casado <input type="checkbox"/> Viúvo <input type="checkbox"/> Separado <input type="checkbox"/> Outros
Escolaridade	<input type="checkbox"/> Não Alfabetizado <input type="checkbox"/> Lê e escreve, mas nunca frequentou a escola <input type="checkbox"/> Até a 4ª Série <input type="checkbox"/> 1ª a 8ª Séries Incompleto <input type="checkbox"/> 1ª a 8ª Séries Completo <input type="checkbox"/> Ensino Médio Incompleto <input type="checkbox"/> Ensino Médio Completo <input type="checkbox"/> Ensino Superior <input type="checkbox"/> Curso Técnico
Número de pessoas que moram na sua casa _____	
Possui Filhos?	Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Se sim, quantos? _____
Renda Pessoal <input type="checkbox"/> Até 300 reais <input type="checkbox"/> 301 a 500 reais <input type="checkbox"/> 501 a 700 reais <input type="checkbox"/> 701 a 1000 reais <input type="checkbox"/> Acima de 1000 reais	Renda Familiar <input type="checkbox"/> Até 300 reais <input type="checkbox"/> 301 a 500 reais <input type="checkbox"/> 501 a 700 reais <input type="checkbox"/> 701 a 1000 reais <input type="checkbox"/> Acima de 1000 reais
Opções de demandas:	
<input type="checkbox"/> Orientação Sexual	<input type="checkbox"/> Legislação Trabalhista
<input type="checkbox"/> Jardinagem	<input type="checkbox"/> Alfabetização de adultos
<input type="checkbox"/> Corte e Costura	<input type="checkbox"/> Pedreiro
<input type="checkbox"/> Eletricista	<input type="checkbox"/> Inglês
<input type="checkbox"/> Computação	<input type="checkbox"/> Cabeleireiro
<input type="checkbox"/> Bijuteria	<input type="checkbox"/> Eletroeletrônica
<input type="checkbox"/> Padeiro	<input type="checkbox"/> Culinária
	<input type="checkbox"/> Garçom/Garçonete
	<input type="checkbox"/> Economia Doméstica
	<input type="checkbox"/> Crochê e Bordado
	<input type="checkbox"/> Manicure
	<input type="checkbox"/> Baby-Sitter
Outros: _____	

A partir da coleta das informações, identificamos as seguintes demandas que foram, a posteriori, trabalhadas na suas primeiras necessidades:

PROJETO: Creating Options Through Empowerment: The Vila Nossa Senhora de Fátima Initiative
Levantamento Inicial de Dados do Público-Alvo - Tabulação Final

	Masculino	Feminino	Total	% masc	% fem
RESPONDENTES	45	140	185	24,32	75,68

IDADES

14 a 17 anos	10	39	49	20,41	79,59
18 a 21 anos	9	17	26	34,62	65,38
Acima 21 anos	26	84	110	23,64	76,36
	45	140			

ESTADO CIVIL

Solteiro	34	86	120	28,33	71,67
Casado	10	44	54	18,52	81,48
Viúvo	0	3	3	0,00	100,00
Separado	1	4	5	20,00	80,00
Outros	0	3	3	0,00	100,00
	45	140			

FILHOS

Não	33	83	116	28,45	71,55
Sim	12	57	69	17,39	82,61
Quantidade filhos	30	145	175	17,14	82,86

ESCOLARIDADE

Não alfabetizado	0	1	1	0,00	100,00
Lê, escreve sem escola	0	0	0	0,00	0,00
Até 4ª série	7	23	30	23,33	76,67
1ª a 8ª incompleto	18	51	69	26,09	73,91
1ª a 8ª completo	4	8	12	33,33	66,67
Ensino médio incompleto	4	25	29	13,79	86,21
Ensino médio completo	12	27	39	30,77	69,23
Superior	0	0	0	0,00	0,00
Técnico	0	5	5	0,00	100,00

Res-Resp

RESIDENTES NA MORADIA	245	635	880	27,84	72,16	695
------------------------------	-----	-----	------------	-------	-------	------------

RENDA PESSOAL

Nenhuma	15	63	78	19,23	80,77
Até R\$ 300,00	12	48	60	20,00	80,00
De R\$ 301,00 a R\$ 500,00	14	25	39	35,90	64,10
De R\$ 501,00 a R\$ 700,00	4	3	7	57,14	42,86
De R\$ 701,00 a R\$ 1.000,00	0	1	1	0,00	100,00
Acima de R\$ 1.000,00	0	0	0	0,00	0,00
	45	140			

RENDA FAMILIAR

Nenhuma	0	4	4	0,00	100,00
Até R\$ 300,00	5	32	37	13,51	86,49
De R\$ 301,00 a R\$ 500,00	9	60	69	13,04	86,96
De R\$ 501,00 a R\$ 700,00	18	30	48	37,50	62,50
De R\$ 701,00 a R\$ 1.000,00	9	10	19	47,37	52,63
Acima de R\$ 1.000,00	4	4	8	50,00	50,00

	Masculino	Feminino	Total	% masc	% fem	geral	
OPÇÕES DE DEMANDAS							
Computação	27	96	123	21,95	78,05	24,31	1
Inglês	9	37	46	19,57	80,43	9,09	2
Cabelereiro	7	29	36	19,44	80,56	7,11	3
Culinária	2	32	34	5,88	94,12	6,72	4
Eletroeletrônica	19	14	33	57,58	42,42	6,52	5
Conserto de Celulares	19	13	32	59,38	40,63	6,32	6
Bijuteria	2	28	30	6,67	93,33	5,93	7
Corte e Costura	1	24	25	4,00	96,00	4,94	8
Eletricista	20	5	25	80,00	20,00	4,94	8
Garçom / Garçonete	7	18	25	28,00	72,00	4,94	8
Baby Sitter	1	21	22	4,55	95,45	4,35	9
Crochê e Bordado	1	18	19	5,26	94,74	3,75	10
Manicure	1	16	17	5,88	94,12	3,36	11
Jardinagem	4	5	9	44,44	55,56	1,78	12
Orientação Sexual	2	5	7	28,57	71,43	1,38	13
Padeiro	2	5	7	28,57	71,43	1,38	13
Alfabetização de Adultos	0	6	6	0,00	100,00	1,19	14
Legislação Trabalhista	1	3	4	25,00	75,00	0,79	15
Economia Doméstica	0	4	4	0,00	100,00	0,79	15
Pedreiro	2	0	2	100,00	0,00	0,40	16

Com os resultados devidamente tabulados, saímos ao mercado em busca de parcerias com entidades que reconhecidamente tivessem estrutura e pudessem contribuir para a realização das capacitações determinadas pelo levantamento de demandas.

Realizamos, junto à coordenação do Projeto Escola Aberta da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte – na Escola Municipal Edson Pisani – reuniões com dois (2) integrantes da comunidade do Aglomerado da Serra, interessados e integrados com as necessidades de cada tipo de capacitação, para que eles fossem os elos de ligação com a comunidade e demais interessados. Junto a esses integrantes, os estagiários bolsistas desenvolveram um conteúdo básico para cada tipo de capacitação, de acordo com as necessidades do público beneficiado pelos cursos.

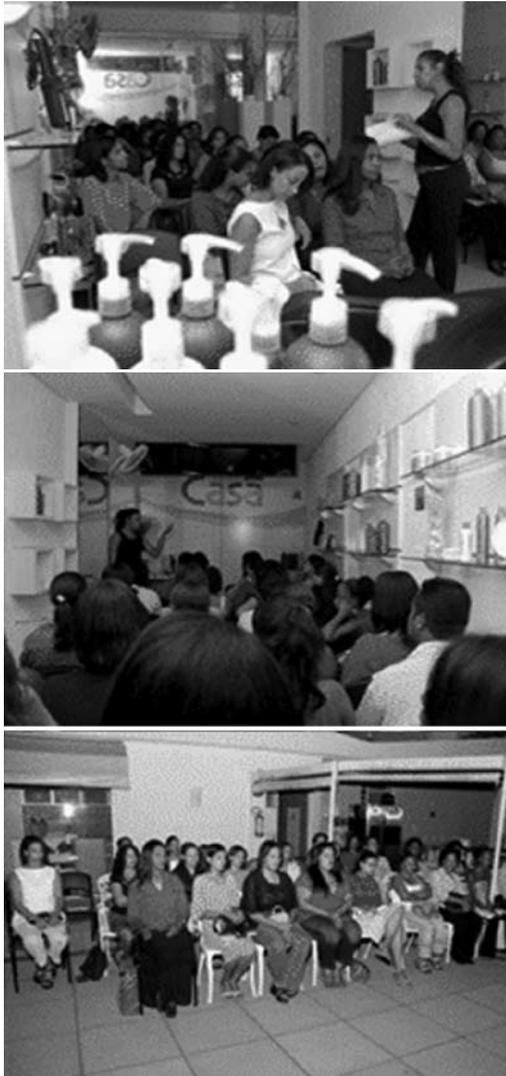
A partir das demandas identificadas e dos conteúdos ajustados junto aos interessados na comunidade, realizamos, durante o ano de 2006, a capacitação de 90 (noventa) pessoas em informática, utilizando as instalações dos laboratórios de informática da Universidade FUMEC – Faculdade de Ciências Empresariais, com o auxílio voluntário de estudantes do curso de Ciências da Computação.



Imagens das turmas de informática

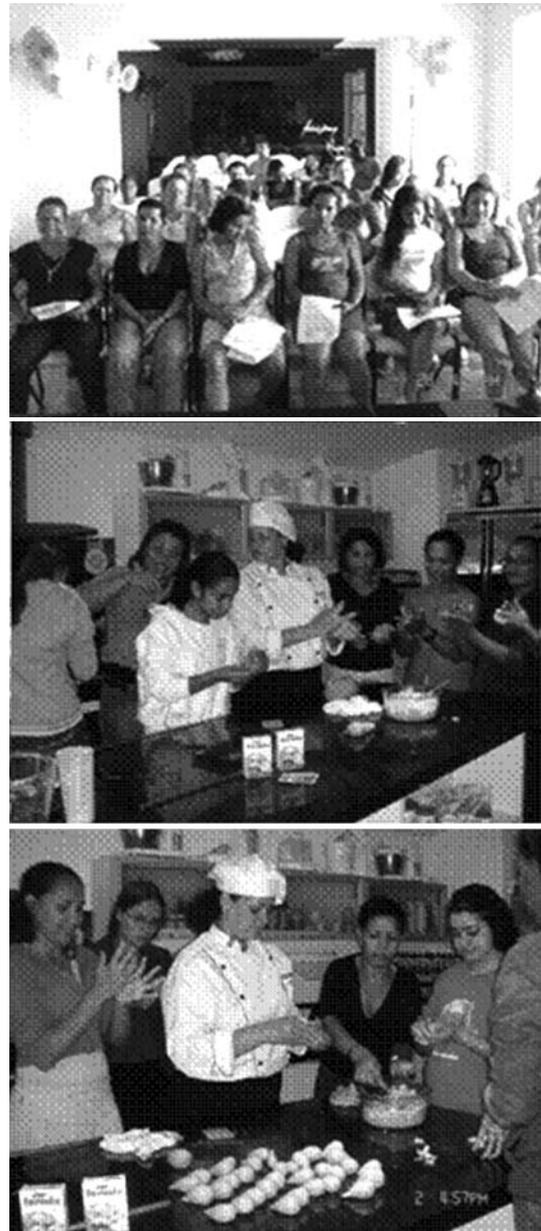
Procedemos também, em parceria com a Casa Gourmet –Arno, aos cursos de capacitação de cabeleireiros, com uma turma de 30 pessoas. Toda a estrutura física do curso, como instalações e equipamentos, foi fornecida pela Casa Gourmet – Arno, e os

professores e materiais foram cedidos pela empresa de produtos para cabeleireiros e cosmética Maxiline. A Universidade FUMEC disponibilizou o transporte semanal em ônibus para o local dos treinamentos.



Imagens da turma de cabeleireiros

Similar ao modelo adotado para o curso de cabeleireiros, o curso de culinária básica também foi realizado em parceria com a Casa Gourmet – Arno, sendo que toda a infra-estrutura, professores e matérias-primas foram cedidas pela entidade. Novamente, a Universidade FUMEC disponibilizou o transporte semanal em ônibus para o local dos treinamentos.



Imagens da turma de culinária básica

Ao final das capacitações, todos os participantes recebem um certificado de participação e de conclusão dos cursos em cerimônia com os representantes das organizações parceiras envolvidas.

CONCLUSÕES

Percebemos, durante o desenvolvimento do projeto, que todas as pessoas envolvidas depositavam uma esperança enorme nos cursos ministrados, pois estes poderiam viabilizar sua inclusão produtiva no mercado de trabalho. Recebemos as aspirações e todas as manifestações de alegria pela oportunidade que essas pessoas estavam tendo para desenvolver novas habilidades que lhes permitissem atingir um mínimo de dignidade por meio da obtenção de uma formação profissional, mesmo que básica.

O projeto permitiu que a Universidade FUMEC cumprisse sua missão de formar cidadãos dignos que pudessem contribuir para a melhoria da sociedade, e ao mesmo tempo possibilitou, através dessas pessoas, partilhar conhecimentos e experiências com uma fatia da sociedade que está à margem do desenvolvimento econômico da cidade e do país. O coordenador do projeto e os bolsistas envolvidos passaram a ter uma visão de sociedade mais real, contribuindo para que fossem repensados valores antes discrepantes com essa realidade. O substrato obtido com essa experiência será de grande valia para o aperfeiçoamento profissional dos envolvidos e, certamente, contribuirá para a adequação dos fundamentos educacionais da Universidade FUMEC na formação de seus alunos, para que estes possam estar mais próximos da realidade social que permeia a nossa sociedade.

Observamos que as pessoas capacitadas imediatamente vislumbravam a busca de fontes de renda, seja por conta própria, seja por busca de empregos, mas percebemos que é comum a essas pessoas a intenção de disseminar as capacitações agora adquiridas dentro da própria comunidade onde vivem e residem.

O trabalho dos bolsistas envolvidos na consecução do referido projeto foi vibrante e desafiador, principalmente por se tratar de uma comunidade que apresenta riscos significativos e tem uma imensa carência de conhecimentos que a sociedade atual exige.

O projeto voltou a ser submetido à Coordenação de Extensão da Universidade FUMEC e, novamente, foi aprovado na sua continuação. No ano de 2007, as capacitações serão focadas em informática básica, inglês, eletroeletrônica (conserto de aparelhos eletrodomésticos) e conserto de celulares.

DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM: CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA E DA PEDAGOGIA

EQUIPE

Professoras Coordenadoras:

Carmen Cristina Rodrigues Schffer (Curso de Psicologia- FCH/ FUMEC)

Valéria Barbosa de Resende (Curso de Pedagogia – FCH/ FUMEC)

Estudantes Bolsistas:

Jordânia Flávia Simão Antonoff

Manoel Rodrigues Afonso

Estudantes Voluntários:

Clarissa Moreira Medina

Deborah Lott Murta Aguiar

Haender Rosa da Silva

OBJETIVOS

- Promover atividades lúdicas e emancipatórias que contribuam para o desenvolvimento integral (cognitivo, corporal, afetivo e social) dos pré-adolescentes e adolescentes, a fim de fortalecer o movimento de autonomia moral, intelectual e social;
- Atuar no campo das dificuldades de aprendizagem em leitura e escrita;
- Promover oficinas com temáticas que possibilitem trabalhar os traços de insegurança, medo, ansiedade, auto-estima baixa, visando à reestruturação da identidade dos pré-adolescentes e adolescentes;
- Estimular a busca da melhoria da qualidade de vida.

PALAVRAS-CHAVE: Alfabetização; Letramento; Dificuldades de aprendizagem; Identidade.

APRESENTAÇÃO DO PROJETO E FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O Projeto de Extensão “Universidade a Serviço da Comunidade” (PROEX, FUMEC, 2005) apresentou como proposta pesquisar as necessidades e demandas da população que reside nas proximidades do Campus I da Universidade Fumec (Bairro Cruzeiro e adjacências), com o objetivo de estabelecer futuras parcerias. Através do diagnóstico psicossocial das diversas instituições, verificou-se demanda significativa no campo da Psicologia e Pedagogia em escolas municipais e estaduais. Foi a partir desse diagnóstico que duas instituições, uma da rede estadual e outra da rede municipal, foram escolhidas para o desenvolvimento do atual projeto.

O projeto “Dificuldades de Aprendizagem: Contribuições da Psicologia e da Pedagogia” é caracterizado como atividade de intervenção psicoeducativa, pesquisa-ação. Utilizamos como instrumentos entrevistas, observações, análise de documentos, registro diário das situações vivenciadas e oficinas em dinâmica de grupo.

No que se refere à oficina em dinâmica de grupo, Lúcia Afonso (2006, p.67) afirma que:

é um trabalho estruturado, independentemente do número de encontros, focalizado em torno de uma questão central que o grupo se propõe a elaborar, em um contexto social. A elaboração que se busca na oficina não se restringe a uma reflexão racional, mas envolve os sujeitos de maneira integral, formas de pensar, sentir e agir.

As oficinas em dinâmica de grupo foram desenvolvidas na perspectiva de grupo operativo. Pichon Riviére (1988) define o grupo operativo como um conjunto restrito de pessoas, ligadas entre si por constantes de tempo e espaço, articuladas por uma mútua representação interna, que se propõem explícita ou implicitamente a uma tarefa que constitui sua finalidade. Sua teoria de grupo enfatiza os vínculos sociais, que são a base para a aprendizagem e comunicação.

No campo da escrita, as atividades desenvolvidas nas oficinas seguiram as orientações dos estudos sobre o letramento, que privilegiam os usos e funções sociais da escrita, conforme discussão realizada por Magda Soares (2003). Segundo a autora, para ter acesso ao mundo da escrita o sujeito precisa aprender uma tecnologia, mas é preciso também desenvolver práticas do uso dessa tecnologia. Ainda segundo Soares (2003, p.91),

alfabetização é o processo pelo qual se adquire o domínio de um código e das habilidades de utilizá-lo para ler e para escrever, ou seja: o domínio da tecnologia – do conjunto de técnicas – para exercer a arte e ciência da escrita.

Ao exercício efetivo e competente da tecnologia da escri-

ta denomina-se letramento, que implica habilidades várias, tais como: capacidade de ler ou escrever para atingir diferentes objetivos – para informar ou informar-se, para interagir com outros, para emergir no imaginário, no estético, para ampliar conhecimentos, para seduzir ou induzir, para divertir-se, para orientar-se, para apoio à memória, para catarse...; habilidades de interpretar e produzir diferentes tipos e gêneros de textos; habilidades de orientar-se pelos protocolos de leitura que marcam o texto ou de lançar mão desses protocolos, ao escrever; atitudes de inserção efetiva no mundo da escrita, tendo interesse e prazer em ler e escrever, sabendo utilizar a escrita para encontrar ou fornecer informações e conhecimentos, escrevendo ou lendo de forma diferenciada, segundo as circunstâncias, os objetivos, o interlocutor...es e conhecimentos, escrevendo ou lendo de forma diferenciada, segundo as circunstâncias utilizar a escrita para encontrar ou fornecer informações e conhecimentos, escrevendo ou lendo de forma diferenciada, segundo as circunstâncias, os objetivos, o interlocutor...

No tocante às relações ensino/aprendizagem, adotamos a perspectiva socio-interacionista defendida nos estudos de Vygotsky (1979). O autor aponta os fatores culturais, sociais e históricos como preponderantes para o desenvolvimento dos sujeitos. Essa mesma concepção de sujeito é adotada por Pichon Riviére (1988) quando enfatiza que o sujeito não é só um sujeito relacionado; é um sujeito produzido nas interações entre indivíduos, grupos e classes.

Assim, nos procedimentos de ensino deve-se considerar não apenas o processo biológico e maturacional dos sujeitos, mas os aspectos sociohistóricos-culturais. Entende-se que sujeitos pré-adolescentes ou adolescentes moradores de condomínios de luxo ou moradores de bairros periféricos ou vilas passam por processos de desenvolvimento que são diferenciados.

Para compreender as contribuições de Vygotsky no que se refere aos processos ensino/aprendizagem, é preciso focalizar o conceito de mediação. Segundo Freitas (2007, p.20),

a mediação é um conceito chave em sua teoria, explicitando que o homem não tem um acesso direto aos objetos do conhecimento, mas um acesso mediado, que é possibilitado por sistemas semióticos, destacando-se aí o papel da linguagem.

Para Vygotsky (1979), a linguagem é um sistema simbólico que possibilita a mediação e é formadora do pensamento, ou seja, o pensamento não é simplesmente organizado em palavras, mas se origina através delas. Dessa forma, cabe ao professor atuar como mediador e possibilitar, assim, a aprendizagem do aluno.

A partir da concepção de grupo operativo, podemos pensar o papel do professor como o coordenador do grupo; portanto, com-

pete a ele facilitar a expressão e as trocas dialógicas, a circulação da palavra, as articulações entre reflexão e experiências, a análise das resistências à aprendizagem, o reconhecimento e negociação dos conflitos, e a dinamização da rede de comunicação e dos processos de cooperação entre os alunos.

Fundamentadas em Vygotsky e Riviére, as atuações na intervenção psicoeducativa tiveram o enfoque dialógico e reflexivo, visando o desenvolvimento cognitivo, corporal, afetivo e social dos pré-adolescentes e adolescentes.

As oficinas foram desenvolvidas durante nove meses, através de dois encontros semanais, cada um deles com duração de uma hora e meia. Foram organizadas em grupos, tendo em média 6 (seis) integrantes cada. As atividades desenvolvidas focalizavam a reconstrução da identidade, a afetividade, a sexualidade, o projeto de vida, questões raciais, higiene pessoal e o desenvolvimento da alfabetização e do letramento. A cada encontro era decidido o que iríamos trabalhar no próximo. Tínhamos o momento inicial para apresentação do tema, discussão e fechamento, sempre integrando práticas psicológicas e pedagógicas.

A) ESCOLA MUNICIPAL

A Escola Municipal está situada no bairro Serra, região centro-sul de Belo Horizonte, e atende aos moradores do Aglomerado da Serra.

Possui um total de 1470 alunos, nos turnos manhã, tarde e noite, sendo que durante o turno da manhã são 16 turmas, com média de 30 alunos cada, que englobam 1º, 2º e 3º ciclos. Já no turno da tarde são 16 turmas de 1º e 2º ciclos, e no turno da noite são 14 turmas de 1º, 2º e 3º ciclos. Conta com um total de 124 funcionários, que atendem ao Ensino Fundamental e à Unidade de Educação Infantil (UMEI). No corpo docente da escola apenas 2 professores possuem magistério. 54 professores são graduados em Pedagogia, 13 são graduados em Matemática e Letras, e destes aproximadamente 30 possuem pós-graduação, sendo um Mestre e um Doutor.

A estrutura física da escola apresenta-se em bom estado de conservação, em especial no que se refere à limpeza, pintura e organização. O espaço é bastante amplo e arborizado, e por estar situada próximo ao Parque das Mangabeiras, recebe a visita de animais silvestres como quatis, esquilos e até cobras.

Desenvolvem diversos projetos, tais como: Escola Aberta, Meninos do Parque, PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência) da Polícia Militar de Minas Gerais, e mais recentemente a Oficina de Teatro. Nos finais de semana, a escola possibilita o acesso da comunidade à biblioteca e à quadra, bem como a participação em alguns cursos, como de confecção de bijuterias, manicure, trabalho artesanal em bambu e bordados, promovidos por voluntários.

Na dinâmica escolar, foi possível observar que, durante o horário das aulas, alguns alunos transitavam pelos corredores e outros ficavam sentados nos arredores do pátio. No dia-a-dia, o relacionamento entre os alunos era caracterizado por conflitos e agressividade. Durante o recreio, as brincadeiras eram violentas, como por exemplo: pisar no pé do colega, lutas e socos. Às vezes escutavam músicas, e o estilo preferido era o rap.

*Minha mão pequena bate no vidro do carro
No braço se destacam as queimaduras de cigarro
A chuva forte ensopa a camisa o short
Qualquer dia a pneumonia me faz tossir até a morte
Uma moeda, um passe, me livra do inferno.
Me faz chegar em casa e não apanhar de fio de ferro...
(Música: Eu Não Pedi Pra Nascer / Autor: Fação Central)*

*Eu tô cansado dessa guerra, vai tiro vem tiro...
A mãe passou gritando mataram meu filho... meu deus
quanta tristeza tudo aqui é tiro... um minuto de silêncio
descanse seu gatilho!!!*

(Música: Minuto de Silêncio / Autor: Mc Jose Reinaldo)

As letras refletem a realidade de miséria, maus tratos, violência, drogas e omissão do poder público diante dos conflitos enfrentados pela comunidade na qual residem.

Em situações de conflitos e agressividade entre os alunos, quando professores e direção não conseguiam resolvê-los, buscavam auxílio junto à polícia militar, com medidas coercitivas e pouco educativas.

A indisciplina, a dificuldade de aprendizagem e os conflitos emocionais foram considerados pelos professores, coordenadores e diretora como os principais problemas enfrentados na prática pedagógica que, somados à falta de assistência da família no acompanhamento escolar dos alunos, à gravidez precoce, ao envolvimento com drogas, à violência doméstica e às carências materiais, agravavam a situação.

Após diagnóstico da instituição, a coordenadora e os professores nos encaminharam uma listagem de alunos considerados portadores de dificuldade de aprendizagem. A partir desse encaminhamento, realizamos um diagnóstico psicológico e de alfabetização através de entrevistas, desenho da família e escritas espontâneas com os pré-adolescentes e adolescentes.

A análise destes instrumentos nos possibilitou verificar que alguns casos realmente eram de dificuldade de aprendizagem,

enquanto outros estavam relacionados à indisciplina. Foi necessário esclarecer novamente à coordenação que o objetivo do projeto era intervir junto aos alunos que apresentavam dificuldades no campo da leitura e da escrita. Dessa forma, foram selecionados 12 (doze) alunos entre 09 e 12 anos, estudantes do 2º ciclo (antigas 4ª e 5ª séries do ensino fundamental), para participarem das oficinas.

Através do diagnóstico, evidenciamos o perfil psicológico dos alunos. Estes apresentavam traços de baixa auto-estima, dificuldade de socialização, atenuada agressividade, falta de limites e de confiança nos contatos sociais, imaturidade afetiva, dificuldades para aceitar e se relacionar com o próprio corpo, carência ou aversão ao ser tocado pelo outro, e dificuldades com a sexualidade. A estrutura familiar era composta por primos, avós, tios e sobrinhos, filhos de irmãs solteiras. A figura paterna estava sempre ausente e cabia à mãe o papel de autoridade na casa.

Nas avaliações referentes às habilidades de leitura e escrita, todos os alunos, ao iniciar o projeto, não dominavam a base alfabética, conceito relevante para o domínio da tecnologia da escrita, e mostravam-se pouco mobilizados para essa aprendizagem, alegando que não precisavam saber ler nem escrever em sua vida cotidiana.

Nos primeiros contatos, os monitores de psicologia e pedagogia desenvolveram atividades que possibilitassem ao grupo construir e refletir sobre a importância das normas sociais de convivência. Foram também estabelecidas as normas de funcionamento do grupo e do trabalho a ser desenvolvido. Utilizamos como recurso o Tangram¹⁵, para a partir de sua montagem refletir sobre o que são regras, para que servem, o que é um grupo, sua finalidade e importância. O grupo construiu uma lista das normas, sendo elas: “Devo me esforçar; respeitar a todos; ajudar o colega; não vale incomodar os colegas; não vale falar palavrão; não vale bater; não vale xingar a mãe e o pai; não vale sair toda hora da sala; não vale agredir os professores; devo esperar minha vez para falar; prestar atenção; não vale sentar nas mesas; não vale jogar lixo no chão”. Destacamos a funcionalidade desse gênero discursivo e a partir dele trabalhamos a sistematização da escrita (identificação de palavras, sílabas, letras), através de caça-palavras e bingo.

Utilizamos diversas dinâmicas e jogos (rouba monte, imagem em ação, dentre outros) com a finalidade de explorar a afetividade, a cooperação, a solidariedade e a convivência harmoniosa com gêneros sexuais diferentes.

No primeiro semestre, destacamos a atividade utilizada para o fechamento das oficinas - elaborar uma receita de salada de fru-

¹⁵ Tangram é um quebra-cabeça chinês antigo, composto de sete peças. Além do quadrado, diversas outras formas podem ser obtidas, sempre observando duas regras: todas as peças devem ser usadas e não é permitido sobrepor as peças.

tas e executá-la. O grupo construiu uma lista dos cuidados básicos que deveriam ser tomados antes de preparar os alimentos, como: “manter as unhas cortadas e limpas; lavar as mãos; usar touca no cabelo; usar vasilhas limpas; lavar as frutas em uma vasilha maior; não colocar a colher que misturou os ingredientes na boca e voltar para a vasilha; servir a salada de frutas; colocar leite condensado e creme de leite; rezar; e desejar bom apetite”. Aproveitando o momento de grande interação e integração do grupo, solicitamos aos alunos que fizessem uma avaliação sobre sua participação no projeto e obtivemos as seguintes respostas: “melhorei no grupo”; “aprendi que tem que parar de xingar”; “foi tudo de bom”; “que tenha tudo de novo”.

No início do segundo semestre, percebemos dificuldades dos membros do grupo para demonstrar afetividade e se posicionar diante do outro. Durante a realização das oficinas, os alunos sempre cantarolavam a música “Vida Loka”, do grupo Racionais. Através da utilização desta música, realizamos reflexões sobre as condições de vida desses meninos e meninas e trabalhamos as relações sociais e afetivas.

Iniciamos com a leitura da letra da música, realizando uma reflexão sobre o contexto social no qual vivemos. Ao falar da vida na favela, os pré-adolescentes e adolescentes só conseguiam verbalizar o lado ruim, violência, tiroteios, tráfico, toque de recolher, tudo isso relatado como riqueza de detalhes. Propusemos que destacassem alguns aspectos positivos e montassem um painel, utilizando imagens de revistas, que permitisse retratar como é morar no Aglomerado da Serra. As imagens apresentadas foram de jovens com armas, meninos vigiando a favela, Fernandinho Beira Mar, projeto Afro Reggae, policiais, crianças pobres, artistas visitando uma comunidade, casas e famílias de classe média.

No desenvolvimento dessa atividade, percebemos que o tema drogas era inevitável. No encontro seguinte, propusemos ao grupo assistir ao filme “Meu nome é João”, que retratava a realidade de um adolescente que morava nas ruas e sua relação com o tráfico. Aproveitamos o tema do filme para dialogar sobre os tipos de drogas e seus efeitos, violência, racismo, sexualidade e afetividade.

Para finalizar o projeto, solicitamos que construíssem oralmente a história do grupo, que pode ser verificada abaixo:

Antes de começar o projeto, os meninos do grupo faziam bagunça, xingavam e brigavam. Mas depois eles foram aprendendo a respeitar por causa das regras de convivência. Jogamos baralho, localizamos no Mapa Mundi os nomes dos países da Copa de 2006, assistimos ao filme do João e o amigo, recortamos pessoas das revistas que parecem com o meu jeito de ser. Fizemos a salada de frutas, que demos para as cantineiras. Fizemos a brincadeira do nó humano, rap dos Racionais, cruzadinha,

textos que lemos, tudo que escrevemos na folha branca; o caça-palavras foi difícil. Brincamos, escrevemos no quadro. O projeto foi bom, legal, aprendemos a estudar, ficar quietos, ler e escrever. Aprendemos que drogas fazem mal para a cabeça e o corpo. Não gostamos quando juntaram os grupos 1 e 2, porque uma aluna que era do outro grupo falou que não gostou de nós. Desejamos que os meninos parem com o tráfico de drogas porque é ruim para a vida e morre cedo. Eles devem estudar para cuidar da mãe e da família.

Avaliamos que, com o desenvolvimento das oficinas, houve avanços significativos no processo de construção da escrita, em ritmos diferenciados, evidenciando a dimensão singular da construção do conhecimento. Construíram a base alfabética, passaram a atribuir significado às leituras e a produzir textos. É perceptível a melhoria da auto-imagem e a modificação nas relações interpessoais, através de: manifestação de afeto nas relações com os colegas; diminuição do limiar de frustrações; persistência nas atividades; redução da agressividade, insegurança e medo; e conseqüentemente, potencialização da auto-estima.

B) ESCOLA ESTADUAL

A Escola Estadual também está situada no bairro Serra e atende aos alunos das vilas Cafezal, Marçola e Nossa Senhora de Fátima. Oferece as séries finais do Ensino Fundamental (5ª a 8ª série) e Ensino Médio. Conta com 1.740 alunos e um total de 110 funcionários e professores. Possui 17 salas, com capacidade para 30 a 35 alunos cada; duas quadras poliesportivas com vestiários; um auditório com capacidade para 300 pessoas; refeitório; cantina; 2 pátios internos; biblioteca; videoteca; laboratórios de informática e de ciências; e sala de artes.

A escola desenvolve uma parceria com o Minas Tênis Clube, através do “Projeto Superação”. Este projeto visa criar condições para que os alunos desenvolvam seu potencial esportivo, promovendo o exercício da cidadania, a auto-estima, a integração à família, como também despertando e revelando talentos na área esportiva.

Realizamos diagnóstico dos alunos que participariam do projeto e, ao final das avaliações, constatamos que o perfil psicológico dos alunos desta escola coincide com o dos alunos da Escola Municipal objeto deste estudo. No entanto, no que se refere às habilidades de escrita, todos os adolescentes já dominavam a base alfabética.

As oficinas realizadas com os adolescentes foram desenvolvidas em dois grupos, um com alunos da 5ª série e outro com alunos da 7ª série. Desenvolvemos 18 (dezoito) oficinas com o grupo de alunos da 5ª série, composto por 6 adolescentes do sexo mascu-

lino, e 13 (treze) oficinas com o grupo da 7ª série, composto por 5 (cinco) alunos do sexo masculino.

Inicialmente, ao apresentarmos as atividades a serem desenvolvidas aos alunos, percebemos certa resistência, que foi confirmada pela recusa do grupo em participar da dinâmica de apresentação. Após explicarmos a finalidade da atividade, o grupo se restringiu a responder somente o que era necessário. No fechamento da oficina, percebemos que as causas do desinteresse decorriam do horário de funcionamento das oficinas (antes do horário das aulas), do acúmulo de atividades das quais eram solicitados a participarem, e da imposição da escola para frequentarem o projeto. Todas as cobranças da escola ocorriam porque os alunos eram considerados como alunos problemáticos.

No segundo encontro os alunos chegaram atrasados, mas foram receptivos. Explicamos novamente a finalidade do projeto e a não obrigatoriedade de participarem, e percebemos uma redução da resistência. Discutimos sobre o funcionamento do grupo e o estabelecimento de regras de convivência. As regras foram construídas coletivamente, e em seguida escritas no quadro e lidas. Após a escrita no caderno, os erros foram corrigidos pelos monitores de psicologia e pedagogia.

REGRAS DE CONVIVÊNCIA

- Não xingar palavras.
- Não desrespeitar o professor e os colegas.
- Sempre pedir o material do colega emprestado.
- Sempre levantar a mão quando quiser falar algo.
- Ir ao banheiro e beber água antes de começar a oficina.
- Chegar sempre no horário combinado: 11:00 horas.
- Não lanchar na sala.
- Não colocar apelidos.
- Não gozar o colega.
- Não falar junto com o colega (ao mesmo tempo).
- Não ficar andando na sala.
- Manter a sala limpa.

As regras foram lembradas no terceiro encontro, e em seguida os participantes foram solicitados a trabalhar em grupo e montar o Tangram. Verificamos dificuldades dos pré-adolescentes para desenvolver iniciativa, dialogar e se relacionar com os colegas. Somente dois alunos assumiram um papel participativo no grupo. Dando continuidade à atividade, destacamos 15 (quinze) palavras que definiam o trabalho de grupo, sendo elas: objetivo, interação, persistência, comunicação, laços afetivos, cooperação, determinação, liderança, coesão, disciplina, imaginação, criatividade, superação de dificuldades, tempo e empolgação. Depois da leitura, as palavras foram escritas pelos alunos nos cadernos,

que foram trocados e corrigidos entre eles. A tarefa foi concluída com envolvimento e seriedade.

No quarto encontro, somente 3 (três) adolescentes de um grupo compareceram à oficina. A atividade proposta foi construir as regras do jogo de ludo e jogá-lo. Esta atividade despertou interesse, mobilizou a afetividade e promoveu interação entre os participantes. Ao final da atividade, o grupo conseguiu definir de forma reflexiva o que era competir.

No encontro seguinte, com a participação de um número maior de alunos, desenvolvemos a atividade de caça-palavras. O tempo gasto para a realização da atividade foi diferenciado de aluno para aluno: um deles terminou a atividade em 19 minutos, e outro precisou de 14 minutos para encontrar a primeira palavra. Dando continuidade à atividade, foram escritas no quadro as regras do jogo Imagem e Ação, que seria trabalhado no encontro seguinte. Depois da leitura e cópia das regras do jogo no caderno, foi realizada a correção entre os próprios alunos.

Na realização da oficina com o jogo Imagem e Ação, os pré-adolescentes demonstraram envolvimento e entusiasmo ao jogar. Esta atividade possibilitou trabalhar as dimensões subjetiva, interacional e comunicativa dos alunos.

Em outra oficina, o grupo assistiu ao filme Central do Brasil. Neste encontro, discutimos os usos e funções da escrita, a identidade e as formas de vida dos personagens. Após o reconto do filme e a discussão dos usos e funções do gênero carta, os alunos sugeriram escrever uma carta para a monitora de pedagogia, que estava doente e não compareceu ao projeto.

Nos encontros subsequentes, os alunos discutiram sobre estrutura, função, formas de elaboração, produção e reescrita de uma carta pessoal, ou seja, refletiram sobre as condições da produção textual. Em decorrência dos jogos da copa, escreveram também um bilhete destinado aos pais informando os dias em que não haveria encontros.

Nas oficinas seguintes, a temática sugerida pelos alunos foi discutir sobre as gírias utilizadas pelos adolescentes e as letras das músicas. Listaram algumas gírias e letras de músicas que foram discutidas em grupo e, em seguida, compuseram um pagode envolvendo as gírias.

Estilo musical: Pagode
Grupo: Garotos do Pedro Aleixo
Título: Molecagem

Porra meu!
Tá rolando um pagodão
Lá na casa do seu Tião

Chegou um cara
Todo boladão
Tentou cantar a minha gata
Mas ela, não deu bola não...

O cara...
Ficou doidão
Mas eu não deixei barato não...

Peguei o cara e deitei ele no chão
Só tomou cascudão

É um doidão
É um mané
Pô bicho que cara pirado
Mas ele...viagrou grandão
Lá na casa do seu Tião.

Nas oficinas seguintes, confeccionaram instrumentos e fizeram ensaios da música. Produziram um cartaz convidando a comunidade escolar para a apresentação da música “Molecagem”. Apesar da insegurança e receio das críticas, o grupo cantou para um grupo restrito de pessoas da escola.

Com relação ao grupo dos alunos da 7ª série, avaliamos que não se tratava de dificuldades de aprendizagem, mas de um desinteresse pela leitura além de problemas de disciplina. Assim como o grupo da 5ª série, este grupo também estabeleceu as regras de convivência e trabalhou com o Tangram. No entanto, envolveu-se em práticas de leitura de artigos jornalísticos, que foram selecionados a partir do interesse do grupo. As reportagens escolhidas foram: “O Brasil - um país que não gosta de ler”; “Acupuntura”; e “A vida no morro”. Nessas oficinas, trabalhamos a construção da identidade e a função informativa da leitura.

Já no final do semestre, o grupo solicitou que fosse trabalhado o tema sexualidade. Iniciamos a discussão do tema escrevendo no quadro a frase, “Ouviu dizer que” (em casa, na escola, na rua, na tv, nos livros, etc.) e as seguintes palavras; “pênis, vulva, masturbação, virgindade, primeira vez, ato sexual, menstruação, homossexualidade, DST e AIDS”. Através do jogo “aprendendo a viver”, discutimos sobre sexualidade, doenças sexualmente transmissíveis, uso de drogas, modo de ser dos adolescentes. Outro recurso utilizado foi assistir ao filme: “Bonezinho Vermelho – Gravidez na Adolescência”, recontá-lo, reescrevê-lo e produzir um cartaz. No fechamento das atividades, os participantes grupo estavam informados corretamente sobre a temática, demons-

trando posturas mais responsáveis para consigo mesmos e com os outros.

Com as oficinas, pudemos avaliar que os alunos da 7ª série que participaram do projeto não apresentavam dificuldades de aprendizagem, mas sim desinteresse pela leitura e escrita, além de problemas de disciplina. Diante dessa realidade, optamos por trabalhar temas solicitados pelo grupo. Consideramos que o grupo conseguiu chegar num processo de autonomia e reelaborar as situações conflituosas enfrentadas. Já os alunos da 5ª série dominavam a base alfabética e apresentavam problemas relativos à ortografia e habilidades textuais. Assim, o planejamento e desenvolvimento das oficinas privilegiaram o desenvolvimento destas habilidades e a reconstrução da identidade.

C) AVALIAÇÃO DO PROJETO

Consideramos que os alunos participantes regulares do projeto obtiveram avanços significativos. No caso dos pré-adolescentes da escola municipal, pudemos verificar a construção da base alfabética, ou seja, da habilidade de perceber que nosso sistema de escrita está baseado no significante (sons da fala). Apropriar-se do sistema de escrita alfabética é uma tarefa complexa, que envolve compreender as propriedades do sistema, ou seja, desenvolver a consciência fonológica. Os adolescentes da escola estadual já dominavam a base alfabética e apresentavam problemas ortográficos, de coesão e coerência textual. Também neste último grupo estava presente a falta de mobilização para avançar na construção das habilidades textuais. A leitura e a produção de diversos gêneros textuais, bem como a utilização de diferentes portadores de texto, possibilitou a construção da competência comunicativa dos estudantes.

Durante a realização do projeto, procuramos resgatar algumas dimensões da convivência social, como respeito, solidariedade, cooperação, direitos e deveres, além de recuperar as potencialidades de cada um, mobilizando-os para a aprendizagem e resgatando sua auto-estima.

O projeto também promoveu integração, envolvimento e entusiasmo da equipe no planejamento e efetivação das intervenções, contribuindo para a formação profissional dos monitores, que se envolveram em leituras e discussões.

A experiência gerada pelo projeto, desenvolvido desde 2004, nos revelou a necessidade de trabalhar a formação continuada de professores. Entendemos que, para a construção de uma escola inclusiva e de qualidade, em que todos os alunos tenham direito à educação, não basta realizarmos oficinas desvinculadas de um projeto escolar mais amplo. Assim, para os projetos futuros, devemos envolver os professores e desenvolver atividades não apenas com grupos de alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem, mas com as turmas como um todo. Por outro

lado, as oficinas possibilitam um acompanhamento individualizado dos alunos, através da elaboração pormenorizada de diagnósticos e do registro do processo de cada estudante.

A organização de oficinas envolvendo estudantes de duas escolas, uma da rede municipal e outra da rede estadual, possibilitou ampliar o olhar sobre essas instituições, desvelar as dificuldades encontradas em cada uma delas, as estratégias utilizadas para resolver os conflitos, assim como pontos convergentes e divergentes. Dessa forma, contribuiu para a análise institucional, numa tentativa de construção da escola inclusiva.

REFERÊNCIAS

AFONSO, L. (org.) Oficinas em dinâmica de grupo na área da saúde. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006, 389 p.

FREITAS, Maria Teresa de Assunção. Uma teoria social do desenvolvimento e da aprendizagem. *Presença Pedagógica*, Belo Horizonte, v. 13 , n.73, jan.fev. 2007.

PICHON-RIVIÈRE, E. O Processo Grupal. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

SOARES, Magda. Letramento e escolarização. In: RIBEIRO, Vera Masagão. *Letramento no Brasil*. São Paulo: Global, 2003.

VYGOTSKY, Lev S. *Pensamento e Linguagem*. Lisboa: Ed. Antídoto, 1979.

ESCRITÓRIO DE NEGÓCIOS DO BARREIRO: GERAÇÃO DE RENDA PARA IDOSOS DE BAIXA RENDA A PARTIR DE UMA AÇÃO CONSORCIADA.

EQUIPE

Professores Coordenadores:
Prof. Lincoln Mourão
Prof.^a Rosa Maria Abreu Barros

Aluno Bolsista:
Leonardo Garcia Bites

FORMULAÇÃO DO PROBLEMA

Não é apenas como uma resposta às mudanças no mercado de trabalho que este projeto se coloca: ao tratar da inclusão produtiva e do desenvolvimento da consciência de cidadania, provoca uma reflexão sobre as relações sociais nas quais os trabalhadores (as) estão envolvidos e das quais também são agentes.

O reconhecimento legal da atividade de extensão universitária como formuladora e facilitadora de ações integradoras entre a produção científica e a condução desse conhecimento produzido à sociedade foi disciplinado no I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão:

A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade.

A Extensão é uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequência: a produção do conhecimento resultante do confronto com a

realidade brasileira e regional; a democratização do conhecimento acadêmico; e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade.

Além de instrumentalizadora desse processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social.

Neste contexto, ressalta-se a relevância da criação, pelos grupos de idosos, de um Escritório de Negócios, de forma cooperativa e associativa, onde seus membros trabalhem de maneira integrada e interdependente, com mecanismos de coordenação e sustentabilidade, e mantêm relação com outras estruturas de governança e mercado.

Ao pavimentar o desenvolvimento econômico de uma sociedade fundamentada em modelos capitalistas cada vez mais *darwinianos*, as organizações produtivas, em busca de uma desenfreada produtividade e conseqüentemente uma lucratividade exacerbada, provocam uma exclusão social daqueles indivíduos que não desenvolveram uma capacidade adaptativa ao novo ambiente, por pura ausência de oportunidades e/ou de visão individual do ambiente de operação dos mercados.

A organização das empresas de forma consorciada e associativa constitui-se em importante fonte geradora de vantagens competitivas duradouras, principalmente quando estas são constituídas a partir do enraizamento de capacidades produtivas e inovativas visando o empoderamento dos artesãos. Dessa maneira, projetos sociais, principalmente aqueles que objetivam a inclusão social produtiva, transformam-se em elementos amalgamadores e catalisadores das oportunidades excluídas pelo modelo capitalista.

Portanto, as cooperativas e ações consorciadas proporcionam uma inserção ou re-inserção dos indivíduos nos modelos profissionais exigidos, cujas demandas estão disponibilizadas no mercado de trabalho.

O projeto, cuja elaboração ficou ao encargo da Universidade FUMEC, conta com a parceria da UNITEC – Nova Zelândia, representada neste projeto pelo Dr. Logan Muller que nos forneceu a metodologia para concepção e desenvolvimento baseada em experiência bem sucedida em população rural do Peru. A parceria se estende a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte – Administração Regional Barreiro e da ASTIB – Associação da Terceira Idade e Idosos do Barreiro.

OBJETIVO

Criação e implantação de um Escritório de Negócios, com base em ação consorciada, proporcionando formação profissional para um público de baixa renda, focado na população acima de 50 anos de idade, em situação de risco pessoal e social, e seus

familiares adultos desempregados e mulheres responsáveis pela manutenção familiar.

O projeto desenvolve atividades de formação sempre compostas por áreas de capacitação técnica e formação ampliada. Esta formação visa que os participantes desenvolvam capacidades para se tornarem sujeitos atuantes na sociedade, assim como aumentar a possibilidade de inclusão social e incrementar a geração de renda para suas famílias.

METODOLOGIA

A metodologia para concepção e condução do projeto foi discutida entre os docentes envolvidos e submetida à avaliação da Coordenação de Extensão da Universidade FUMEC para atendimento a prazos regulamentares especificados em Edital específico. O projeto foi ainda submetido à apreciação e análise da Coordenação de Defesa dos Idosos da Administração Regional do Barreiro – Prefeitura de Belo Horizonte, e da Associação da Terceira Idade e Idosos do Barreiro – ASTIB. Durante a construção do projeto, ocorreram debates sobre a metodologia com o Sr. Logan Muller, da UNITEC – Nova Zelândia, visando adequação a um modelo internacional que permitisse uma ligação com os projetos de inclusão social-produtiva já desenvolvidos por esta instituição em outros países.

Ao final do período de discussão, a seguinte metodologia foi referendada por todos os envolvidos:

- Levantamento dos grupos de produção já organizados, compostos de idosos da regional do bairro Barreiro;
- Levantamento dos tipos de produtos fabricados pelos grupos;
- Análise mercadológica das potencialidades de produtos artesanais, das suas tendências e das demandas;
- Seleção das linhas de produtos com potencial mercadológico;
- Capacitação para melhoria das linhas de produção selecionadas;
- Capacitação para gestão;
- Estruturação física e implantação do Escritório de Negócios; e
- Avaliação dos resultados.

Esta metodologia permite que os conhecimentos transferidos para a capacitação dos indivíduos sejam assimilados em um contexto mercadológico, visando a potencialização comercial dos produtos artesanais produzidos, além de capacitar esses indivíduos a gerir esta instituição cooperativa nos moldes de coreção administrativa e de legalidade fiscal e tributária.

ESTRUTURAÇÃO DO PROJETO

Atualmente, 1680 pessoas participam dos grupos da 3ª idade na região do Barreiro. O perfil dos participantes desses grupos é caracterizado por pessoas de comunidades carentes, que convivem diariamente com problemas sociais de mais alta complexidade, e que encontram nos grupos de convivência não só espaços de sociabilidade, mas também espaços para atividades de geração de renda, na medida em que, na sua grande maioria, os participantes são aposentados e recebem um salário mínimo mensal. Por esta razão, necessitam complementar a renda familiar com trabalhos artesanais realizados nos grupos, para o sustento de suas famílias. Cabe ressaltar que muitas famílias (30,4%), pertencentes à área de abrangência administrativa da Administração Regional do Barreiro, dependem única e exclusivamente da renda dos idosos.

O Barreiro conta hoje com 23 (vinte e três) grupos de convivência da terceira idade, sendo que 16 (dezesseis) estão conveniados com a Prefeitura de Belo Horizonte através do Conselho Comunitário do Centro Social do Barreiro. Esses idosos desenvolvem atividades produtivas de base artesanal para tentar elevar seus ganhos. Porém, seus produtos não apresentam competitividade, seja por falta de qualidade, seja pelo baixo preço.

Este projeto proporciona, portanto, a melhoria qualitativa dos produtos artesanais gerados por artesãos da terceira idade do Barreiro. Pretende, conseqüentemente, incrementar tanto o valor que esses produtos podem atingir no mercado quanto sua venda em novos mercados. Traz consigo a complementaridade e a inter-disciplinariedade necessárias à viabilização de empreendimentos produtivos, devidamente inseridos em um modelo comercial, decorrentes da inserção de práticas modernas de gestão financeira e administrativa, além da adequação da forma jurídica legal e tributária.

Para permitir o desenvolvimento e a implementação do projeto e atender às limitações orçamentárias e financeiras impostas aos projetos da Universidade FUMEC, foram apresentados três projetos independentes provenientes de duas faculdades – Engenharia e Arquitetura e Ciências Empresariais – e ao mesmo tempo interdependentes quanto aos produtos finais e complementaridades. A Faculdade de Engenharia e Arquitetura apresentou o projeto de artesanato solidário contendo toda a proposta relativa a design, e a Faculdade de Ciências Empresariais apresentou dois projetos: capacitação para gestão e capacitação contábil.

A partir da apresentação individualizada desses projetos, arquitetou-se um modelo de estrutura gerencial para a administração global do empreendimento. Abaixo se apresenta o modelo hierárquico-administrativo do projeto:



O modelo implementado de gerenciamento do projeto necessitou de uma interação entre os cronogramas dos projetos individuais, de maneira a assegurar a complementaridade e a integração entre eles. Foram realizadas reuniões iniciais com a participação de todos os envolvidos, direta e indiretamente.

O dimensionamento do projeto também levou em consideração as restrições relativas a tempo de execução, de acordo com o período de duração estipulado pelo edital da Universidade FUMEC para os projetos de extensão universitária. Os projetos iniciaram-se em março/06, com previsão de encerramento em dezembro/06.

VISÃO PARTICULARIZADA DOS PROJETOS

Os subprojetos apresentados, componentes do escopo do projeto global, são apresentados abaixo com uma descrição sucinta:

SUBPROJETO DE DESIGN

Fomentar o artesanato de forma integrada, enquanto setor econômico sustentável que valoriza a identidade cultural das comunidades e promove a melhoria da qualidade de vida, ampliando a geração de renda e postos de trabalho.

A estratégia geral da capacitação desenvolvida junto aos artesãos idosos é criar produtos que apresentem características de duas das diversas categorias estabelecidas pelo SEBRAE para o artesanato produzido no Brasil: Artesanato de referência cultural e o Artesanato conceitual. Ambos são manifestações artesanais com alto valor agregado, que atingem altos preços no mercado nacional e também costumam ser os prediletos no mercado de exportação.

Segundo o Termo de Referência do Programa Nacional de Artesanato do SEBRAE, o **Artesanato conceitual** se resume a objetos produzidos por pessoas geralmente de origem urbana, resultantes de um projeto deliberado de afirmação de um estilo de vida ou afinidade cultural. A inovação é o elemento principal que distingue este tipo de artesanato das demais categorias. Por

detrás desses produtos existe sempre uma proposta, uma afirmação sobre estilos de vida e valores, muitas vezes explícitos através dos sistemas de promoção utilizados, sobretudo aqueles ligados ao movimento ecológico e naturalista. Já o **Artesanato de referência cultural** é composto por produtos cuja principal característica é a incorporação de elementos culturais tradicionais da região onde são produzidos. São em geral resultantes de uma intervenção planejada de artistas e designers, em parceria com os artesãos, com o objetivo de diversificar os produtos, porém preservando seus traços culturais mais representativos.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Ampliar as oportunidades de ocupação e renda da população acima de 50 anos de idade, em situação de risco pessoal e social;
- Promover o acesso a tecnologias adequadas ao aumento e melhoria da capacidade artesanal produtiva;
- Utilizar a inovação como um dos fatores de diferenciação do produto artesanal;
- Promover a cultura da cooperação, estimulando a criação e o fortalecimento de associações e cooperativas;
- Resgatar a cultura como fator de agregação de valor ao artesanato;
- Resgatar o saber acumulado dos idosos, o saber popular, e aliá-lo a novas técnicas artesanais e de design;
- Disponibilizar informações sobre a utilização racional dos recursos naturais, segundo os postulados da legislação ambiental;
- Socializar o acesso às informações e ao conhecimento, no âmbito do setor artesanal;
- Articular parcerias para aumentar a participação do artesanato na produção nacional, e para o conseqüente fortalecimento do setor;
- Melhorar a auto-estima e a qualidade de vida da população idosa carente e de seus familiares.

SUBPROJETO DE GESTÃO

Identificar, após a seleção de produtos gerados pelo subprojeto de design, as matérias-primas e os materiais auxiliares à produção da linha de produtos artesanais. De posse das necessidades identificadas, desenvolver, documentar e treinar os artesãos em processos de aquisição, estocagem e distribuição aos grupos de convivência, determinando ainda o fluxo e a frequência de compra, utilizando-se de técnicas para lotes econômicos, negociação de preços e condições de pagamento.

Criar controles formais que permitam, a partir de uma encomenda de produtos artesanais dos grupos, a determinação das quan-

tidades de matérias-primas a serem adquiridas, seguindo filosofia contida nos sistemas MRP – *Materials Resource Planning*.

Desenvolvimento de rotinas de controles administrativos para recebimento de materiais e distribuição por grupos de convivência em função das encomendas. As rotinas referem-se a atividades internas necessárias ao bom funcionamento da instituição (cooperativa ou associação, conforme definição a ser tratada no subprojeto seguinte: contábeis), a fim de assegurar a integridade administrativa e confiabilidade dos dados e informações geradas para gerenciamento de resultados, e a distribuição de resultados conforme a participação de cada indivíduo ou grupo de convivência.

Construção de rotinas comerciais que assegurem a integridade das atividades operacionais e de relacionamento entre os indivíduos ou grupos de convivência, preservando a proporcionalidade de sua atividade produtiva de artigos artesanais na produção total do grupo.

Capacitar os coordenadores de cada grupo nas técnicas de gestão requeridas para a administração das atividades da entidade, em especial determinando níveis aceitáveis mínimos que possam eventualmente comprometer a saúde operacional, administrativa e financeira da instituição.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a. Aplicar à entidade que congregará as atividades comerciais dos grupos de convivência conceitos mínimos e modernos que permitam indicar a condição geral da instituição;
- b. Desenvolver rotinas administrativas, financeiras e operacionais que possibilitem a gestão diária das atividades inerentes a uma entidade posicionada no mercado;
- c. Assegurar elementos mínimos que integrem um rol de itens que necessitam ser gerenciados na instituição;
- d. Capacitar os gestores da entidade para que possam administrar os recursos de maneira transparente e segura, garantindo legitimidade dos atos administrativos concernentes à atividade.

SUBPROJETO CONTÁBEIS

Analisando-se a extensão do projeto, a implantação da metodologia e a continuidade dos processos, percebeu-se a necessidade de avaliar as práticas comerciais e contábeis, e até mesmo de revisar os processos de constituição e legalização da entidade, de maneira a atender às exigências legais e fiscais. Constatamos que, na sua maioria, organizações desse tipo são lideradas por pessoas voluntárias, mas na maioria das vezes sem habilidades ou competências gerenciais.

Estudos recentes comprovam que as organizações do terceiro setor estão passando por uma crise de sustentabilidade, tendo dificuldades para captar recursos (financeiros, materiais e humanos) de maneira eficiente e contínua, bem como para utilizá-los com competência. A formação de competências administrativas e operacionais é importante para a melhoria da gestão, como também a adoção de sistemas de planejamento, avaliação e monitoramento dos recursos.

Neste sentido, a ciência da contabilidade pode produzir um conjunto de conhecimentos e ferramentas de gestão que venham a aparelhar essas entidades para a melhoria de sua competitividade e sua eficácia.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a. Apontar métodos e ferramentas contábeis que possibilitem aos gestores da entidade maximizar os recursos disponíveis, através de informações confiáveis e atualizadas;
- b. Atender à legislação tributária aplicável às entidades sem fins lucrativos, em especial as Associações e Cooperativas;
- c. Capacitar os membros da entidade a gerenciar seus próprios recursos, analisando o reflexo desta gestão no seu patrimônio, de maneira que estes se sintam parte da gestão tributária nacional. Conseqüentemente, essa inserção permitirá sua inclusão social como cidadãos-contribuintes.

RESULTADOS

O Escritório de Negócios do Barreiro é um projeto que foi iniciado em março de 2006, com conclusão prevista para dezembro de 2006. Por se tratar de um projeto em andamento, os resultados até o presente momento baseiam-se nas etapas já concluídas e referem-se aos indicadores de execução e de elevação da autoestima dos idosos envolvidos.

Os resultados apresentados abaixo demonstram a evolução do projeto:

- Levantamento dos grupos de produção de idosos já organizados na regional do Barreiro, por meio da verificação dos dados junto à Administração Regional Barreiro da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Identificamos os grupos que desenvolvem atividades produtivas, a natureza dessas atividades, e a quantidade de pessoas por grupo. Nesta fase, a técnica de pesquisa utilizada foi a de documentação indireta, através de pesquisa documental de fontes primárias e secundárias.

- Cadastramento dos produtores e das respectivas linhas de produção de base artesanal:
 - a. faixa etária;
 - b. sexo;
 - c. estado civil;
 - d. escolaridade;
 - e. composição familiar;
 - f. profissão dos membros da família;
 - g. renda individual;
 - h. renda familiar;
 - i. atividades artesanais desenvolvidas;
 - j. renda obtida com estas atividades;
 - k. canais de distribuição de seus produtos.

Nesta fase, a técnica de pesquisa utilizada foi a de observação direta extensiva, através da aplicação de questionários em visita a cada um dos grupos de convivência.

- Levantamento dos tipos de produtos fabricados pelos grupos, utilizando-se uma ficha de produto, obtendo-se as seguintes informações:
 - a. tipo de produto;
 - b. material utilizado;
 - c. fornecedores;
 - d. equipamentos/ferramentas utilizados;
 - e. tempo gasto para produzir;
 - f. presença de embalagem;
 - g. funcionalidade;
 - h. adequação ao mercado;
 - i. média de vendas;
 - j. preço do produto;
 - k. foto digitalizada do produto.

Nesta fase, a técnica de pesquisa utilizada foi a observação direta intensiva, nas seguintes modalidades: observação não participante; e entrevistas com os idosos.

- Análise mercadológica das potencialidades de produtos artesanais e suas tendências e demandas, realizada por uma equipe composta por designers, analista de marketing, analista de varejo, economista e administradores.
- Relatório de tabulação de dados, contendo as seguintes informações:
 - a. potenciais mercados;
 - b. canais de distribuição;
 - c. tendências e modismos de produtos de base artesanal;

- d. possibilidades de inovação;
- e. públicos potenciais;
- f. faixas de valores gastos com produtos artesanais.

Nesta fase, foram utilizadas as seguintes técnicas de pesquisa:

- a. documentação indireta, através de pesquisa documental de fontes primárias e secundárias, e de pesquisa bibliográfica;
- b. observação direta extensiva, através de aplicação de questionários;
- c. observação direta intensiva, através de entrevistas e grupos de foco.

- Seleção de 3 linhas de produtos artesanais com potencial mercadológico, com base no relatório de análise mercadológica, considerando:

- a. maior potencial de ampliação de vendas e colocação no mercado;
- b. facilidade de adaptação da linha já existente às tendências de mercado; e
- c. uma vez atendidos os dois primeiros itens, as linhas que envolverem o maior número de indivíduos dos grupos de convivência.

Os resultados abaixo listados referem-se àqueles secundários, obtidos ao longo do desenvolvimento do projeto, que podem ser mensurados a partir dos contatos periódicos com os idosos nas atividades propostas pela metodologia:

- a. entusiasmo com a perspectiva da oportunidade de inserção produtiva e conseqüente geração de renda a partir do trabalho consorciado;
- b. resgate da cultura local de um bairro de Belo Horizonte, consubstanciado na memória de épocas e situações vividas pelos idosos dos grupos de convivência;
- c. integração entre indivíduos, proporcionando o compartilhamento de conhecimentos de técnicas específicas, dominadas anteriormente de maneira não solidária;
- d. socialização dos indivíduos e dos grupos de convivência, que essencialmente se portavam de maneira independente em relação uns aos outros;
- e. compreensão da necessidade de planejar atividades e de desenvolver ações claras de relacionamento interpessoal;
- f. desenvolvimento da auto-estima dos participantes frente à possibilidade de inserção ou re-inserção produtiva.

CONCLUSÕES

As conclusões que podem ser reportadas até a presente fase do projeto – capacitação para melhoria das linhas de produção selecionadas – sugerem a assertividade do assunto – inclusão social produtiva – e permitem identificar não só a plena absorção das capacitações ministradas como também a conveniência das ações alinhadas às necessidades do público-alvo.

REFERÊNCIAS

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. *Políticas de Extensão Universitária Brasileira*. 1.ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. 135p.

CAMPOS, Maria da Luz Góis; LOPES, Elinete Luisa. *Administração da produção artesanal em empresa cooperativa: o caso da Copala*. R.Adm., São Paulo, v.41,n.2,p.208-216,abr./maio/jun.2006.

MEYER, J. W. ROWAN, B. *Institutionalized organizations: formal structure as myth and ceremony*. American Journal of Sociology, 83:340-63, 1977.

GIL, Thais Nogueira; PENA, Roberto Patrus Mundim. *Análise de um Projeto de Responsabilidade Social Empresarial: Inclusão ou Integração?* In: ENEO - Encontro Nacional de Estrutura Organizacional. ANPAD, 2006.

PENA, R.P.M.; CARVALHO NETO, A. *Responsabilidade Social Empresarial e o Desenvolvimento Local: a dimensão política e a dimensão estratégica da atuação social das empresas*. In: Trabalho e Cidade. Belo Horizonte, PUC-Minas, 2004.

SACHS, Ignacy. *Inclusão social pelo trabalho*. Rio de Janeiro, Garamond, 2004.

GINÁSTICA LABORAL/ PARCERIA SLU – UNIVERSIDADE FUMEC

EQUIPE

Professoras Coordenadoras:

Cláudia Ferreira Mazzoni, Aládia Cristina Rodrigues

Alunos do curso de Fisioterapia:

Andressa Furtado Calixto, Breno Marcos Tadeu Almeida, Natália Nascimento Salomão Bruck

Alunos do curso de Educação Física:

Ana Carolina Rocha Ribeiro, Brunna Maria Lima Lage

1 - INTRODUÇÃO

A vida moderna, caracterizada por uma rotina agitada com compromissos de toda ordem, favorece o aparecimento de estresse, fadiga, hábitos alimentares inadequados, sedentarismo, dentre outros (NAHAS, 2001). Qualquer trabalhador pode, em algum momento da sua vida, passar por situações de tensão, de alto nível de responsabilidades e de cobranças, seja no âmbito ocupacional ou familiar, que impactam negativamente a sua qualidade de vida. De acordo com a Organização Mundial da Saúde, qualidade de vida é a “Percepção do indivíduo de sua posição na vida, no contexto da cultura e do sistema de valores em que vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações” (FLECK, 2000). Portanto, uma queda na qualidade de vida pode implicar em prejuízos na saúde e contribuir na instalação de níveis de incapacidade para a realização de atividades laborais, de lazer e sociais (BUSS, 2000).

Muito se tem discutido e publicado sobre a importância das atividades físicas e do estilo de vida na melhoria da saúde e na qualidade de vida das pessoas. Estima-se que 70% da população brasileira apresentam um estilo de vida sedentário, o que predispõe esta população às mazelas oriundas desse modo de viver. É comprovado que a prática de atividade física é fundamental para a manutenção ou melhoria da saúde do ser humano, contribuindo para a qualidade de vida, para o desenvolvimento harmônico do corpo e da mente (NAHAS, 2001).

A Ginástica Laboral tem sido apontada como uma estratégia de ação importante, tanto no caráter preventivo de sintomas do sis-

tema músculo-esquelético como na integração social de pessoas envolvidas em atividades laborais afins. Esta atividade consiste na prática de exercícios físicos específicos, durante o expediente de trabalho, onde o relaxamento e alongamento muscular terão a finalidade de prevenir sintomas provenientes de doenças ocupacionais, como os distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (DORT), os quais podem ser caracterizados por encurtamentos e estiramentos musculares, tendinites, lombalgias, etc., e a manutenção do bem-estar físico e mental. Ela pode ser realizada antes do expediente de trabalho, considerada *Ginástica Laboral Compensatória*, durante o trabalho, caracterizada como *Ginástica de Pausa*, e após as atividades laborais, denominada *Ginástica de Relaxamento* (LIMA, 2005).

Revelados em pesquisas, os benefícios diretos para as empresas que promovem a ginástica laboral seriam a melhoria na qualidade dos serviços prestados, com a diminuição do afastamento do trabalho gerado por distúrbios osteomusculares, e a elevação da força, flexibilidade, agilidade e resistência no exercício das tarefas. Dentre os benefícios para trabalhadores estão: diminuição de dores corporais; prevenção de doenças ocupacionais como LER/DORT; redução do cansaço e da fadiga muscular; melhora da atenção e concentração para as atividades diárias; melhoria no relacionamento social, no trabalho em equipe e do ambiente de trabalho; além da prevenção de acidentes de trabalho (GONÇALVES e VILARTA, 2004).

Preocupados com a qualidade de vida dos servidores e com o conjunto de fatores que contribuem para manter a saúde do ser humano em perfeitas condições, desenvolvemos um projeto de atividade de Ginástica Laboral na Superintendência de Limpeza Urbana (SLU), em Belo Horizonte. A implantação desta atividade teve como objetivo geral promover a qualidade de vida dos servidores, viabilizando o seu bem-estar físico e mental; e como objetivos específicos: 1) Preparar os servidores para aquecimento dos grupos musculares solicitados nos afazeres ocupacionais; 2) Amenizar os efeitos gerados pelo estresse e lesões em estágio inicial, possibilitando tratamento; 3) Promover melhor integração entre os servidores da SLU, fortalecendo o “espírito de equipe”, tornando o ambiente de trabalho mais agradável e descontraído; e 4) Diminuir o absenteísmo causado por lesões e doenças ocupacionais.

2 – DESENVOLVIMENTO DO PROJETO DE EXTENSÃO: GINÁSTICA LABORAL, PARCERIA FUMEC/SLU.

Este projeto foi elaborado a partir de demanda da própria SLU – que é uma Autarquia Municipal criada pela Lei nº 2.220, de 27 de Agosto de 1973, e tem como finalidade a exploração dos serviços de varredura, limpeza urbana, coleta, depósito, tratamento, e transformação dos resíduos sólidos da capital. Para a realização destes serviços, conta com aproximadamente 5.000 trabalhadores, entre pessoal próprio e empresas prestadoras de serviços.

O projeto foi desenvolvido a partir de várias reuniões entre as coordenações dos cursos de Educação Física e Fisioterapia da Universidade FUMEC e a SLU. Todas as reuniões solicitadas aos dirigentes da SLU para elaboração do projeto e planejamento das atividades foram realizadas. Foi muito importante o envolvimento de todos os segmentos da instituição parceira, representados pela gerência, supervisão, serviços de saúde e de segurança, e recursos humanos.

Após as negociações iniciais, selecionamos dois alunos bolsistas e quatro voluntários dos cursos de Fisioterapia e Educação Física para o desenvolvimento efetivo do projeto. Esses alunos participaram de reuniões periódicas, objetivando compreender a atividade dos garis, elaborar e discutir os exercícios selecionados para o grupo de trabalhadores, e propor estratégias de motivação sócio-educativas. Além das reuniões que foram realizadas na FCS/FUMEC, os alunos acompanharam as atividades laborais, ou seja, as rotinas diárias dos garis, para uma compreensão do esforço físico e das demandas dos trabalhadores *in loco*, e fizeram o levantamento dos sintomas músculo-esqueléticos por meio de questionários onde registraram queixas de dores, distensões, torções e aspectos de saúde em geral.

De acordo com os dados deste diagnóstico inicial, o trabalho foi desenvolvido pelos monitores por meio de acompanhamento, manutenção das atividades propostas e avaliação constante, sob a coordenação de professoras dos cursos de Fisioterapia e Educação Física, com base na seguinte metodologia:

1. Visitas de acompanhamento dos monitores a cada setor, no mínimo duas vezes por semana, realizadas de 7:00h às 7:30h ou 13:00h às 13:30h;
2. Elaboração de uma série de exercícios, modificada mensalmente;
3. Realização de atividades educativas diferenciadas, como dinâmicas de grupo;
4. Realização de palestras educativas;
5. Utilização de materiais alternativos: *thera band*, colchonetes, bolas;

6. Reaplicação de questionário sobre sintomas músculo-esqueléticos e comparação de dados, para avaliação das atividades desenvolvidas.

3 – PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS

O projeto atendeu a cerca de 100 funcionários. Dentre eles, o primeiro grupo, composto pelos garis do viaduto Santa Tereza, pôde ser reavaliado antes do término do projeto.

80% dos participantes do grupo eram do sexo feminino e 20% do sexo masculino, com média de 45 anos de idade. Este grupo de garis trabalha 8 horas por dia, perfazendo uma média de 17 anos de envolvimento na mesma atividade.

Os garis relataram maior disposição para manter não somente as atividades laborais, mas também os afazeres domésticos. Eles enfatizaram também que todo o conhecimento adquirido durante as orientações teóricas e práticas foi repassado para familiares e amigos, pois o consideraram de grande valia.

Outros aspectos considerados como resultados positivos da atividade foram:

1. Interação entre acadêmicos e profissionais de Fisioterapia e Educação Física;
2. Interesse e participação dos garis no projeto;
3. Total apoio dos setores administrativos da SLU para o desenvolvimento de todas as ações propostas pelo projeto;
4. Aprendizado para os acadêmicos sobre organização e liderança de atividades desenvolvidas em grande grupo;
5. Oportunidade de aplicação, na prática, de conceitos teóricos de disciplinas tais como cinesiologia, fisiologia, e saúde ocupacional e qualidade de vida;
6. Aprendizado para os acadêmicos sobre trabalho em equipe e tomada de decisão;
7. Aprendizado para os acadêmicos sobre a importância da transformação da linguagem científica em uma linguagem popular, para que fosse garantida a compreensão das orientações repassadas aos trabalhadores;
8. Participação da Universidade em ações de caráter sócio-educativo, elevando o conceito da Universidade FUMEC junto à Prefeitura de Belo Horizonte.

Sob o ponto de vista físico, foi observada uma redução da intensidade e do número de sintomas músculo-esqueléticos apresentados por aqueles que participaram das atividades de ginástica laboral, das atividades educativas e das palestras de orientação.

Através da comparação dos dados obtidos nos dois questionários, um deles aplicado antes do início do programa e o segundo após três meses de implantação da ginástica laboral, foram observadas as alterações descritas no quadro a seguir.

Quadro 1: Comparação das queixas músculo-esqueléticas entre os garis, antes e depois da implementação do Programa de Ginástica Laboral.

Região Corpórea	Primeiro Questionário	Segundo Questionário	Diferença
Coluna cervical	74%	86,5%	12,5%
Coluna torácica	91%	95%	4%
Coluna lombar	57%	71%	14%
Ombro direito	57%	57%	0%
Ombro esquerdo	51%	54%	3%
Membro superior direito	62%	81%	19%
Membro superior esquerdo	68%	54%	-14%
Punho/mão direito	71%	78%	7%
Punho/mão esquerdo	77%	78%	1%
Membros inferiores	48%	52%	4%

A melhoria do bem-estar físico foi percebida e relatada pelos trabalhadores através de depoimentos como os exemplificados abaixo:

“Sinto maior disposição para fazer as tarefas de casa”.

“Voltei a freqüentar bailes de forró”.

“Repasso os conhecimentos aprendidos aqui para meus familiares e vizinhos”.

“A turma daqui está mais animada”.

4 – CONCLUSÃO

Concluimos, com o planejamento, organização e desenvolvimento deste projeto, que as ações executadas vêm de encontro às diretrizes curriculares dos cursos da área de saúde, que enfatizam a necessidade da formação de um profissional com visão crítica e reflexiva, capaz de desenvolver suas competências a partir da realidade em que está inserido, pois os acadêmicos só foram capazes de elaborar e desenvolver palestras educativas a partir do momento em que entrevistaram, acompanharam e entenderam as atividades dos garis. Podemos citar, ainda, outros aspectos positivos, como: a interação entre acadêmicos e profissionais de Fisioterapia e Educação Física; o aprendizado dos acadêmicos sobre organização e liderança de atividades; a oportunidade de vivência da práxis a partir da aplicação de conceitos teóricos de disciplinas como cinesiologia, fisiologia, saúde

ocupacional e qualidade de vida; e a fundamental percepção dos acadêmicos de como e o quanto eles podem contribuir para a melhoria da qualidade de vida de um grupo de trabalhadores, partindo de conhecimentos adquiridos ainda na primeira metade do curso de graduação.

Os resultados parciais apresentados por este projeto demonstram a importância e a eficácia de ações preventivas consideradas tão importantes nos programas de saúde pública, assim como a fundamental participação da Universidade em ações de caráter sócio-educativas, elevando o conceito da Universidade FUMEC junto à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e à sociedade.

REFERÊNCIAS

- BUSS, P. M., Promoção da Saúde e Qualidade de Vida, *Ciência e Saúde Coletiva*, 5(1): 163-177, 2000.
- FLECK, M.P.A., O Instrumento de Avaliação de Qualidade de Vida da Organização Mundial da Saúde (WHOQOL-100): características e perspectivas, *Ciência e Saúde Coletiva*, 5(1): 33-38, 2000.
- GONÇALVES, A. e VILARTA, R. *Qualidade de Vida e Atividade Física*. 1. ed. São Paulo: Manole, 2004.
- LIMA, V. *Ginástica Laboral. Atividade Física no Ambiente de Trabalho*. 2ª edição. São Paulo: Editora Phorte, 2005.
- NAHAS, M.V. *Atividade Física, Saúde e Qualidade de Vida. Conceitos e Sugestões para um Estilo de Vida Ativo*. Londrina: Midiograf, 2001.

HISTÓRIA E MEMÓRIA DOS NEGROS DO ROSÁRIO EM BELO HORIZONTE

EQUIPE

Professora Coordenadora:

Prof.^a Vânia de Fátima Noronha Alves

Alunos Bolsistas:

Nathália Villela de Castilho, Tiago Moreira Gonçalves, Yarananda Vieira Vilaça

Transcrição de entrevistas:

Ana Carolina Queiroz Almeida, Gustavo Henrique Noronha Alves, Lorena Lazzarotti Pedersoli, Marina Félix Guimarães, Natália Faria de Salles, Nathalee Felix de Oliveira

RESUMO

Registrar as estórias, memórias e histórias de integrantes de grupos de congado, manifestação religiosa presente em Belo Horizonte, foi o propósito deste projeto de extensão, desenvolvido no ano de 2006 pelos alunos do curso de Turismo e Gestão em Hotelaria. Este artigo apresenta os objetivos, a metodologia adotada, considerações gerais sobre alguns dados coletados, e expectativas para futuros empreendimentos. Dessa forma, pretende contribuir com a formação de turismólogos conscientes sobre a importância das manifestações culturais de um povo, que deverão ser compreendidas, valorizadas e divulgadas por eles.

O PONTO DE PARTIDA: O REINADO DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO

O congo, congado ou congadas foi disseminado em várias regiões do Brasil, como Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Goiás, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, desde o início da colonização

do nosso país. O primeiro registro que se tem desta manifestação popular é uma carta datada de 1552, na qual o jesuíta Antônio Pires refere-se à participação dos negros em Pernambuco, já organizados na Confraria do Rosário (Lucas, 2002).

Em Minas Gerais, na antiga capital Vila Rica, no século XVIII, também a reza do rosário e a devoção a Nossa Senhora do Rosário e aos santos pretos, São Benedito e Santa Efigênia, estiveram vinculadas às Irmandades, Confrarias e Ordens Terceiras. A criação da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário data de 1711, num registro feito por André João Antonil relatando o costume dos negros de coroarem reis, juizes e juizas nas festas aos santos. Outro registro é a história de Chico Rei, antigo rei africano que teria vindo como escravo para Vila Rica no século XVIII. Após conquistar sua liberdade e ajudar na alforria de outros escravos, constrói no Bairro Alto da Cruz uma igreja para cultuar Santa Efigênia, sendo coroado rei da festa de Nossa Senhora do Rosário pelo Bispo de Diamantina (Lucas, 2002; Meyer, 1998; Martins, 1997; Gomes e Pereira, 1988; Puc/MG, 1974).

Ao escrever sobre o Congado em Belo Horizonte, Bertolino (2005) nos remete ao período da fundação da cidade. Segundo o autor, desde 1895 já se via em Belo Horizonte - quando esta ainda era um arraial - as suas festas tradicionais, religiosas e profanas, nas quais a população se divertia, esquecida por momentos das preocupações e trabalhos da labuta pela existência. Naquela época, as principais festas religiosas eram a da padroeira, Nossa Senhora da Boa Viagem, comemorada do dia 15 ao dia 18 de agosto; a do Divino Espírito Santo e a de Santa Efigênia, São Sebastião, Santo Antônio; e as da Semana Santa (Abílio Barreto, 1996 *apud* Bertolino, 2005).

Com relação às Irmandades, Barreto (*apud* Bertolino, 2005) observa que já no período da edificação de Belo Horizonte se encontravam aqui a Irmandade do Sacramento, que era responsável pela solenidade da Quinta-Feira Santa (dia que os fiéis denominavam de jubileu), e também da Irmandade do Rosário, responsável pela festa do Reinado ou Reisado, a festa favorita dos negros, os quais faziam o arraial estremecer com o estrondo dos seus tambores, sambucas, puítas e reco-recos, dançando em louvor a Nossa Senhora do Rosário, no primeiro domingo de outubro.

Congado é o termo coletivo mais abrangente que designa o Reinado de Nossa Senhora do Rosário. Fazem parte da família congadeira, como nos diz Saul Martins (1982): candombe, moçambique, congo, caboclinho, marujo, catopê e vilão. É a tradição cultural mais caracteristicamente mineira, ancorada na fé dos congadeiros em Nossa Senhora do Rosário, que re-atualizam o mito em suas festas, espalhadas por toda a cidade.

Conta o mito que:

Nossa Senhora do Rosário apareceu pros negros, né.

Então os brancos ficou assim né, surpreso com aquilo que acontecia e tal, aquele acontecimento e tal, e foi pra ver também né, eles viram e se interessaram né pra poder tirar, mas eles se interessaram por ela, mas não era por eles que ela interessava né. Então que vem aquela história que ela dançou na água, que ela andava, vinha encostava depois voltava, eles com muito custo conseguiram tirar com banda de música, com festa e tudo. Tirou mas ela tornou a voltar pra lá. Aí que os negros fizeram aquele compromisso de tirar e fizeram. É como se fosse uma berganha né, os senhores deu pra ele o direito que eles fossem pra lá pra cantar pra Nossa Senhora, mas, propôs se eles conseguissem daria para eles o dia de forra né, que hoje chama-se folga, chama-se domingo, feriado. Daria o negro o dia de forra, se eles não conseguissem que o trabalho então dobrava e havia as chibatás, se ganhasse 10 passaria a ganhar 20. Então foi um desafio grande, aí que eu falo que entra a fé né. E eles falavam nós vamos, nós aceitamos um desafio, é um desafio grande. Então Reinado foi sempre pautado no desafio. Reinado ele é o desafio. Então a partir desse momento que começou a história que eles fizeram os primeiros tambocos né, com toras de madeira de lenha seca no pasto. Pego, pego um coro daquele boi lá que já tinha morrido no pasto. Desse jeito fez o tambor pra i lá pra cantar pra Nossa Senhora a história que o tambor chama Tambor de Santana. Nossa Senhora saiu das águas sentou primeiro no tambor né, então Tambor de Santana. Então aí que veio a história, aí que nasceu o candombe, depois que veio a história que nasceu o Moçambique, que vem as histórias né, o Reinado, que vem todo esse processo (Entrevista cedida por Dirceu Ferreira Sérgio, 2006).

A festa de Nossa Senhora do Rosário é expressão ritualística plena da religiosidade católica dos grupos. É o momento da vivência da fé, do simbólico, da tradição, da ancestralidade, da sociabilidade, da circulação de riquezas e das trocas. Expressa a coletividade consolidando as relações sociais, manifestando a visão de mundo do grupo e dos indivíduos que vivem esta crença. Envolve realização de novenas, levantamento de mastros, alvorada, procissões, cortejos solenes, coroações de reis e rainhas, missas, cumprimentos de promessas, leilões, cantos, danças, banquetes coletivos e a entrega de coroas. Os festejos apresentam uma estrutura organizacional complexa, onde é possível identificar aspectos simbólicos e significantes, representando o legado de nações africanas e os reinos sagrados.

Atualmente, em torno de 300 guardas de congado do estado são filiadas ao CETTRO (Centro de Tradições do Rosário), antiga Federação dos Congados de Nossa Senhora do Rosário de Minas Gerais. Muito provavelmente, nosso município é a região do estado onde mais se encontram guardas de congado, com cerca de 40 grupos.

Foram esses números iniciais que motivaram a idealização deste projeto de extensão, uma vez que no momento de sua proposição não havia registro do número de guardas existentes em nossa cidade, tampouco de suas histórias, memórias, constituição, características, santos de devoção, ritmos, calendários de festas, dentre outros. Este projeto pretendia suprir esta lacuna, fornecendo bases para futuros estudos relacionados ao tema. Entretanto, ao iniciarmos nossas pesquisas deparamos com a informação de que a Secretaria Municipal de Cultura de Belo Horizonte estava realizando um levantamento sobre a história das guardas, localização e datas das festas¹⁶. Este levantamento contribuiu com informações sobre os endereços e contatos dos representantes das guardas, e para o redimensionamento da nossa proposta.

Elegemos como objetivos do projeto identificar as guardas de congado de Belo Horizonte, criando um banco de dados que pudesse contribuir para o (re)conhecimento da importância destes grupos na formação identitária do povo belorizontino e da constituição histórica de nossa cidade. Além disso, pretendíamos inserir o aluno do curso de Turismo em projetos de extensão, visando uma compreensão crítica e consciente de manifestações culturais desta natureza e de sua importância para o fenômeno turístico.

Assim, adotamos como referencial metodológico do projeto a pesquisa qualitativa, na qual o mundo humano e suas relações se transformam no seu objeto. Este tipo de pesquisa caracteriza-se pela relação do pesquisador com os sujeitos envolvidos, buscando compreender a significação dos símbolos sociais construídos. O objeto social não é uma realidade externa, mas sim uma construção subjetivamente vivida (Gomes e Amaral, 2005:52).

A história oral, metodologia indicada para pesquisas históricas e sociológicas, se tornou a mais adequada por possibilitar uma visão concreta do funcionamento e das várias etapas da trajetória de um indivíduo e/ou de um grupo social, por meio do registro de vivências individuais. Este método torna-se envolvente, uma vez que pressupõe uma parceria entre informante e pesquisador, numa relação de confiança mútua, tendo em vista objetivos comuns. Constrói-se, assim, uma imagem do passado muito mais abrangente e dinâmica¹⁷, o que permite compreender o presente e anunciar o devir.

¹⁶ A Prefeitura de Belo Horizonte disponibilizou as informações desta pesquisa no site www.pbh.gov.br. Ainda como resultado foi publicado um catálogo com o título de Salve Maria!, um filme de mesmo nome em VHS e DVD, que estão sendo distribuídos para as guardas e escolas da cidade.

¹⁷ Ver a respeito www.centrodememoria.unicamp.br

A COLETA DE DADOS: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Para alcançar os objetivos deste projeto, realizamos inicialmente um estudo sobre a referida manifestação cultural, a metodologia a ser adotada e os cuidados exigidos por suas técnicas. Neste sentido, construímos um roteiro de perguntas estabelecendo as bases para as entrevistas com os representantes e líderes das guardas na cidade. A entrevista é uma técnica de coleta de dados na qual se propõe uma conversa intencional com o informante, com vistas a recolher informações sobre um tema específico (Gomes e Amaral, op. cit). A partir daí, foi realizado o mapeamento das guardas de congo de Belo Horizonte, atividade suportada por dados recolhidos pela Prefeitura de Belo Horizonte e o CETTRO. A etapa seguinte foi o agendamento das entrevistas e sua realização. Esta dinâmica durou todo o ano de 2006. As entrevistas foram transcritas na íntegra, respeitando-se a fala dos entrevistados. Todo o processo vivido no projeto foi registrado, ainda, em fotos digitais.

Uma grande receptividade foi percebida junto aos representantes das trinta guardas entrevistadas. Uma vez explicadas nossas intenções com a entrevista, todos se colocavam prontamente dispostos a prestar informações, falando com entusiasmo da história de seus grupos, das festas e das bênçãos que Nossa Senhora do Rosário derrama sobre eles. Apenas um representante se recusou a dar entrevistas.

É interessante analisar a composição e localização das guardas. Estas são constituídas, em sua maioria, pela população negra e pobre da cidade, oriunda do interior do estado e vivendo nas periferias, em vilas e favelas, muitas delas situadas e áreas de difícil acesso geográfico e também de vulnerabilidade social.

Os dados das entrevistas nos mostraram que a grande maioria das guardas é constituída por membros de uma mesma família, perpetuando uma tradição que segue de geração em geração. Dessa forma, cria-se uma rede de sociabilidade, e é comum uma guarda participar da festa de outra, estabelecendo com esta um laço afetivo que será retribuído pela mesma ao se fazer presente em seus rituais.

A presença feminina era notada inicialmente apenas nos papéis de rainhas, princesas, fiscais e cozinheiras. Não lhes era permitida a participação como capitãs, dançantes ou instrumentistas. A inserção da mulher na sociedade como um todo também influenciou o congado, sendo que hoje existem guardas compostas só por mulheres. É grande o número de crianças, o que nos faz pensar na manutenção da tradição iniciada por seus avós e antepassados.

Além da homenagem a Nossa Senhora do Rosário e aos santos negros, outros santos são louvados. Normalmente, são eles que

dão nome aos grupos, como por exemplo, São Jorge, São Bartolomeu, São Cosme e Damião. Também a Princesa Isabel, que libertou os escravos, é por eles representada e homenageada. As cores das fardas seguem as do manto de Nossa Senhora - azul, rosa e branco - ou do santo de devoção.

Quase todas as guardas possuem uma diretoria e sede. Muitas são reconhecidas como instituições de utilidade pública. Algumas possuem uma capela dedicada à Santa, construída pelos próprios congadeiros.

Cada guarda define seu ciclo de festas, que normalmente se inicia após a semana santa e encerra com os festejos de natal. Na quaresma, nenhuma delas realiza atividades. O dia dedicado a Nossa Senhora do Rosário é 07 de outubro, mas iremos encontrar festas na cidade a partir do mês de abril e ao longo de todo o ano.

Caixas, gungas, patangomes, pandeiros, violas e sanfonas determinam os diferentes ritmos do Reinado (Lucas, 2002). Em Belo Horizonte, os principais grupos são de moçambique, congo, marujo e caboclinho, cada um com características diferenciadas.

O contato com os entrevistados nos permitiu construir relações de trocas e amizades. Fomos convidados a participar de suas festas. Assim, estivemos presentes nas comunidades em momentos posteriores às entrevistas, vivenciando a manifestação. Do mesmo modo, comparecemos à Festa de São Benedito, realizada em abril/2005, na cidade de Aparecida do Norte/SP, estreitando ainda mais o nosso contato com os congadeiros.

Nesta trajetória, encontramos também algumas dificuldades. O tempo do projeto foi insuficiente para o desenvolvimento dos estudos necessários, bem como para a realização das entrevistas. Os endereços e telefones das guardas muitas vezes estavam desatualizados, exigindo outras providências para a localização dos grupos. A incompatibilidade de horários entre alunos-bolsistas e entrevistados prolongou o período de realização das entrevistas.

Vale ressaltar, ainda, as condições de produção das mesmas. Em alguns casos, eram realizadas em locais de muito barulho, dificultando a compreensão no momento da transcrição. O mais agravante, porém, foram os problemas técnicos advindos da tecnologia utilizada. Os gravadores em fita cassete, por suas limitações, foram substituídos pelos digitais, mas a pouca habilidade do grupo com este recurso fez com que algumas entrevistas fossem perdidas, parcialmente ou totalmente. Houve atrasos também na transcrição das entrevistas. A dificuldade para encontrar profissionais especializados no serviço fez com que optássemos pela contratação de alunos. Sabemos que a falta de experiência dos mesmos, aliada às condições de produção do material coletado, interfere no resultado.

ABRINDO POSSIBILIDADES PARA O TURISMO

A realização de um projeto desta natureza num curso de graduação em Turismo nos colocou diante de algumas constatações. Uma delas é alertada por Alves e Soares (2005) quando discute sobre a inclusão dessas festas em atividades promovidas pelas secretarias de cultura, escolas, imprensa, dentre outros, o que faz com que antes de serem vistas e respeitadas como manifestações religiosas e culturais, representem um espetáculo ou mesmo um atrativo turístico. Em alguns momentos percebe-se uma dialética, pois se por um lado o congado atrai o turista, por outro, a presença deste incentiva os congadeiros, animando seus cantos e danças. Torna-se imprescindível, portanto, que o turismólogo compreenda e conheça as manifestações culturais presentes no seu campo de atuação e intervenção profissional, respeitando-as, valorizando-as, e divulgando-as.

Nossa intenção é sensibilizar o profissional desta área para que este perceba que o congado está para o mineiro assim como o boi-bumbá para o maranhense, o frevo e o maracatu para o pernambucano, e assim por diante. Dito de outro modo, é preciso reconhecer o congado como constituinte da história do nosso estado, da nossa cultura, da identidade do nosso povo.

Fica a expectativa de publicarmos o produto final, socializando as valiosas informações, de modo a contribuir com novos estudos sobre a temática, tanto no campo do Turismo como em outros. Uma outra possibilidade é a confecção de cartilhas ou folders com o calendário anual de festas do congado, a serem distribuídos nos hotéis e pontos de informação turística, conduzindo aqueles que visitam nossa cidade pelos ricos caminhos da tradição, história e memória do povo das Minas Gerais.

Este texto é dedicado a todos que contribuíram com o desenvolvimento do projeto.

A vocês, nosso muito obrigado!

REFERÊNCIAS

ALVES, Vânia de Fátima Noronha; SOARES, Dalva Maria. Ensaio sobre a festa: a folclorização do Reinado de Nossa Senhora do Rosário In: *II Seminário do CEMEF*. Belo Horizonte. Educação Física, Esporte, Lazer e Cultura Urbana: uma abordagem histórica. Belo Horizonte-MG: EEEFTO, 2005. v. 01.

BERTOLINO, Farley da Conceição. Tradição e Fé: um estudo sobre o congado. In: *Anais do VII Simpósio da Associação Brasileira de História das Religiões*. Belo Horizonte, Pontifícia Universidade Católica, 2005.

GOMES, Núbia P. de M.; PEREIRA, Edmilson de A. *Negras raízes mineiras: os arturos*. Juiz de Fora: Ministério da Cultura / EDUFJF, 1988.

_____. *Arturos, Olhos do Rosário*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 1990.

GOMES, Christianne Luce; AMARAL, Maria Teresa Marques. *Metodologia da pesquisa aplicada ao lazer*. Brasília: SESI/DN, 2005. 89 p. ISBN 85 88199-96-3

INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO CONGADO EM MINAS GERAIS. Belo Horizonte: Universidade Católica de Minas Gerais, 1974.

LUCAS, Glaura. *Os sons do Rosário*. O congado mineiro dos Arturos e Jatobá. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

MARTINS, Leda M. *Afrografias da memória: o reinado do rosário do Jatobá*. São Paulo: Perspectiva; Belo Horizonte: Mazza, 1997.

MARTINS, Saul. *Folclore brasileiro: Minas Gerais*. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: MEC/SESC/FUNARTE/Instituto Nacional do Folclore, 1982.

MEYER, Marlyse. *Caminhos do Imaginário no Brasil*. São Paulo; EDUSP, 1998.

www.centrodememoria.unicamp.br

www.pbh.gov.br

INCLUSÃO DIGITAL PARA ADOLESCENTES E IDOSOS

EQUIPE

Coordenação:

Profª Renata Sousa Silva Tolentino, Analista de Sistemas, Mestre em Administração, Professora de Elementos de Informática dos cursos da FCS/FUMEC, Professora de Informática para o curso de Administração, e Professora de Arquitetura e Redes de Computadores para o curso de Ciência da Computação e Gerência de Negócios em Telecomunicação da FACE/FUMEC.

Professores e Profissionais envolvidos:

Profª Sílvia Calmon Albuquerque, Analista de Sistemas, Mestre em Ciência da Computação, Coordenadora do curso de Pós-graduação em Gerência de Telecomunicação e Redes de Computadores, e Professora de Telecomunicação dos cursos Gerência de Negócios em Telecomunicação e Ciência da Computação da FACE/FUMEC.

Alunos do curso de Ciência da Computação da FACE/FUMEC:
Alessandra Caldeira Savastano, João Hernany Sodrê Fabiano, Paulo Vinícius Resende Correa.

Alunas do curso de Terapia Ocupacional da FCS/FUMEC:
Daniela Benício de Oliveira, Natália Germana Marcondes Ribeiro.

AMAS – Associação Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte.

RESUMO

Este artigo foi escrito com base na experiência de professoras e alunos da Universidade FUMEC em inserir adolescentes carentes e idosos no mundo digital. O projeto Inclusão Digital para Adolescentes em Risco Social está sendo desenvolvido desde 2004 em parceria com a AMAS (Associação Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte), onde foram atendidos mais de 200 alunos do Ensino Médio, com idades variando entre 12 e 19 anos, residentes em comunidades carentes de Belo Horizonte. Eles cursaram 36 horas de Informática Básica em um dos laboratórios da FACE/FUMEC. O conteúdo programático foi: conhecimentos teóricos e básicos sobre o computador; aprendizagem de programas como o Windows e processadores de texto, apre-

sentações e planilha eletrônica, do pacote Office 2003, também da Microsoft. Ao final do curso, os alunos faziam provas sobre o conteúdo e os aprovados recebiam um certificado de conclusão de curso do projeto de extensão da Universidade FUMEC.

OBJETIVOS

- Estimular nos alunos elementos que permitam caracterizar as principais perspectivas da Informática, com um direcionamento de sua importância em nossa sociedade e no mercado de trabalho, buscando subsídios para uma visão crítica e integradora dos conteúdos obtidos através da Internet, bem como verificando as conexões com aspectos da prática profissional;
- Transmitir informações sobre computadores, sua história, funcionamento e aperfeiçoamento. Apresentar programas de edição de textos, planilhas eletrônicas e apresentações, assim como utilizar os programas navegadores da Internet e também para correio eletrônico.

INTRODUÇÃO

Este projeto foi desenvolvido pela primeira vez em outubro de 2004, voluntariamente, pela professora Renata Tolentino, com 30 alunos do ensino médio selecionados no Aglomerado da Serra, região carente e com elevado risco social.

Os alunos tiveram aulas práticas em um dos laboratórios de Informática da FACE-FUMEC, e receberam kits com caneta, boné e apostila do curso. O curso teve duração de 36 horas, sendo 3 horas por dia com intervalo de 20 minutos e lanche gratuito oferecido pela FACE.

De fevereiro a outubro de 2005, já como projeto de extensão financiado pela Universidade FUMEC, conseguimos formar 2 turmas de 30 alunos cada. Os mesmos receberam apostila, caneta, lapiseira, borracha, boné, camiseta e transporte gratuito por meio de vale transporte. Eles se sentem motivados a continuar estudando em busca de um futuro melhor, e muito seguros para trabalhar com tecnologias novas, como a Internet e os programas de processamento de textos, planilhas eletrônicas e apresentações.

Em 2006, foi possível ampliar o contingente de alunos atendidos, o que resultou em 3 turmas de adolescentes com 30 alunos cada e uma turma de idosos com 24 pessoas. A participação dos alunos monitores foi de grande importância para um atendimento mais individualizado a cada aluno.

Nesta edição, além dos adolescentes incluímos a turma da terceira idade, para práticas com o computador, principalmente Internet, visitas a portais nacionais de grande impacto, cobertura nacional de notícias e correio eletrônico.

O projeto é novamente justificado pela oportunidade de treinamento básico em Informática, utilizando-se das excelentes instalações da Universidade FUMEC. É voltado para adolescentes carentes do Município de Belo Horizonte, que apresentam um grande potencial para inclusão social. Eles residem em locais carentes, têm pouco ou nenhum contato com a tecnologia, e principalmente precisam ser inseridos no mercado de trabalho para garantir o seu crescimento pessoal, social e financeiro. Todos freqüentam escolas públicas e eventualmente podem ser selecionados para trabalhos em empresas públicas através de programas municipais, porém não o são pela falta de conhecimento em Informática. Este projeto em muito tem contribuído para a formação desses adolescentes, e é de extrema importância sua continuidade, visto que a AMAS tem uma lista de espera com 150 alunos.

Alguns idosos de Nova Lima são atendidos por vários programas de saúde e qualidade de vida da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade FUMEC (FCS-FUMEC). A solicitação de um curso de informática veio dos próprios idosos. Como são residentes em Nova Lima é inviável seu transporte até o Campus I da FUMEC; daí surgiu a idéia de aproveitar as instalações da FCS-FUMEC e lecionar noções de Informática a este público tão especial. Na ocasião, foi evidente a necessidade de profissionais especializados em relacionamento humano, para a facilitação do aprendizado e do manuseio dos dispositivos do computador. Os alunos do curso de Terapia Ocupacional responderam muito bem às nossas expectativas, e também às dos idosos.

Segundo o texto “Oficinas de Planejamento Estratégico - RELATÓRIO CONSOLIDADO - Comitês Técnicos” - Comitê Executivo do Governo Eletrônico, a inclusão digital justifica-se pelo seguinte:

A inclusão digital deve ser tratada como um elemento constituinte da política de governo eletrônico, para que esta possa configurar-se como política universal. Esta visão funda-se no entendimento da inclusão digital como direito de cidadania e, portanto, objeto de políticas públicas para sua promoção. Entretanto, a articulação da política de governo eletrônico não pode levar a uma visão instrumental da inclusão digital. Esta deve ser vista como estratégia para construção e afirmação de novos direitos e consolidação de outros, pela facilitação de acesso a eles. Não se trata, portanto, de contar com iniciativas de inclusão digital somente como recurso para ampliar a base de usuários (e, portanto, justificar os investimentos em governo eletrônico), nem reduzida a elemento de aumento da empregabilidade de indivíduos ou de formação de consumidores para novos tipos ou

canais de distribuição de bens e serviços. Além disso, enquanto a inclusão digital concentra-se apenas em indivíduos ela cria benefícios individuais, mas não transforma as práticas políticas. Não é possível falar destas sem que se fale também da utilização da tecnologia da informação pelas organizações da sociedade civil em suas interações com os governos, o que evidencia o papel relevante da transformação dessas mesmas organizações pelo uso de recursos tecnológicos. Nas presentes condições do Brasil, não faz sentido focalizar a política de inclusão digital em promoção do acesso individual à Internet. Assim, a criação de uma infraestrutura pública para extensão do acesso à Internet aos setores impedidos de ter acesso individual deve ser o centro da estratégia do governo federal. A fim de obter o resultado desejado, o governo eletrônico orienta-se segundo os seguintes preceitos:

A) CONSTRUIR INFRA-ESTRUTURA DE INCLUSÃO DIGITAL VOLTADA PARA USO PÚBLICO E COMUNITÁRIO:

- A infra-estrutura de acesso não pode ser apenas estatal, mas deve promover a participação dos cidadãos e das organizações da sociedade civil em sua gestão, utilizando preferencialmente o modelo de telecentros comunitários utilizando software livre;
- Utilizar tecnologias inclusivas e não excludentes e oferecer garantia de acesso universal;
- Promover a inclusão digital não somente de indivíduos, mas também de organizações da sociedade civil.

B) PLURALIDADE DE MODELOS SOB MESMAS DIRETRIZES:

- As ações realizadas no âmbito da política de inclusão digital não serão remetidas a um modelo único de iniciativa.

METODOLOGIA

Os cursos foram desenvolvidos em 36 horas, sendo doze dias com 3 horas de aula cada e intervalo de 20 minutos com lanche gratuito para os alunos.

Formamos 3 turmas de 30 alunos, adolescentes carentes de Belo Horizonte que foram selecionados pela AMAS. A Assistência Social também fez um acompanhamento dos alunos durante os cursos. Havia monitores em todas as aulas e uma psicóloga da Prefeitura fazia visitas regulares às aulas, além da participação da gerente e de outros profissionais da Secretaria.

Ao término de cada turma, foi feita uma solenidade para a entrega de certificados aos alunos que alcançaram médias iguais ou acima de 70 pontos e premiação dos três melhores alunos.

Na turma de idosos adotamos uma metodologia diferente, visto que para eles é muito mais difícil controlar os dispositivos de entrada e saída de dados ao mesmo tempo. O número de aulas foi reduzido e o conteúdo foi focalizado na Internet. Todos aprenderam a “entrar na grande rede mundial de computadores” e criaram um e-mail gratuito para se comunicarem entre si e também com familiares. Como as aulas foram no final do ano, aproveitamos para ensiná-los a fazer cartões de natal no PowerPoint.

RESULTADOS ALCANÇADOS

A seleção de alunos para estes cursos foi feita sem nenhuma interferência da FUMEC. Os alunos foram selecionados pela Secretaria de Assistência Social, que sabe qual é a maior carência dos bairros de Belo Horizonte. Eles chegavam desconfiados e apreensivos sobre a vida na faculdade e o contato com a tecnologia, mas aos poucos iam se acostumando e sempre se mostraram dedicados e atenciosos.

Durante os cursos, os alunos receberam kits com camiseta, lapiseira, caneta, boné e sacola da FUMEC, como forma de incentivo e motivação. Recebiam também a apostila, elaborada especialmente para o curso. Os assuntos foram abordados de forma sintética, procurando-se, na medida do possível, apresentá-los com clareza e simplicidade, enfocando o uso da Informática como ferramenta de trabalho. Os cursos abordaram a utilização dos aplicativos mais comuns de processadores de texto, planilhas eletrônicas, apresentações e navegadores da Internet.

Inicialmente, os alunos estudaram alguns conceitos básicos em Informática, como histórico, gerações dos computadores, funcionamento básico (armazenamento e processamento de dados), e dispositivos mais importantes, como memória, processador, dispositivos de entrada e saída de dados. Depois passamos aos aplicativos Microsoft PowerPoint, com suas ferramentas de edição de apresentações; e Microsoft Word na elaboração de textos, formatação e configuração. Por último, estudamos o Microsoft Excel, para a elaboração de planilhas eletrônicas com funções matemáticas, estatísticas, entre outras.

As avaliações eram feitas em forma de provas práticas e teóricas, de acordo com o conteúdo ministrado ao longo do curso, e estabelecemos um limite de 70 pontos em 100 distribuídos para recebimento do certificado. O índice de aprovação foi altíssimo: 90% dos alunos foram aprovados e participaram da formatura. Alguns alunos abandonaram o curso por motivos pessoais ou problemas de indisciplina, mas foram casos pouco expressivos.

Para a turma de idosos não estabelecemos limites de pontuação, e sim metas e controles para um maior aproveitamento do curso por parte dos alunos. Todos deveriam cadastrar um e-mail gratuito e conseguir se comunicar com um parente por meio do e-mail criado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, dedicamo-nos a apresentar a experiência obtida nos eventos de Inclusão Digital para Adolescentes e Idosos, realizados em 2006, como também a justificar a pertinência da proposta e os resultados alcançados. Concluímos que é um desafio permanente para todos, em especial para alunos e docentes, conhecer profundamente e sintonizar a realidade vivida por nossos alunos com o amadurecimento de projetos como este, através dos quais eles podem ter uma nova oportunidade de vencer o preconceito e enfrentar o mercado de trabalho com mais segurança.

Seguem alguns comentários feitos pelos próprios alunos sobre os cursos:

“Olha, eu achei ótimo, pois aprendi sobre coisas que não sabia no computador. E a dar valor no que as pessoas falam e nas chances que recebemos”.

“Acho as aulas práticas e teóricas muito eficientes, pois através delas eu aprendi muito sobre PowerPoint, Word e Excel”.

“Tive algumas dúvidas no começo, mas com o tempo fui pegando. As aulas foram maravilhosas, aprendi o que eu nem imaginava ter no computador”.

“Não tenho nada a reclamar, foi tudo muito bom. Aprendi muito e sei que através deste curso vou conseguir um emprego”.

“Gostaria que o curso durasse mais tempo...”.

REFERÊNCIAS

BASTOS, Gustavo Kreuzig. *Internet e Informática para Profissionais de Saúde*, Rio de Janeiro, Revinter, 2002.

BRASIL, Oficinas de Planejamento Estratégico - RELATÓRIO CONSOLIDADO - Comitês Técnicos, Comitê Executivo do Governo Eletrônico, Maio de 2004, pp. 12-14.

DIGERATI (ED.), 101 Dicas: Microsoft Excel – vol 1, São Paulo, Digerati Books, 2003.

DIGERATI (ED.), 101 Dicas: Microsoft Excel – vol 2, São Paulo, Digerati Books, 2003.

DIGERATI (ED.), 101 Dicas: Microsoft Word, São Paulo, Digerati Books, 2003.

DIGERATI (ED.), 101 Dicas: Microsoft Power Point, São Paulo, Digerati Books, 2003.

LAUDON, Kenneth C., LAUDON, Jane Price. *Sistema de Informação*, 4ª ed. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos S.A., 1998.

VICENT, Beatriz Rodrigues Lopes, *Internet – guia para profissionais de saúde*, 2ª ed. Rio de Janeiro, Atheneu, 2004.

Informática para pessoas na terceira idade: inclusão digital ou cidadania?

EQUIPE

Professora Coordenadora:

Prof.^a Eunice Maria Rocha de Morais

Aluna Bolsista:

Tânia Maria Castro Silva

Agradecimentos às três bolsistas que participaram do projeto de “Informática Sênior” no ano de 2006 - Laura Maria Teixeira Soares; Tânia Maria Castro Silva; Vivian Carlos Vieira – e aos monitores voluntários, todos estudantes do Curso Superior de Formação em Cuidador de Idosos.

RESUMO

O número de idosos representa 8,7% da população brasileira. Em 1900, a expectativa de vida do brasileiro era de 33,7 anos, passando para 68,5 anos no ano de 2000. As projeções para o período de 2000 a 2025 permitem estimar uma expectativa média de vida do brasileiro próxima dos 80 anos, atingindo os níveis de países desenvolvidos. Diferentemente destes países, 82% dos idosos brasileiros moram em cidades, e o processo de transição demográfica caracteriza-se pela rapidez com que o aumento absoluto e relativo das populações adultas e idosas vem modificando a pirâmide populacional. (IBGE, 2000). Assim, um novo olhar deverá suprir as demandas para que a população envelhecida possa manter sua autonomia e usufruir uma qualidade de vida satisfatória. Considerando que apenas 6% dos idosos usam a Internet com frequência, é importante entender o porquê do tão baixo uso dessas tecnologias (Sobral, 2005). Ressalte-se que o potencial de consumo, considerando a renda pessoal média, é elevado. Kachar (2003) afirma que esse novo universo de relações, comunicações e trânsito de informações pode se tornar mais um elemento de exclusão para o idoso, tirando-lhe a oportunidade de participar do presente, marginalizando-o e exilando-o no tempo da geração anterior, relegado-o à

função social do passado. Utilizando-se de aulas de informática que estão sendo ministradas com metodologia diferenciada para este público na Universidade FUMEC, promovidas pelo Curso Superior de Formação em Cuidador de Idosos, esta pesquisa busca entender quais são as resistências desenvolvidas pelos idosos para utilizar o computador e qual é sua percepção após o início do curso. A metodologia aplicada é a observação direta durante as aulas e entrevistas com os idosos, em grupo e individuais, com a utilização de roteiros semi-estruturados. Em primeira instância, percebe-se que os idosos possuem dificuldades para ler na tela e no teclado, pois as letras não se encontram em tamanho adequado para superar as perdas de visão. Além disso, o mouse não tem um design adequado para suas mãos, que já sofreram os impactos da idade, tornando-se menos flexíveis. Demonstram, também, dificuldades para entender a disposição dos ícones, janelas e layout/ design das informações na tela do monitor. Muitos têm medo das tecnologias em função do preconceito imposto pela sociedade devido às suas dificuldades em utilizá-las. Essas situações concorrem para afastar os idosos da informática. Percebe-se, ao longo do curso, que há uma grande alegria em superar as dificuldades e alcançar os objetivos em conjunto. Esses são elementos importantes para um envelhecimento satisfatório, pois, segundo Neri (1993), essa condição depende do equilíbrio entre as limitações e as potencialidades do indivíduo, o qual lhe possibilitará lidar, em diferentes graus de eficácia, com as perdas inevitáveis do envelhecimento. Conclui-se que políticas públicas e empresas que tenham este público como alvo constituem um nicho de mercado ainda a ser explorado, pois se trata de um público que apresenta necessidades específicas.

INTRODUÇÃO

Tradicionalmente, o problema da velhice era reconhecido como dos países europeus, pois 12% da população mundial vivia lá, sendo que 28% das pessoas possuíam mais de 75 anos. Entretanto, a partir da década de 50, os países do Terceiro Mundo também começaram a enfrentar este problema. E nesses países o crescimento tem sido da ordem de 15 a 16 vezes, enquanto que nos países desenvolvidos situa-se em torno de três a quatro vezes (CARVALHO FILHO; PAPALÉO NETTO, 2000).

Os brasileiros com mais de 60 anos representam 8,7% da população. Em 2020, este índice deverá ser de 13%, ou seja, 27 milhões de idosos. Dentre as explicações para este crescimento estão a **expectativa de vida**, que era de 33,7 anos em 1900, passando para 68,5 no ano de 2000. As projeções para o período de 2000 a 2025 permitem estimar uma expectativa média de vida do brasileiro próxima dos 80 anos, atingindo os níveis de

países desenvolvidos. Diferentemente destes países, 82% dos idosos brasileiros moram em cidades, e o processo de transição demográfica caracteriza-se pela rapidez com que o aumento absoluto e relativo das populações adultas e idosas vem modificando a pirâmide populacional. Também, **as taxas de fecundidade e de mortalidade** são fatores que têm influenciado estes índices, sendo que no Brasil, de 1965 a 1982, houve um declínio de 30,4% na taxa de fecundidade (CARVALHO FILHO; PAPALÉO NETTO, 2000; IBGE, 2000; PAPALÉO NETTO, 2002).

Assim, um novo olhar deverá suprir as demandas para que a população envelhecida possa manter sua autonomia e usufruir uma qualidade de vida satisfatória, pois a população idosa aumentou muito nos últimos tempos, o que gerou uma demanda por cursos direcionados para o ensino dos recursos básicos de informática.

Baseando-se nas aulas de informática que estão sendo ministradas com metodologia diferenciada para este público na Universidade FUMEC, promovidas pelo Curso Superior de Formação em Cuidador de Idosos, este artigo procura descrever quais são as resistências desenvolvidas pelos idosos quanto à utilização do computador e qual é a percepção desses alunos após a utilização das tecnologias da informação.

REFERENCIAL TEÓRICO

Promover o envelhecimento saudável, com preservação da capacidade funcional, autonomia e qualidade de vida, por maior tempo possível, é a principal meta da Política do Idoso (Brasil, 2003). Assim, ações preventivas, assistenciais e de reabilitação para melhorar ou manter a capacidade funcional são fundamentais para a qualidade de vida dos idosos.

Juntamente com o envelhecimento da população, tem ocorrido a introdução de novos aparatos tecnológicos, de forma acelerada. E os idosos, por questões relacionadas à geração ou mesmo de diferenças culturais, apresentam dificuldades para incorporar tais tecnologias e mudanças em seu cotidiano, para entender uma nova linguagem e lidar com os avanços tecnológicos, até mesmo em questões mais básicas, como os eletrodomésticos, celulares, e os caixas eletrônicos instalados nos bancos. Conseqüentemente, é comum encontrar idosos iletrados em informática, ou analfabetos digitais, em todas as áreas da sociedade. Com isso, emerge a necessidade de preparar cidadãos que saibam ler, interpretar, analisar criticamente as informações recebidas e selecionar as significativas para si e para o uso coletivo (KACHAR, 2001).

Para Pretto (1996), citado por Kachar (2001), o analfabeto dos próximos anos será aquele que não souber ler as imagens gera-

das pelos meios eletrônicos de comunicação. Assim, as pessoas que se encontram na terceira idade precisam da linguagem da informática para inserir-se na sociedade tecnologicada, libertando-se do fardo de serem vistas como alguém que está ultrapassado e descontextualizado do mundo atual.

Vale ressaltar os estudos de Kachar (2001), que compararam jovens, adultos e idosos na interação com a máquina, e apontaram a importância do dimensionamento de estratégias de ensino e aprendizagem delineadas de acordo com as características e condições da população, respeitando o ritmo e o tempo para aprender, bem como as limitações físicas (auditivas, visuais) e cognitivas (memória, atenção), etc, características estas que deveriam ser consideradas, o que muitas empresas ainda não fazem. São oferecidos cursos básicos de Introdução à Informática, mas poucas destinam cursos específicos à terceira idade. E com a escassez de pesquisas no Brasil sobre este assunto, acredita-se que os cursos ainda não apresentem uma metodologia de ensino e aprendizagem específica para o idoso.

King (1997), citado por Kachar (2006), apresentou, numa conferência sobre Educação Continuada no Canadá, um estudo que identificou algumas necessidades de aprendizagem das pessoas acima de 55 anos, com o objetivo de ajudá-las a superar seus medos e resistências às novas tecnologias. Os pontos de destaque foram: as pesquisas sobre idosos e computadores ainda são muito incipientes; os idosos aceitam bem a instrução assistida e apresentam muitas razões para aprender a lidar com as novas tecnologias, mas apresentam dificuldades específicas para aprender. Essas dificuldades de aprendizado podem ser superadas através da utilização de estratégias específicas, tais como: seguir etapas gradativas de aprendizagem; auxiliar na medida da necessidade; seguir no próprio ritmo; realizar freqüentes pausas; optar por local com boa iluminação; utilizar caracteres e fontes grandes; montar classes com número reduzido de alunos; oferecer mais tempo para a execução das tarefas e repetição das mesmas.

Portanto, em relação ao aspecto *hardware*, maior atenção deveria ser dada para o *design* dos equipamentos bem como para a estrutura da sala de aula. Também a metodologia de ensino deve ser revista e alterada. Todas as práticas possibilitarão ao indivíduo idoso estar mais integrado à comunidade eletrônica e servir de elo de comunicação entre parentes e amigos, reduzindo seu isolamento, desamparo, depressão, e conseqüentemente melhorando sua qualidade de vida, conforme mostram estudos da Universidade de Stanford, citados por Nanni (2006).

Segundo Kachar (2001), algumas pesquisas apontam mudanças de atitude em relação ao computador após os cursos, pois os participantes se sentem mais familiarizados com a terminologia e a linguagem do computador; menos excluídos dos progressos tecnológicos da sociedade, menos apreensivos sobre o uso do

computador e mais confiantes nas próprias habilidades para lidar com o computador. Este deve ser considerado para esse público não como uma máquina, mas como um meio que potencializa diversas ações do idoso, dentre elas o desenvolvimento de comunicações instantâneas à distância, a busca de informações e a produção de conhecimento *online*, além de espaços de socialização entre sujeitos geograficamente distantes, etc.

Pedrosa (2006) acredita que esse processo leva a questão cronológica a desaparecer como obstáculo para a aprendizagem, afasta a idéia de que o velho só serve para falar do passado, e aproxima a idéia de que o velho constrói, produz e transforma.

A representação do computador para a terceira idade agrupa-se nas categorias: atualização e desafio. A categoria mais presente e significativa em relação ao interesse pelo computador e à sua representação é a atualização, movimento de acompanhar o momento presente. Aprender a usar o computador proporciona o desenvolvimento de habilidades operacionais, a compreensão de uma nova linguagem, e estimula a produção intelectual. O espaço de interação, aprendizagem e produção com o computador cria oportunidades para reconstrução da auto-imagem, redesenho dos espaços sociais da velhice, e rompimento de barreiras e estereótipos na construção de uma nova identidade individual e coletiva do ser idoso.

Assim, desenvolver uma metodologia adequada para capacitar tecnologicamente os idosos pode ser um caminho para incluir socialmente estas pessoas no mundo da tecnologia da informação, pois sabe-se que algumas dessas técnicas são canais de comunicação muito eficientes e de menor custo, devendo, então, ampliar as possibilidades de sua integração social. Desta forma, acredita-se que esta questão deve ser tratada como política pública, a fim de se expandir o acesso deste público grupo a esses recursos.

METODOLOGIA

Esta pesquisa teve como foco o estudo de cinco turmas que realizavam o curso de informática na FCH/FUMEC, promovido pelo Curso Superior de Formação em Cuidador de Idosos. O público-alvo é composto por pessoas com idade acima de 60 anos. No primeiro semestre de 2006 existiam duas turmas, sendo que uma delas, composta de idosos que não tinham domínio da utilização do computador, cursava o módulo básico (Internet), e a outra, formada por pessoas que já haviam realizado o módulo básico ou já tinham conhecimentos de Internet, cursava o módulo avançado 1 (*Word*). No segundo semestre de 2006, o curso possuía 3 turmas, sendo que as pessoas que haviam concluído o módulo avançado 1 (*Word*) foram promovidas para o módulo avançado 2 (*Power Point*), e os alunos que haviam feito o módulo básico

(Internet) começaram o conteúdo *Word*. Uma nova turma iniciou o módulo básico (Internet).

O curso é organizado em algumas partes, a saber:

- Discussão teórica sobre tecnologia, sociedade e terceira idade, apresentando aos alunos olhares sobre o lugar do computador na nossa sociedade;
- Aprendizagem sobre a parte física do computador (*Hardware*), de maneira a apresentar o computador por dentro;
- Apresentação dos principais recursos do computador, sistema operacional e seus programas relacionados;
- Identificação de *sites*, domínios, e-mails;
- Criação de e-mails, acesso a *sites* de busca, e visitas de endereços na Internet;
- Utilização de editores de texto e software de apresentação.

Na coleta de dados para este artigo, privilegiou-se a observação direta durante as aulas, as quais têm uma hora e quarenta minutos de duração e são intercaladas por intervalos regulares, exercícios físicos e de memória e reflexão mental.

Também foram utilizadas as respostas dos questionários de avaliação do curso, bem como foram realizados dois grupos focais, com a adoção de roteiros semi-estruturados. Estes grupos possuíam entre seis e doze alunos.

RESULTADOS

Cursos de informática para a terceira idade, principalmente os desenvolvidos como atividades de extensão universitária, são campos de produção de conhecimento sobre indivíduos da terceira idade no mundo da informática, mas no mundo empresarial ainda não são práticas comuns. Muitas escolas oferecem cursos básicos; no entanto, até o momento localizamos apenas uma em Belo Horizonte que possuía aulas específicas para esse público. Verificou-se que era um curso concentrado em três semanas, com aulas diárias de quatro horas de duração. Os alunos estudavam todo o conteúdo que no curso da FUMEC é visto em três semestres, com aulas duas vezes por semana, cada uma com uma hora e quarenta minutos de duração.

Ressalte-se que, apesar das turmas terem cerca de 30 alunos, há, no mínimo, mais três monitores assessorando o instrutor. Assim, os idosos têm monitores capacitados para lidar com pessoas da terceira idade, bem como para orientá-los nas dúvidas sobre informática.

Alguns dos alunos entrevistados relataram que já haviam realizado cursos de informática em escolas que não separavam os alunos conforme a idade, e que isso causou certo desconforto,

uma vez que eles eram mais lentos para acompanhar a turma, tinham maior dificuldade para entender e guardar os comandos e também para usar o mouse e o teclado, dentre outras dificuldades causadas pelas especificidades dessa população quanto a coordenação motora, cognição, e também à lógica do computador. Essas situações, aliadas à falta de preparo das escolas de informática, concorreram para afastá-los dos cursos.

Percebe-se, ao longo do curso, uma grande alegria em superar dificuldades e alcançar os objetivos em conjunto. Esses são elementos importantes para um envelhecimento satisfatório, pois, segundo Neri (1993), esta condição depende do equilíbrio entre as limitações e as potencialidades do indivíduo, o qual lhe possibilitará lidar, em diferentes graus de eficácia, com as perdas inevitáveis do envelhecimento. A maioria dos usuários da terceira idade tem no curso a oportunidade do primeiro contato direto com o computador. Além da satisfação pessoal que o idoso sente ao quebrar as barreiras que ele sente diante da máquina, há uma grande socialização feita entre os alunos e surgem fortes laços de amizade, laços estes que não se resumem à sala de aula e se estendem pela vida cotidiana. Essa socialização é um indício de que o idoso tem nas aulas uma fonte de novos amigos, evitando, assim, isolar-se.

Dentre as principais dificuldades observadas e citadas pelos entrevistados para aprenderem informática, estão:

- **Medo e insegurança:** Os idosos sentem muita insegurança, temendo danificar o programa ao manusear, de forma incorreta, tanto o mouse quanto o teclado. Essa insegurança os torna dependentes de um monitor a todo instante. Percebe-se que diante de qualquer mensagem que aparece no monitor eles entram em pânico e não lêem com o objetivo de entender o que se pede. Sua primeira reação é chamar pelo monitor e esperar as orientações. Após perceber esta dificuldade, os monitores estão sendo orientados a não dar a eles respostas prontas, mas questioná-lo sobre a mensagem e fazê-los descobrir a resposta correta por meio de erro e acerto, através do clique do mouse.
- **Falta de atenção e esquecimento.** Devido às perdas cognitivas que acometem o indivíduo no processo de envelhecimento, percebe-se que a falta de atenção e o esquecimento são fatores limitadores para o aprendizado. Essa limitação é sentida com mais clareza quando alguns dos idosos repetem o mesmo módulo em função de dificuldades para acompanhar o módulo seguinte.
- **Manuseio do mouse.** O mouse não possui um formato anatômico apropriado para os idosos que já estão sofrendo transformações inerentes ao envelhecimento. Os idosos com idade mais avançada não conseguem deslizar o mouse e clicar ao mesmo tempo sem retirar o cursor do lugar onde o haviam posicionado anteriormente. Percebe-se que isto acontece porque

suas articulações da mão já não têm mais a mesma flexibilidade que as de uma pessoa jovem.

- **Ler e seguir as instruções.** A falta do hábito de leitura e o não entendimento de diversos termos estrangeiros usados na linguagem tecnológica tornam as instruções menos acessíveis na percepção do idoso, gerando resistência à leitura das mesmas. Quando as mensagens são em inglês ou eles encontram páginas na Internet em outras línguas, não conseguem dar continuidade aos trabalhos, pois quase todos não sabem ler outro idioma.
- **Não possuir computador.** Alguns idosos que não possuem computador em casa demonstram maior lentidão em processar as informações que são passadas durante as aulas. Isto pode ser explicado pelo pouco uso do hardware, uma vez que apenas praticam nas duas aulas semanais que têm.
- **Conversas Paralelas.** Geralmente os idosos fazem o curso para incluir-se socialmente, ou seja, fazer amigos ou conhecer outras pessoas, se atualizar com relação aos seus filhos/netos, ter uma atividade diferente. Portanto, utilizam as aulas como uma atividade de lazer. Às vezes isto prejudica o andamento das aulas, pois quando são solicitados a reduzir a conversa, afirmam que não estavam conversando. As conversas paralelas, somadas à sua dificuldade de concentração em função da idade, tornam o aprendizado ainda mais árduo.

Para minimizar estas dificuldades dos idosos, algumas estratégias têm sido testadas, quais sejam:

- Palestras e demonstrações com abordagens para introduzir o idoso no universo da informática e construção de estratégias educacionais adequadas, as quais amenizam seus medos e inseguranças diante da máquina;
- Na impossibilidade dos alunos do curso terem acesso a um mouse com design especial, utilizamos *software* como o *paintbrush* e o *jogo de paciência*, que desenvolvem a coordenação motora através dos recursos que contêm;
- Emprego, paralelamente ao curso de informática, de atividades que focam déficits cognitivos, tentando, dessa forma, reativar a atenção e a memória, que tanto facilitam o aprendizado;
- Repetir os exercícios diversas vezes, mas sem caracterizar como atividade repetitiva, adequando-os aos limites de capacidade e ao ritmo de aprendizado de cada aluno;
- Desenvolvimento de atividades de integração e premiação, como festas de aniversariantes do mês, excursões, festas de encerramento do curso, entrega de diplomas ao final de cada módulo, convite aos idosos que se destacam para tornarem-se monitores. Estas atividades são frutos de uma exigência dos próprios alunos, que parecem utilizar as aulas de informática como se fossem fontes de lazer. Assim, as aulas tornam-se não apenas momentos de inclusão digital, mas principalmente de inclusão social.

Ressalte-se que quando questionados sobre a utilização dos serviços bancários via Internet, foram quase unânimes as declarações de desconfiança e de não utilização dos serviços devido ao medo de roubos. Poucos relataram realizar consulta de saldos/extratos, sendo esta a única operação realizada. Quanto ao uso do caixa eletrônico, alguns dos idosos disseram que já conseguem ir ao banco e utilizá-lo sem a ajuda do funcionário da instituição, o que não era possível antes de começarem a fazer o curso.

Em relação ao celular, mesmo aqueles que já têm o aparelho demonstraram resistência em usá-lo, pois não conseguem entender e ler seus comandos. Vários alunos relataram que deixam o celular em casa ou no carro quando estão em locais em que seu uso não é permitido, uma vez que não conseguem desligá-lo ou silenciá-lo. Mas o que se percebeu é a dificuldade de visualizar os comandos, devido ao tamanho da letra e ao pouco entendimento. Muitos dos entrevistados vêem a tecnologia da informação de uma maneira favorável e acreditam nos seus benefícios, mas ainda resistem ao seu uso mesmo sabendo que podem melhorar sua qualidade de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em primeira instância, percebe-se que os idosos possuem dificuldades para ler na tela e no teclado, pois as letras não se encontram em tamanho adequado para superar as perdas de visão. Além disso, o mouse não tem um design adequado para suas mãos, que já sofreram os impactos da idade, tornando-se menos flexíveis. Demonstram, também, dificuldades para entender a disposição dos ícones, janelas e layout/ design das informações na tela do monitor. Muitos têm medo das tecnologias em função do preconceito imposto pela sociedade devido às suas dificuldades em utilizá-las. Essas situações concorrem para afastar os idosos da informática. Percebe-se, ao longo do curso, que há uma grande alegria em superar as dificuldades e alcançar os objetivos em conjunto. Esses são elementos importantes para um envelhecimento satisfatório, pois, segundo Neri (1993), essa condição depende do equilíbrio entre as limitações e as potencialidades do indivíduo, o qual lhe possibilitará lidar, em diferentes graus de eficácia, com as perdas inevitáveis do envelhecimento. Conclui-se que políticas públicas e empresas que tenham este público como alvo constituem um nicho de mercado ainda a ser explorado, pois se trata de um público que apresenta necessidades específicas.

A população da terceira idade está descobrindo no aprendizado da informática uma nova maneira de não ficar às margens da sociedade e de acompanhar o desenvolvimento tecnológico contemporâneo. Mais do que distrair ou exercitar a mente, a tec-

nologia pode auxiliar o idoso a viver melhor. Na frente do computador é possível navegar pela Internet à procura de assuntos de seu interesse, fazer amigos pela rede, encontrar pessoas que tenham os mesmos gostos, enviar e-mails, comunicar-se com filhos, netos e parentes que estão a quilômetros de distância. Mais que uma forma de ocupar o tempo, pessoas com mais de 60 anos começam a tirar proveito do que o computador e a Internet oferecem para as suas vidas.

Entretanto, são necessárias políticas públicas voltadas para a inclusão digital dos indivíduos de baixa renda e disponibilização de acesso a computadores e à Internet, pois vários idosos não têm condições de adquirir um computador. A grande procura pelo módulo básico do curso, cuja divulgação não foi abrangente, é um indício de que precisamos investir em atividades, voltadas para essa faixa etária, ligadas ao uso de tecnologias.

Conclui-se que as empresas que têm este público como alvo devem melhor estudar as características desse nicho de mercado e explorá-lo mais, pois para atendê-lo são necessários produtos e serviços específicos que ainda não estão disponíveis em laboratórios de informática de escolas tradicionais, despreparadas para atender esse grande contingente de pessoas que querem quebrar as barreiras do tempo.

REFERÊNCIAS

- CARVALHO FILHO, Eurico Thomaz de; PAPALÉO NETTO, Matheus. *Geriatría: Fundamentos, Clínica e Terapêutica*. São Paulo: Atheneu, 2000.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Disponível em <http://www.ibge.org.br>. Acessado em 15/05/06.
- KACHAR, Vitória. A terceira idade e o computador: interação e produção num ambiente educacional interdisciplinar. Pós-graduação em educação: currículo, PUC/SP, 2001. (Dissertação).
- KACHAR, Vitória. *Terceira Idade e Informática*. São Paulo: Cortez. 2003.
- NANNI, Daniela. Idosos na Internet: Adeus à Info-Exclusão. Disponível em http://www.techway.com.br/techway/revista_idoso/comportamento/comportamento_daniela.htm. Acessado em 20/07/2006.
- NERI, Anita. *Qualidade de vida e Idade Madura*. São Paulo: Papirus. 1993.
- PAPALÉO NETTO, Matheus. *Gerontologia: a velhice e o envelhecimento em Visão Globalizada*. São Paulo: Atheneu, 2002.

PRETTO, Nelson de Luca. *Uma escola sem/com futuro*. Campinas-SP: Papirus, 1996. In: Kachar, Vitória. A terceira idade e a inclusão digital. Acessado no dia 20 de julho 2006, em <http://www.tvebrasil.com.br/salto/boletins2002/te/tetxt5.htm>

SOBRAL, Eliane. Idoso curte Internet e sonha ganhar na loteria. Revista Veja. 19 de outubro de 2005.

VICINI, Lorena. Informática na terceira idade. Reportagem publicada em 01/06/2004. Disponível em <http://empresas.globo.com/Empresasenegocios/0,19125,ERA736648-2933,00.html>. Acessado em 20/07/2006.

LIBERDADE

EQUIPE

Prof. Alexandre Monteiro de Menezes – FEA.FUMEC

Prof.^a Andréa Vilela – FEA.FUMEC

Prof. José Artur Fiúza – FEA.FUMEC

Prof. José Octávio Cavalcanti – FEA.FUMEC

Prof.^a Magda Rezende – FEA.FUMEC

Prof.^a Mirella Spinelli – FEA.FUMEC

Prof.^a Sandra Bianchi – FEA.FUMEC

Prof.^a Rita Lages Rodrigues – FACE.FUMEC

RESUMO

Este artigo apresenta o projeto “Liberdade”. Trata-se de uma homenagem à Praça da Liberdade, em Belo Horizonte, onde a cidade nasceu e em torno da qual cresceu. O projeto Liberdade consiste na produção de um livro de desenhos sobre a Praça da Liberdade. Inicialmente produzidas para exposição, as imagens expostas são agora levadas à forma de livro - um novo suporte para aquarelas e desenhos, uma nova forma de divulgação.

Como tema único, a Praça da Liberdade, vista e representada por cada um dos artistas, se configura de diferentes maneiras, resguardando as especificidades técnicas, a sensibilidade e o modo de ver de cada um dos desenhistas. Cada obra capta um instante que se expõe fisicamente pelo ato da criação do artista.

INTRODUÇÃO

O prazer de desenhar e o desejo de celebrar o desenho como forma de expressão promoveu a união de sete artistas/professores, que, no final de 2005, expuseram seus trabalhos na galeria de arte Agnus Dei em Belo Horizonte, sob o título LIBERDADE. Esses sete artistas têm como denominador comum o desenho e o fato de serem todos professores universitários da FUMEC e, sobretudo, professores de desenho. Juntos, desenvolveram este projeto intitulado “LIBERDADE”, cujo produto cultural final é a publicação de um livro que contém a reprodução dos desenhos em lâminas soltas, páginas de apresentação de cada um dos sete artistas, página institucional e um texto sobre a Praça, de autoria da professora Rita Lages, da FACE/FUMEC.

O livro presta uma homenagem à Praça da Liberdade, local que testemunhou o nascimento e o crescimento da cidade de Belo Horizonte e que foi o berço da Instituição FUMEC que, há 40 anos atrás, iniciou suas atividades no palacete Dantas. Esta praça, tantas vezes ameaçada, pisoteada e desrespeitada, merece ser vista e entendida dentro de sua real importância e vocação. A homenagem pretende, ainda, afirmá-la como pólo vivo e dinâmico de uma cidade que anseia por espaços onde a cultura possa se estabelecer como afirmação de valores de um povo.

OBJETIVOS

O principal objetivo do projeto foi promover uma reflexão e uma discussão mais profunda sobre o uso do desenho como forma de expressão e, sobretudo, como instrumento de encaminhamento de questões diversas à discussão. Teve ainda como objetivo possibilitar que os estudantes e a comunidade da FUMEC conheçam melhor o trabalho dos professores, incentivando-os a uma maior participação em projetos de extensão. Um outro foco deste projeto consistiu na produção de material didático para as disciplinas de desenho, e principalmente em qualificar o profissional da área.

Ao se constituir o grupo de desenhistas, considerando-se a importância do tema e em especial a do logradouro para a comunidade, foram feitas várias reuniões entre os autores para a definição da metodologia a ser adotada na produção das obras. Optou-se pela realização dos desenhos a partir de um tema único, onde cada artista usaria a técnica que lhe fosse mais adequada para expressar sua visão da praça. O conjunto de trabalhos apresenta-se, portanto, em técnicas diversas e variadas. Após a realização da mostra, o grupo definiu pela produção de um livro e pela contratação de um estudante bolsista, preferencialmente da área de design gráfico, para a digitalização e edição das imagens, assim como para a diagramação final do produto e o acompanhamento de sua publicação.

Nasce, portanto, aqui, mais uma homenagem à Praça da Liberdade, onde a cidade teve a sua origem e em torno da qual cresceu numa velocidade tal que não permitiu o respeito pelos seus valores originais. O grupo agora se prepara para um novo projeto, e pretende manter-se vivo e fiel ao seu desejo e amor pela arte do desenho.

SOBRE OS AUTORES

Sete artistas, sete vidas paralelas com um denominador comum: o desenho. Cada trajetória, única e particular. Arquitetos, artistas plásticos e professores. São diferentes focos garimpando os elementos que a praça guarda, dos mais visíveis aos mais sutis, que na verdade são todos, da mesma forma, partes constitutivas do seu corpo.

Sete olhares e sete maneiras de representar a Liberdade: Alexandre, com seus gestos largos sobre os monumentos da praça; Andréa trabalha, com suavidade, elementos sutis de suas fachadas; Fiúza registra com a certeza de poucos traços o que sente; José Octavio observa, observa e compõe árvores, prédios, gente; Magda brinca com pássaros, vegetação, arte; Mirella, dona das cores, mancha o papel e a praça aparece; Sandra trabalha reflexos e reflexões, aquarelando, aquarelando...

A luz, os reflexos, as edificações, os objetos, a marca deixada pelo tempo, aquilo que vive e que respira, todos são fragmentos pinçados que compõem o universo desta praça, memória de uma cidade e de uma gente. Sete olhares e sete maneiras de representar a Liberdade; diferentes pontos de vista sobre a Praça da Liberdade que, mais que um patrimônio público, revela-se como patrimônio pessoal.

Alexandre Menezes explora principalmente a mancha e a linha como as principais formas de expressão. Atrás de uma aparente desordem formal, os desenhos escondem uma harmoniosa e desesperada relação entre a linha e a mancha. A mancha sempre solta, livre e irregular, convive com uma linha rápida, brincalhona e irreverente. Desta conflituosa e fascinante relação sobre o papel surgem os monumentos da Praça da Liberdade, com gestos largos e pingos presentes. Assim, os desenhos ganham a própria existência e o resultado, cada vez mais, parece representar a tentativa de desenhar não somente o mundo visível, mas também os sons, ventos e cheiros.



Alexandre Menezes é arquiteto, artista plástico e professor universitário.

Andréa Vilela. A memória impregnada nos elementos que silenciosos testemunharam a vida que passou e o que se passa na Praça está latente nos seus desenhos. Assim como a lembrança que paradoxalmente depende do esquecimento e do recorte para poder existir, as imagens em seu trabalho ora se revelam ora se ocultam, em janelas, grades, postes, que ao passar olhamos e que nos olham.



Andréa Vilela é artista plástica, ilustradora e professora universitária.

José Artur Fiúza procura, com desenhos livres e bem gestuais, e utilizando a linearidade, registrar os belos espaços da Praça sempre emoldurados pela rica e expressiva produção de seu entorno.



José Artur Fiúza é arquiteto, desenhista e professor universitário.

José Octávio Cavalcanti tem na Praça a maior de suas referências da cidade onde nasceu e cresceu. Com ela convive quase que diariamente, caminhando de madrugada, entremendo seus jardins, observando sua gente e suas transformações, registrando-as no papel, na memória e em fotos digitais. Finalmente, nos seus desenhos cria novas perspectivas, reforça sua identidade e declara seu amor à Liberdade.



José Octávio Cavalcanti é arquiteto, artista plástico e professor universitário.

Magda Rezende. As árvores de pássaros e o colorido dos ipês compõem a paisagem natural da praça com o nome Liberdade. Nela, faz anotações e registros gráficos das vegetações, pássaros e monumentos, com fragmentos coloridos, em aquarelas que surpreendentemente ganham vida no cinema de animação.



Magda Rezende é artista plástica, cineasta, professora universitária, e mestre em artes visuais.

Mirella Spinelli. O olhar errante busca fragmentos da Praça - fragmentos quase despercebidos por seus frequentadores ou por aqueles que atravessam seu espaço movidos pelas necessidades do tempo, este sempre tão veloz. Através de manchas,

cores e linhas, compartilha com o expectador os movimentos e silêncios da Praça.



Mirella Spinelli é artista plástica, ilustradora e professora universitária.

Sandra Bianchi. Ao modo das câmeras fotográficas, que congelam um momento, a Praça da Liberdade é revelada nos espelhos d'água de suas fontes. Suas aquarelas pretendem ter a fluidez dos dias e resguardar nos verdes a memória do passado.



Sandra Bianchi é artista plástica, ilustradora e professora universitária.

MELHOR IDADE EM AÇÃO II

EQUIPE

Sandra Maria das Graças Maruch Tonelli, Júnia Amorim Andrade, Tatiana Pessoa da Silva Pinto, Luciana de Oliveira Assis, Leandro Malloy Diniz, Maria das Graças Ribeiro,

Alunos bolsistas e voluntários:

Maíra Gonçalves de Miranda, Melina Maciel da Silva. Alunos Voluntários: Aline Serva de Faria, Débora de Souza R. Nicásio, Eleonora de Assis, Eliane dos Santos, Juliana Martins Pinto, Larissa Alves Carvalho, Marcela Barata Recarey, Renata de Oliveira Gesualdo

RESUMO

Com a proposta de contribuir para o despertar da consciência de que o idoso deve ser o sujeito principal da própria vida e, ao mesmo tempo, cumprir seu compromisso social junto à comunidade de Nova Lima, o projeto de extensão “Melhor Idade em Ação II”, desenvolvido na Faculdade de Ciências da Saúde, contou com a participação de 70 idosos, distribuídos em dois grupos: Grupo I (Iniciantes) e Grupo II (Participantes do projeto no ano anterior). A discussão de temas diversos, a troca de experiências, atividades físicas orientadas, oficinas e visitas a instituições culturais e científicas propiciaram aos idosos momentos de reflexão e de busca de novo sentido para a vida, mais autônoma e feliz. Para os alunos da área da saúde da FCS/FUMEC, o projeto representou a oportunidade de desenvolver habilidades necessárias à sua formação profissional.

INTRODUÇÃO

O envelhecimento é um processo de alterações físicas, psíquicas e sociais que determina a maneira singular como cada indivíduo viverá os últimos anos de sua vida. A velhice é uma experiência heterogênea que comporta ganhos e perdas e é determinada por um amplo espectro de variáveis em interação (NÉRI, 1995). As mudanças decorrentes desse processo e fenômenos tais como a autonomia, a qualidade de vida, as capacidades mentais e a produtividade na velhice são influenciados pelo estilo de vida,

personalidade, saúde física, renda e escolaridade, e outros fatores genético-biológicos e sócio-culturais em interação (PAPALÉO NETTO, 1996).

Sabe-se que a estimulação é o melhor meio para minimizar os efeitos negativos do envelhecimento e levar as pessoas a viverem em melhores condições (ZIMERMAN, 2000).

Assim, torna-se fundamental para a população idosa a ativação da capacidade funcional, biológica, física e mental, de forma a promover uma nova percepção do mundo. Nesse processo, o idoso desperta sua consciência de ser o sujeito principal da própria vida, aprende a se posicionar e a buscar a satisfação nas realizações do dia-a-dia, exercendo seu direito à alegria, esperança e criatividade.

Com a proposta de contribuir para esse despertar, cumprir seu compromisso social junto à comunidade e seu papel pedagógico junto aos alunos, professores da Faculdade de Ciências da Saúde (FCS) da Universidade FUMEC desenvolveram, em 2006, a segunda versão do Projeto Melhor Idade em Ação, que teve como público alvo, moradores de Nova Lima, com idade igual ou superior a 60 anos.

OBJETIVOS

Dar continuidade ao projeto “Melhor Idade em Ação”, proporcionando a melhoria da autonomia, conhecimento e perspectiva de vida de idosos de Nova Lima, por meio de ações educativas programadas por uma equipe interdisciplinar da área de saúde da FCS/FUMEC, e oferecer aos alunos da área da saúde da FCS/FUMEC a oportunidade de desenvolver habilidades necessárias à sua formação profissional.

METODOLOGIA

Melhor Idade em Ação II contou com a participação de 2 grupos de moradores de Nova Lima: grupo I, idosos que participaram pela primeira vez; e grupo II, idosos integrantes do projeto em 2005.

Inicialmente, alunos dos cursos de Educação Física, Enfermagem, Fisioterapia, Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional (dois bolsistas e 8 voluntários) foram selecionados e preparados para atuar na organização e orientação das atividades propostas.

Posteriormente, utilizando o cadastro da Prefeitura de Nova Lima, os alunos fizeram o primeiro contato com os idosos que comporiam o grupo I. Questionários multidimensionais foram

aplicados para verificação das condições físicas, mentais e sociais dos prováveis participantes. Dos 70 idosos selecionados, 35 foram sorteados e compuseram o grupo I. O convite aos idosos do grupo II foi realizado por telefone.

Dos 19 encontros realizados com o grupo I, 4 contaram com a participação do grupo II. Foram realizadas palestras, atividades físicas, relaxamentos, oficinas de promoção da saúde, visita ao Museu de Ciências Morfológicas da UFMG e montagem de peça teatral e dança.

RESULTADOS

Em 2006, o projeto “Melhor Idade em Ação II” foi estruturado de forma a garantir a continuidade do grupo que havia participado em 2005, além de propor novas atividades para o grupo iniciante. Uma vez por mês, o grupo do projeto “Melhor Idade em Ação I” veio à FUMEC para participar dos Encontros, juntamente com o grupo da segunda versão do projeto. O Encontro contou com a participação de cerca de setenta idosos, e teve como objetivo principal o entrosamento dos grupos, além de ter sido importante para resgatar a participação ativa do grupo de 2005.

As palestras, consideradas fundamentais pela equipe organizadora e pela avaliação dos participantes de 2005 (grupo II), foram mantidas em 2006 para o grupo I, com temas que incluíram diversos aspectos da saúde do idoso (conhecimento do corpo humano, nutrição, depressão, principais doenças, importância do lazer e atividade física, utilização de medicamentos, entre outros), aspectos políticos e sociais do envelhecimento (formação de grupos de convivência, implicações sociais do envelhecimento, Política Nacional do Idoso), além de temas de interesse geral, como a relação entre saúde e religiosidade.

Foram oferecidas também palestras com temas ainda não abordados, que compuseram parte das atividades dos encontros, abrangendo discussões de grande importância para o dia-a-dia do idoso comunitário, como “Formação de grupos de convivência”, “Alcoolismo na terceira idade”, “Adaptações ambientais para a terceira idade” e “Memória”.

O resultado da pesquisa qualitativa registrou a opinião dos participantes com relação à equipe de organização, alunos, encontros e atividades desenvolvidas. Os idosos responderam de forma positiva; declararam-se felizes por terem participado e satisfeitos com as palestras e atividades. Alguns relataram mudanças de comportamento, como maior disposição para a vida, aumento do conhecimento sobre si mesmos e, conseqüentemente, maior amor próprio. Seguem, abaixo, alguns relatos retirados da avaliação qualitativa:

“Levarei a convivência, sabedoria, saudade e alegria” (entrevistado 1).

“O projeto gerou auto-estima” (entrevistado 2).

“O projeto gerou muita alegria e podia continuar” (entrevistado 3).

“Fiz novas amizade e aprendi coisas boas” (entrevistado 4).

“Sinto mais confiança em mim mesmo” (entrevistado 5).

“Aprendemos muito, ficamos mais unidas e mais alegres” (entrevistado 6).

“Vou levar a necessidade de estar sempre procurando o que vai melhorar a nossa vida, tanto na saúde como no lazer” (entrevistado 7).

Para os alunos, o projeto representou uma oportunidade de aprimoramento dos ensinamentos teóricos aprendidos na Faculdade, de interação com profissionais das diversas áreas do conhecimento e, principalmente, de confronto com as necessidades da população idosa, conscientizando-os de seu papel na sociedade.





REFERÊNCIAS:

1. D'ASUNPÇÃO, E. A. *Avaliação pelo tanatologista* In: MACIEL, A. *Avaliação multidisciplinar do paciente geriátrico*. Rio de Janeiro: Revinter, 2002. p. 239-249.
2. D'ASUNPÇÃO, E. A. Auto-imagem vs. auto-estima. *Revista Eclesiástica Brasileira*, 6: 388-394. 1999.
3. DUTHIE, E. Jr.; KATZ, P.R. *Geriatría prática*. 3. ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2002.
4. MACIEL, A. *Avaliação multidisciplinar do paciente geriátrico*. Rio de Janeiro: Revinter, 2002. 258p.
5. PAPALÉO NETTO, M.P. *Gerontologia*. São Paulo: Atheneu, 1996.
6. PEREIRA, L.S.M.; MAGALHÃES J.F.; MARQUES, L.M.; FIGUEIREDO, V.F. Avaliação da marcha de uma população de idosos institucionalizados. *Gerontologia*, 7: 40-47, 1999.
7. PEREIRA, L.S.M. Avaliação pelo fisioterapeuta. In: MACIEL, A. *Avaliação multidisciplinar do paciente geriátrico*. Rio de Janeiro: Revinter, 2002. p.43- 86.
8. ZIMERMAN, Gl. *Velhice, aspectos biopsicossociais*. Porto Alegre: Artmed, 2000.

CONCLUSÕES

Os encontros dos grupos I e II contribuíram para o entrosamento de todos os participantes, resgataram a participação ativa do grupo de 2005 e incentivaram a organização de frentes de atuação político-social dos idosos em Nova Lima.

Os relatos individuais demonstraram melhora da autonomia, conhecimento e perspectiva de vida, maior satisfação na realização das atividades diárias, com o exercício do direito à alegria, esperança e criatividade.

Para os alunos, o projeto foi uma oportunidade de ampliar a percepção da realidade, tornando-os mais aptos a trabalhar em equipe e com pessoas na terceira idade.

A importância deste trabalho confirmou-se pela maior interação entre os participantes (idosos, alunos e professores), promovida pela socialização e construção de um objetivo comum.

Memórias da Creche Nosso Abrigo: Resgate Histórico

EQUIPE

Professora Coordenadora:
Prof.^a Rita Lages Rodrigues

Pesquisadora:
Clarita Ribeiro Gonzaga

Aluna Bolsista:
Ana Santacaterina

Aluna Voluntária:
Marina Félix Guimarães

NOSSO ABRIGO LACTÁRIO CLÁUDIA MARIA ROCHA BRANT: UMA HISTÓRIA.

O presente texto é resultado de levantamento realizado sobre a história do Nosso Abrigo Lactário Cláudia Maria Rocha Brant, entidade localizada à Rua Arthur Joviano, nas cercanias da Universidade FUMEC. A partir do levantamento da documentação presente no arquivo da entidade e de entrevistas com pessoas que estiveram relacionadas com a instituição ao longo de sua existência, realizamos uma pesquisa que resultou em texto que posteriormente poderá ser publicado. É importante ressaltar que a escrita da história de uma instituição pode resultar na maior valorização da mesma, tanto pelas pessoas diretamente envolvidas como pelas pessoas da comunidade externa.

ABRIGO ANA FELÍCIA

A história da Creche Nosso Abrigo remonta ao Abrigo Ana Felícia, criado para abrigar os idosos da Antiga Colônia Adalberto

Ferraz. O idealizador foi o Senhor Antônio de Pádua Campos, funcionário público aposentado e comprador do engenheiro Wady Simão, e sua senhora Elza Zignago Campos¹⁸. Este Abrigo havia inicialmente funcionado na Rua Orenoco esquina com Rua Pium-i, e sua fundação data de dezoito de novembro de 1954¹⁹. No Estatuto estão previstas a forma de ingresso na sociedade civil, as formas de contribuição e as atribuições dos sócios. O nome Ana Felícia vem do nome da mãe (Ana) e da sogra (Felícia) do fundador.

A fundação ocorreu em sessão presidida pelo Sr. Antônio de Pádua, para aprovação do estatuto. Era uma sociedade civil, sem fins lucrativos, que tinha como objetivo: “Art. 1º ... socorrer, por qualquer meio ao seu alcance, pessoas econômica ou moralmente necessitadas de amparo”²⁰ (pessoas de ambos os sexos, maiores de 18 anos, sem distinção de cor, nacionalidade, religião ou credo político, desde que livres de doenças contagiosas).

Toda a responsabilidade pelo funcionamento do Abrigo Ana Felícia deveria recair sobre o diretor provedor, podendo este afastar-se em qualquer momento, por incompatibilidades pessoais, profissionais ou residenciais. Poderia também ser afastado do cargo por desonestidade ou por solicitação do Conselho Administrativo.

Do Abrigo Ana Felícia, restaram algumas fotos e lembranças de alguns envolvidos na sua existência, como Antônio Carlos, criança na época de fundação da instituição por seu pai, Senhor Antônio de Pádua Campos, e também da irmã do fundador.

Inicialmente o Asilo funcionava na Rua Orenoco, sendo posteriormente transferido para a Rua Artur Joviano, com a aquisição dos terrenos. Eram atendidos de 15 a 20 idosos por vez.

A criação do asilo partiu da vontade de Antônio de Pádua Campos de fazer alguma coisa para melhorar a situação desses idosos. O trabalho (voluntário) era realizado por pessoas próximas a ele: *Meus pais, o meu avô que morava pertinho da gente; eu tinha parentes que moravam perto também; toda essa parentela, mais do lado da minha mãe, ajudou aqui nesta casa, com esse tipo de trabalho voluntário. Os vizinhos, porque nessa época a Rua Orenoco não tinha prédios; só tinha casas. Então, todos eram conhecidos. Entendeu? E todos os vizinhos ajudavam, até ajudando a fazer atas, transcrevendo atas. Principalmente as mulheres, pois têm a letra mais bonita, transcreviam as atas da instituição.*²¹

Em 25 de maio de 1961, foi extinto o Abrigo Ana Felícia por solicitação do Presidente do Conselho Administrativo, Sr. Antônio de Pádua Campos, sob a alegação de falta de verbas suficientes para a manutenção das atividades.

¹⁸ Dados fornecidos por Antônio Carlos de Campos, filho de um dos fundadores e atual presidente da instituição.

¹⁹ Tivemos acesso à Ata de Fundação do Abrigo Ana Felícia em que constam algumas informações acerca dos objetivos da obra. Nesta ata está transcrito o estatuto.

²⁰ Ata de Fundação do Abrigo Ana Felícia.

²¹ Entrevista concedida por Antônio Carlos de Campos, em 06 de junho de 2006.

Os bens patrimoniais do Abrigo Ana Felícia, por ocasião de sua extinção, foram doados para a Organização Feminina de Amparo à Infância – OFAI – que transformou a instituição no Pavilhão Hospitalar Ana Felícia, com a missão de abrigar crianças reconhecidamente necessitadas de assistência, proteção, e tratamentos²².

OFAI

Segundo certidão publicada no Minas Gerais do dia 13 de junho de 1961, a Sociedade Cível denominada Abrigo Ana Felícia foi extinta, em conformidade com os termos estatutários da entidade, em 25 de maio do mesmo ano. A ata publicada determinava a doação de todos os bens, móveis e imóveis, para a Organização Feminina de Amparo à Infância – OFAI, também como previa o estatuto mencionado.

A OFAI foi fundada em 12 de agosto de 1956, com os objetivos expressos em Estatuto de “dotar a Capital de um conjunto hospitalar com capacidade para atender aos requisitos necessários à saúde e bem estar da infância”; divulgar a puericultura através de grupos volantes, da criação do “Clube das Mães” e da publicação do “Jornal das Mães”. Também consta como objetivo “promover meios para obtenção de recursos necessários ao funcionamento da Organização” e “zelar pelo seu patrimônio moral e material”. Ainda segundo o estatuto, publicado em 1962, tais meios seriam a cobrança de uma taxa mensal dos sócios participantes e a cobrança de consultas, exames e tratamentos médicos prestados à comunidade.

Encontramos, nos arquivos da Creche Nosso Abrigo, o manuscrito não datado do convênio firmado entre o Abrigo Ana Felícia e a OFAI, por ocasião da doação dos bens patrimoniais do primeiro à segunda. O documento trata da cessão do prédio da sede do Ana Felícia à OFAI, pelo prazo de quinze anos, cabendo prorrogação do mesmo, com a finalidade única de promover o amparo, a proteção e a assistência à criança pobre. O manuscrito também trata dos seguintes pontos de acordo:

- o nome Abrigo Ana Felícia não poderia ser alterado, devendo figurar ao lado do nome da Organização;
- a OFAI deveria ocupar a sede do Abrigo em 30 dias, sob pena de dissolução imediata do contrato;
- a OFAI poderia construir nos lotes vagos ao redor do Abrigo, não podendo, contudo, modificar as estruturas internas e externas da sede, sem prévio consentimento e autorização;

- a OFAI passaria a ser responsável pelo pagamento das parcelas relativas à compra dos lotes do Abrigo ao Sr. Geraldo Alvim Pereira, então Investigador do Corpo de Segurança do Estado de Minas Gerais, permanecendo as notas promissórias relativas sob responsabilidade e endosso particular do Sr. Antônio de Pádua Campos;
- o Abrigo Ana Felícia permaneceria existindo em sua personalidade jurídica, mantendo todas as suas funções de associação e angariação de fundos, os quais deveriam ser repassados à OFAI;
- em caso do falecimento dos fundadores do Abrigo Ana Felícia, o patrimônio móvel e imóvel passaria imediatamente para o completo domínio e posse da OFAI;
- em caso de extinção da OFAI, os bens patrimoniais listados antes do convênio deveriam retornar imediatamente à posse e guarda do Abrigo Ana Felícia.

Considerando a extinção do Ana Felícia em 1961 e a consequente doação de seus bens patrimoniais à OFAI, é importante ressaltar que não foi encontrada a versão oficial do convênio ou mesmo qualquer documento relativo às relações posteriormente firmadas entre as instituições, salvo desacordo judicial acerca de denúncias proferidas pelo Sr. Antônio pouco depois do início das atividades clínicas da OFAI na sede do Abrigo.

Acerca de tal relacionamento e posteriores divergências, encontramos um relatório da própria OFAI, documento não datado, mas provavelmente de 1962²³, segundo o qual o Sr. Antônio teria tomado conhecimento da OFAI através de um programa de televisão e entrado em contato logo no dia seguinte com a Srta. Vilma Serra, integrante da Diretoria da Organização, para comunicar-lhe o desejo de doar um prédio na intenção de ajudar a OFAI a ampliar seu atendimento. Visto que a doação outrora proposta não poderia ser efetuada pois o prédio em questão pertencia ao Abrigo Ana Felícia e não ao Sr. Antônio, o mesmo manifestou, então, o desejo de firmar um convênio com a OFAI, para que a mesma pudesse dispor das instalações do Ana Felícia. O convênio teria sido, então, recusado pela OFAI, sob a alegação de que a Organização só poderia ocupar um prédio cedido em doação. Diante disso, o Sr. Antônio teria optado pela extinção do Abrigo e doação dos bens à OFAI, exigindo, contudo, a modificação do Estatuto da Organização para garantir a manutenção do nome Ana Felícia.

Durante o processo de doação, foram verificadas algumas questões jurídicas, não especificadas no documento encontrado, que dificultavam sua conclusão. Em vista disso, a OFAI teria chegado

²² Esta ata foi assinada pelo Sr. Antônio de Pádua Campos e por sete membros da fundação.

²³ O documento refere-se a uma publicação do Minas Gerais que tomamos como referência: “...tendo saído no Minas Gerais de 13/06/1961, há aproximadamente um ano.”

a indicar outras instituições que poderiam receber a doação do Sr. Antônio, mas nenhuma delas se prontificou a garantir a manutenção do nome Ana Felícia. As questões foram sanadas, o Abrigo Ana Felícia foi extinto, e a doação para a OFAI foi realizada, sendo que o Sr. Antônio e sua esposa, Sra. Elza, passaram a exercer as funções de Presidente e Vice-Presidente do Conselho Deliberativo da Organização, cujas eleições realizavam-se a cada mês de Janeiro.

Após adaptação e melhoria das instalações, o Sr. Antônio (ainda segundo o documento citado) “por motivos fúteis”, exigiu a restituição imediata dos bens, sob ameaça de promover a desmoralização da OFAI pela imprensa e pelo rádio, mas logo depois voltou atrás e retomou suas atividades na instituição, mas provocando uma série de ocorrências internas que visavam boicotar as atividades da já instalada clínica de atendimento. Iniciavam-se, aí, os conflitos entre o Abrigo Ana Felícia, na pessoa do Sr. Antônio, e a OFAI, pela ocupação e uso dos bens anteriormente doados.

Ainda segundo o documento lavrado pela OFAI, atendendo a um chamado do Sr. Antônio, que dizia-se enfermo, o Diretor Médico da Organização, Dr. Ernani Pimenta, visitou a residência do mesmo. No entanto, o Sr. Antônio não encontrava-se enfermo, mas irritado pela situação. Dias depois, o Sr. Antônio e a Sra. Elza contrataram um advogado e ajuizaram uma ação contra a OFAI, na pessoa do Dr. Ernani, pelo roubo de um motor de dentista, mas não chegou a haver ocorrência policial. Neste ínterim, foi descoberto e recolhido pela OFAI um livro caixa referente a recebimentos que o Sr. Antônio teria efetuado no consultório dentário da Instituição sem, contudo, proceder o repasse devido. Finalmente, novas acusações acerca do roubo foram pronunciadas, desta vez ao Município, pelo Sr. Antônio e a Sra. Elza, ainda que os mesmos permanecessem em seus cargos de Presidente e Vice-Presidente da OFAI, respectivamente.

Em sua defesa, a OFAI negou as acusações e apresentou números que atingiam cinco mil atendimentos em primeira consulta no período aproximado de um ano. Encontramos, também, uma carta enviada à Diretoria da OFAI, datada de 20 de junho de 1962, lavrada pelo advogado e procurador do Sr. Antônio e da Sra. Elza. Na carta, eles solicitavam a transferência dos do Abrigo Ana Felícia para o Asilo Santa Izabel, que recebia “velhas indigentes”. A solicitação se justificava pela indicação de “anormalidades que se verificavam desde o início do convênio” firmado entre o Abrigo e a OFAI, e estabelecia um prazo de três meses, a contar do dia 25 de junho de 1962, para a desocupação do prédio onde estava instalado, então, o Hospital Ana Felícia, sob ameaça de denúncia cível e criminal à Promotoria de Justiça do Ministério Público. Tais denúncias realmente foram impetradas, segundo atesta certidão do dia 10 de junho de 1963, e formalizadas contra a OFAI, na pessoa do Dr. Ernani, referindo-se ao de-

saparecimento de diversos objetos e móveis, inclusive um motor elétrico para equipamento dentário cedido ao Abrigo Ana Felícia “pelo ex-Diretor de Saúde, Dr. Zeno Santa Rosa, por intermédio do Vereador Camil Caram”.

Em resposta às acusações, a OFAI enviou ao Exmo. Sr. Dr. Delegado do 1º Distrito Policial uma carta datada de 23 de julho de 1962 onde alegava que os móveis e utensílios a que se referia o Sr. Antônio em sua denúncia encontravam-se recolhidos “por sugestão do próprio queixoso, em local por ele mesmo indicado para isso. O documento também atesta a idoneidade do Sr. Alfeu Raimundo Pinto e da Sra. Éclair Batista, funcionários da Organização, acusados de desvio de dinheiro na denúncia proferida pelo Sr. Antônio. Na mesma carta, a OFAI oferece direito de esclarecimento ao Sr. Antônio, em reunião normal da Diretoria, reafirmando a soberania da Instituição.

Realmente, segundo certidão lavrada pelo Sr. José Tôrres, escrivão de polícia, em 18 de setembro de 1962, o Sr. Pedro Sarmiento do Rego atestou ter comparecido em vistoria à sede do Hospital Ana Felícia e localizado os objetos listados na denúncia de furto e roubo nas dependências do próprio Hospital, sob responsabilidade da Diretoria. Contudo, após o desenrolar dos processos e a apuração das denúncias, a OFAI foi extinta judicialmente devido ao não cumprimento e desvirtuação de seus objetivos primordiais de assistência gratuita à infância.

O depoimento do Sr. Antônio Carlos também contribui para sabermos o porquê da querela entre o antigo presidente do Abrigo Ana Felícia e a OFAI :

Ele procurou, ou foi procurado, ou demonstrou esse interesse e veio a fazer um convênio com a OFAI; e aqui deixou então de ser um asilo de velhos e passou a ser uma casa que abrigaria crianças. Isso funcionou durante uns dois, três anos mais ou menos, quando ele descobriu que a OFAI desvirtuava um pouco das origens dela, queimando recibos de doações, o que significaria um desvio de verba, alguma coisa desse tipo; e ele então decidiu reativar o abrigo Ana Felícia. E entrou na justiça para poder retomar a propriedade.²⁴

Ao longo dos anos 1960 e 1970, houve uma disputa judicial pelos bens da entidade, entre o Abrigo Ana Felícia e o Nosso Abrigo Lactário Cláudia Maria Rocha Brant, sendo o resultado desta disputa a permanência dos bens com o Lactário.

²⁴ Entrevista concedida por Antônio Carlos de Campos, em 06 de junho de 2006.

LACTÁRIO CLÁUDIA MARIA ROCHA BRANT

No início dos anos sessenta, o imóvel do antigo Abrigo é requisitado como casa de passagem pelo Comissariado de Menores²⁵. No ano de 1965 foi fundado o Nosso Abrigo Lactário Cláudia Maria Rocha Brant²⁶, com o objetivo de recolher e abrigar, temporariamente, menores abandonados de ambos os sexos, com idade entre zero e sete anos, e, excepcionalmente, até nove anos, se do sexo masculino, e até doze anos, no caso de meninas. O Abrigo tinha por missão “recolher e abrigar menores de 0 a 7 anos de idade, por prazo indeterminado, encaminhados pelo Juízo de Menores da capital”²⁷. O nome do Lactário vem do nome de uma filha falecida ainda menina do Dr. Moacir Pimenta Brant, então juiz de menor, que iria ser nomeado presidente de honra da instituição por ocasião de sua fundação.

O Lactário foi idealizado pelo comissário Antônio Augusto Paiva e criado e dirigido pelos Comissários de Menores do Juízo de Menores da Capital. O patrimônio e a sede do abrigo Ana Felícia passam para o Lactário via convênio firmado com a OFAI, então detentora destes bens.

A arrecadação de recursos dava-se através de donativos, contribuições de sócios e atividades desenvolvidas especificamente para este fim. Após o reconhecimento da utilidade pública, a instituição passou a poder receber subvenção estatal. Os sócios contribuintes são denominados sócios beneméritos quando suas contribuições somam quantias expressivas. Os sócios contribuintes e beneméritos têm direitos de voto e participação.

O Lactário Cláudia Maria Rocha Brant mantinha dois conselhos: Fiscal e Deliberativo (com as mesmas atribuições do Administrativo). É interessante perceber que a rotatividade dos membros é alta, principalmente dos tesoureiros. Outro aspecto que chama a atenção é a falta de organização no que diz respeito às arrecadações e ao dinheiro em caixa. Existem alguns livros com dados referentes ao valor recebido por criança em cada mês, em cada ano, mas são informações esparsas que não cobrem todo o período e tampouco servem para fazermos uma análise quantitativa completa.

A GESTÃO DE HAROLDO SENA OTONI

A falta de organização do local e a imbricação do público e do privado são cruciais para compreendermos a lógica de funcionamento desta instituição no momento em que esteve sob a responsabilidade de membros do Comissariado de Menores da Capital. Pelos indícios que possuímos, a organização era precária, com a presença de um forte personalismo que será encarnado, nas décadas de 1970, 1980 e 1990, na figura de Haroldo Sena Otoni, eleito presidente do Lactário em 03 de julho de 1972. Este permanecerá como presidente no cargo por período superior aos dois anos previstos em estatuto, ocupando o cargo até a data de sua morte, em 2001. Haroldo Sena Otoni, por ocasião de sua eleição para presidente da instituição, era comissário de menores e já há algum tempo participava da realidade do lugar.

O Abrigo passou por diversos momentos de tensão ao longo dos anos 70, com querelas na justiça e questionamentos acerca da forma como funcionava. Em 25 de novembro de 1974, o provimento 1/74 declara a incompatibilidade dos cargos de Presidente do Conselho Deliberativo do Lactário e Comissário de Vigilância, ocupados simultaneamente por Haroldo Sena Otoni. O Lactário é transformado neste ano em casa de trânsito, sendo nomeada uma comissão para essa transição.²⁸

Fazendo uma análise inicial de um dos anos de existência do Lactário, o ano de 1971, podemos ver, na documentação presente em uma pasta do arquivo do Lactário, o número de crianças e os motivos que fizeram com que as crianças chegassem à instituição: 36 crianças passaram pela instituição por terem sido abandonados pelos pais em casa e por se encontrarem perdidas nas ruas da cidade. Outros aspectos podem ser aferidos a partir dessas fichas, como nomes dos pais, número de crianças que foram encaminhadas a lares adotivos, número de noites passadas no local. Esta documentação consiste de cartas de encaminhamento por parte do juizado de menores e de anotações e documentos que relatam a saída das crianças. Outros documentos são as fichas dos pequenos que estiveram na instituição, nas quais há dados como fotos, carteiras de vacinação e certidões de nascimento.

A presença de muitas crianças também é recordada por uma das ex-atendidas pela instituição:

Tinha mais que sessenta crianças de 0 até 17 anos; tinha um grupo de adolescentes de uns 14 anos; tinha um ber-

²⁵ Esta informação foi passada por Maria Consuelo Cabaleiro Cardoso, tesoureira da instituição, e por Antônio Carlos Campos, atual presidente da instituição.

²⁶ A fundação se deu em 20 de janeiro de 1961, segundo certidões lavradas em 17 de março de 1967 e 07 de abril de 1967.

²⁷ Estatuto da Sociedade Civil Nosso Abrigo – Lactário Cláudia Maria Rocha Brant.

²⁸ Informação presente em documento do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Inquérito Civil número 05/02. Esta informação e as seguintes foram retiradas do referido documento, presente nos arquivos da instituição.

*gário com trinta crianças. As mães moravam na creche com as crianças e faziam um trabalho, e elas procuravam na época o juizado de menores. Na época, Haroldo era comissário de menores. Aí a mãe que tinha problemas procurava o juizado de menores.*²⁹

A imbricação do público e do privado mostra-se com o voluntariado de mães de crianças que eram atendidas pelo Nosso Abrigo Lactário, que passam a residir no local. Outra questão que deixa transparecer este fato é a relação paternalista que estabelecem as detentas com o presidente Haroldo Sena Otoni, que era quem decidia quem podia e quem não podia ficar na creche:

*Ah ... eu gostava muito dele apesar dele ser assim duro; chamava atenção, batia na gente com palmatória; na época a gente apanhava. Era o preço que você pagava; se fizesse alguma coisa errada, apanhava de palmatória. A gente apanhava, ficava de castigo, de joelho no corredor. Apanhava quando fazia bagunça, era desorganizado, deixava o quarto bagunçado, ou fazia alguma coisa errada. Eu gostava dele, como pessoa assim; eu não tinha nada a queixar não. Pra mim, era a figura paterna que eu não tive.*³⁰

As crianças frequentavam escolas nas redondezas. Algumas das mães pegavam as crianças diariamente, enquanto outras os responsáveis levavam para casa nos fins de semana:

*Estudavam na escola Presidente Antônio Carlos, aqui no Sion. Aí a gente levava, buscava e ensinava os paracasa. Tinha criança que a mãe buscava no final do dia, e outras no final de semana; inclusive, tinha uma ex aluna que ficava aqui nesse mesmo sistema; ela formou em direito tem pouco tempo.*³¹

No ano de 1975 foram constatadas algumas irregularidades, como número excessivo de crianças, falta de higiene e desvio de finalidade da instituição, visto que Haroldo Sena residia no local e havia transformado um dos lotes do Bairro São Francisco³² em residência para sua família. Haroldo Sena residiu no local até 1977. O estatuto da entidade estabelecia: *Art. 5 – Se o Nosso Abrigo deixar de cumprir a sua finalidade, por motivos imperiosos à vontade de seus dirigentes, poderá, por proposta da Assembléia Geral especialmente convocada, ser extinto.*³³

A história do Abrigo/Lactário/Creche é repleta de problemas relativos à utilização do espaço para fins que não aqueles efeti-

vamente determinados. Exemplo disso é a presença de adultos residindo no local.

Outro problema relativo ao funcionamento foi a não adequação do estatuto, datado de 1965, à função de creche³⁴, exercida pela instituição a partir dos anos 90: *a instituição funciona como abrigo irregular para aproximadamente nove adultos, e simultaneamente como creche irregular para cerca de 33 crianças em período integral, e várias outras em período parcial.*³⁵

Maria Roselith esteve na Creche, levada por sua tia, de 1978 a 1981, e retorna em 1994, dentro de um contexto totalmente diferente. E é ela quem nos fornece pistas sobre o funcionamento da mesma: *Olha, tinha amigos e irmãos de uma funcionária que até hoje trabalha aqui, a Rosa, tinha uma coordenadora, tinha dez funcionárias... eu sei que aqui tinham umas dezessete crianças e todas eram filhas das funcionárias. Elas tinham casa, comida, e trabalhavam em troca disso. Todo mundo aqui trabalhava e em troca conseguia ajuda.*³⁶

Nos anos 90 a situação do Nosso Abrigo encontrava-se crítica: a falta de verbas e a desinstitucionalização, esta devida à perda do CNPJ, fizeram com que fosse movida uma ação pelo Município para pagamento do IPTU atrasado. A ação fiscal do Município contra o Lactário data de 1988, tendo o mandato sido expedido em 13 de agosto de 1992.

Esta situação iniciou-se na gestão de Haroldo Sena Otoni e permaneceu até a intervenção do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, em 2002. Toda a justificativa para a intervenção baseia-se na Constituição de 1988 e no Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990.

ÚLTIMOS ANOS

A história da creche nos últimos anos é de intensas transformações. Houve uma intervenção em 2002, na qual se nomeou interventor Roberto Kalil Ferreira, *“pastor evangélico, advogado, professor universitário e doutor em direito pela UFMG, com o objetivo de organização da entidade como Creche, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses, passando o mesmo a representá-la judicial e extrajudicialmente, inclusive com poderes para gerir a conta bancária em nome da entidade”*.³⁷

²⁹ Entrevista concedida por Maria Roselith Alves de Souza, em 9 de agosto de 2006.

³⁰ Entrevista concedida por Raquel Jaqueline Alves San, em setembro de 2006.

³¹ Entrevista concedida por Maria Roselith Alves de Souza, em 9 de agosto de 2006.

³² Data de 12 de outubro de 1972 uma promessa de compra e venda de quatro lotes no Bairro São Francisco, firmada entre o Lactário (comprador) e a Sra. Teodolina Leandro Borges (vendedora).

³³ Estatuto da Sociedade Civil Nosso Abrigo – Lactário Cláudia Maria Rocha Brant, de 17 de março de 1967.

³⁴ A partir deste momento, passa-se a se referir à instituição Nosso Abrigo Lactário Cláudia Maria Rocha Brant como creche.

³⁵ Informações presentes em documento do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Inquérito Civil número 05/02.

³⁶ Entrevista concedida por Maria Roselith Alves de Souza, em 9 de agosto de 2006.

³⁷ Informações presentes em documento do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Inquérito Civil número 05/02.

Os pontos de mudança que deveriam ser priorizados por ele seriam: “*retirada dos nove moradores da entidade, entre eles duas adolescentes e uma criança; legalização do voluntariado; organização das contas e do local; elaboração de proposta pedagógica com funcionamento da educação infantil; e tentativa de legalização da situação junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica*”.³⁸

Houve, então, um problema relacionado à retirada de imagens de santos que existiam na instituição. O interventor nomeado, que era pastor, mandou retirar todas as imagens de santos presentes no espaço da creche, o que provocou o descontentamento de voluntários e moradores. Outros problemas foram relatados pela comunidade, como: falta de planejamento e controle administrativo; falta de alimentos para o café da manhã e do almoço; uma reforma realizada no barracão para o qual foram transferidas as moradoras não fez com que o espaço oferecesse condições de moradia. Houve uma denúncia apresentada contra ele no Juizado da Infância e Juventude.³⁹

Entretanto, não devemos desconsiderar o papel fundamental de tal intervenção para que fosse possível a reestruturação do Nosso Abrigo. A partir dessa intervenção e com a retomada do CNPJ, a creche pôde, através da atuação marcante de pessoas como Maria Consuelo, retomar a legalidade e obter argumentos para pleitear o perdão da dívida junto ao Município de Belo Horizonte, assim como voltar a receber o aluguel do espaço alugado pelo Estado de Minas Gerais no Bairro São Francisco.

Além disso, em seu depoimento ao Ministério Público, Kalil crítica, de forma contundente, a maneira pela qual o espaço havia funcionado até então: *antes da intervenção, havia uma postura paternalista dos colaboradores para com os voluntários/moradores que usufruíam o espaço da creche e se julgavam donos do local*.⁴⁰ Esta posição paternalista mostra-se claramente durante todo o período em que Haroldo Sena Otoni esteve à frente da instituição.

Em agosto de 2003 foi instituída uma nova diretoria, que atuou na gestão da entidade até 2005, quando assume uma nova diretoria cujo presidente, Antônio Carlos, vem a ser filho do fundador do Abrigo Ana Felícia.

Hoje, a situação da instituição está legalizada e sua função foi redefinida com o efetivo estabelecimento de uma creche no local:

Bem. Os objetivos da diretoria atual são: primeiro, dar uma organizada legal na creche, em todos os aspectos: trabalhista, fiscal, porque toda essa parte estava desorganizada. A prefeitura tinha ações de falta de pagamento

de IPTU; o pessoal não estava devidamente fichado; a parte contábil tinha deficiência. Então, a nossa intenção é organizar a creche no modelo contábil e financeiro; acertar todas as pendências que a creche teve nesse período; acertar a parte legal dos lotes do bairro São Francisco que são ocupados pela Secretaria de Defesa Social, onde existe a casa do Albergado, que estava desde 1994 sem pagar o aluguel porque a creche perdeu o CNPJ e não poderia receber do Estado porque estava sem a documentação legal. Agora, no mês de fevereiro, conseguimos firmar um contrato com a Secretaria de Defesa Social, que passou então a nos pagar o aluguel, o que já ajuda substancialmente na manutenção da casa. Em maio, nós conseguimos firmar um convênio com a Secretaria Municipal de Educação e vamos receber uma ajuda boa. Em contrapartida, nós vamos fazer uma prestação de serviço dentro dos padrões da Prefeitura. Existe um vizinho que invadiu, está usando o terreno da creche, e tem uma ação de uso capião contra a creche. Nós acabamos de ganhar a ação; o juiz foi favorável à gente, mas ele ainda não saiu. Nossa intenção é que ele saia daqui para que a creche volte a funcionar com todo o terreno que era originalmente dela. A conservação da parte física da casa, dar uma olhada na instalação elétrica, hidráulica, todo esses são nossos objetivos.⁴¹

A história da Creche Nosso Abrigo Lactário Cláudia Maria Rocha Brant serve para nos fornecer dados preciosos acerca da constituição do espaço em torno da Universidade FUMEC, sobre a questão do menor na cidade de Belo Horizonte nos últimos quarenta anos, além de outras informações, por exemplo, sobre a maneira como as pessoas lidam com o trabalho social, a forma de relacionamento entre pessoas de classes e grupos distintos, e a questão da assistência social no país.

Além disso, vemos como questão essencial para o nosso trabalho a necessidade de construção da memória para a valorização de um espaço que necessita de apoio por parte de instituições responsáveis. Não devemos nos esquecer de que só valorizamos aquilo que faz sentido para nós. E a escrita da história deste importante espaço nas cercanias da Universidade mostra o interesse da FUMEC em conservar a memória do Bairro Anchieta, assim como demonstra o nosso compromisso social.

Parcerias foram feitas com a Universidade, como a realização do projeto pedagógico do Nosso Abrigo em conjunto com professores e alunos do curso de Pedagogia, assim como a presença de Maria Roselith como aluna da Universidade, que obteve bolsa para cursar pedagogia.

³⁸ Informações presentes em documento do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Inquérito Civil número 05/02.

³⁹ Informações presentes em documento do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Inquérito Civil número 05/02.

⁴⁰ Informações presentes em documento do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Inquérito Civil número 05/02.

⁴¹ Entrevista concedida por Antônio Carlos de Campos, em 06 de junho de 2006.

E a própria Maria Roselith nos fala da importância da instituição na sua vida:

Engraçado, eu falo que a creche é uma coisa espiritual na minha vida, uma coisa muito forte, porque eu vim do interior com 14 anos, voltei em 1994, e há 12 anos estou na creche. Meus primos todos moraram na creche...minha família passou pela creche, meus primos, meu irmão... depois as minhas filhas foram criadas na creche ... elas não tiveram vida fácil, não tiveram tudo na mão. Então é assim. A creche foi uma benção na criação das minhas filhas... Na época, eu pude ficar mais perto da minha filha mais nova, que tinha 3 anos...e quando eu sai daqui ela chorou muito e ela falava "mãe, eu não conheço casa, casa pra mim é creche!"⁴²

REFERÊNCIAS:

PERIÓDICOS

Infância e juventude: Revista da Federação Nacional das Instituições de Proteção à Infância. Ano XI, nº 41. Lisboa: Ministério da Justiça, 1965.

"Juizado vai trabalhar em acordo com a FEBEM." *O Diário: o jornal de Minas*. Belo Horizonte, 18/08/1975.

"O menor e a comunidade". *O Globo*, Belo Horizonte, 28/09/1977.

"Corregedor quer harmonia do Juizado com a Fundação". *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 28/09/1972.

"O menor abandonado é o tema da reunião dos empresários". *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 22/09/1972.

"Estado resolverá problema do menor abandonado com verba de Cr\$ 30 milhões". *Jornal do Brasil*, 27/09/1972.

"Justiça sugere a empresários em Brasília a criação da Justiça Federal de Menores". *Jornal do Brasil*, 27/09/1972.

"Menores de dez anos não podem assistir clássicos". *Estado de Minas*, 28/09/1975.

"Ele ameaçava queimar o abrigo". *Diário da Tarde*, p. 13, Belo Horizonte, 09/07/1973.

"Em Belo Horizonte, todos os dias morrem onze com menos de um ano". *Estado de Minas*, p. 5, Belo Horizonte, 04/07/1973.

"Abrigo é das crianças". *Estado de Minas*, p. 5, Belo Horizonte, 04/07/1973.

"O que acontecerá com 96 menores?" *Estado de Minas*, p.5, Belo Horizonte, 17/04/1974.

"Vida de Nosso Abrigo na mão dos juizes" *Diário da Tarde*, p. 3, Belo Horizonte, 24/08/1973.

"A justiça é que dará destino ao prédio da OFAI". *Diário da Tarde*, p. 11, Belo Horizonte, 09/07/1973.

"Juiz vai dizer quem é dono do Nosso Abrigo". *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 18/04/1974.

LEIS

LEI nº 1598, de 29/11/1968.

LEI nº 4820, de 11/06/1968.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DOS ANTIGOS MEMBROS, SÓCIOS E AMIGOS DO ABRIGO ANA FELÍCIA, de 10/04/1963.

DOCUMENTOS AVULSOS

ALBERGARIA, Ben-Hur Silva de. *Carta ao Juiz de Menores Dr. Moacyr Pimenta Brant, solicitando a nomeação de uma comissão para fazer um levantamento de bens móveis e imóveis na sede da OFAI, no interesse do Nosso Abrigo*.

ANDRADA, Bonifácio de. *Projeto de Lei que declara de utilidade pública estadual o Nosso Abrigo Lactário Cláudia Maria Rocha Brant*. Belo Horizonte, 08/1967.

ANDRADE, Wanderley. *Carta de defesa do Comissário Haroldo Sena Otoni, elaborada por seu advogado como parte de processo disciplinar referente ao pronunciamento indevido do Comissário em matéria televisada*. Belo Horizonte, 03/04/1975.

Ata de Assembléia Geral dos Associados do Nosso Abrigo Lactário Cláudia Maria Rocha Brant para modificação do estatuto. Belo Horizonte, 17/06/1966.

Ata de Assembléia Geral dos Associados do Nosso Abrigo Lactário Cláudia Maria Rocha Brant para votação da nova diretoria. Belo Horizonte, 18/01/1968.

Ata de fundação do Abrigo Ana Felícia. Belo Horizonte, 18/11/1954.

Ata de extinção da Sociedade Civil Abrigo Ana Felícia. Belo Horizonte, 25/05/1961.

⁴² Entrevista concedida por Maria Roselith Alves de Souza, em 9 de agosto de 2006.

Ata de reunião da diretoria do Nosso Abrigo Lactário Cláudia Maria Rocha Brant para prestação de contas, transição de cargos e assuntos gerais. Belo Horizonte, 01/03/1968.

CAMPOS, Antônio de Pádua; CAMPOS, Elza Zignago. *Carta enviada à diretoria da OFAI propondo acordo amigável quanto às divergências existentes entre os proponentes e a citada Organização.* Belo Horizonte, 20/06/1962.

_____. *Carta enviada à Diretoria da OFAI expondo divergências e insatisfações, anunciando tomada de providências e declarando o desejo de deixar o corpo diretor.* Belo Horizonte, 20/06/1962.

CARAM, Camil. *Projeto de Lei que declara de utilidade pública municipal o Nosso Abrigo Lactário Cláudia Maria Rocha Brant.* Belo Horizonte, 25/09/1968.

Carta não assinada do Presidente da OFAI para o Delegado do 1º Distrito Policial acerca das denúncias proferidas pelo Sr. Antônio de Pádua Campos. Belo Horizonte, 23/07/1962.

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS. *Carta de sentença passada em favor do Nosso Abrigo Lactário Cláudia Maria Rocha Brant.* Belo Horizonte, 20/03/1978.

CARVALHO, Vicente Alves de. *Carta ao Dr. Ciro Franco, Presidente da FEBEM.* Belo Horizonte, 08/05/1975.

Certidão que atesta a localização do registro da sociedade civil denominada Nosso Abrigo Lactário Cláudia Maria Rocha Brant, reproduzindo o teor dos estatutos registrados. Belo Horizonte, 14/10/1968.

COMISSARIADO DE MENORES DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *Estatuto Interno do Comissariado de Menores.* Belo Horizonte, 1972.

DELEGACIA DO 1º DISTRITO POLICIAL. *Certidão discorrendo sobre busca efetuada nas dependências da sede da OFAI devido às denúncias do Sr. Antônio de Pádua Campos.* Belo Horizonte, 18/09/1962.

FILHO, José da Costa Rios. *Vistos do processo de desocupação de imóvel contra o Nosso Abrigo Lactário Cláudia Maria Rocha Brant.* Belo Horizonte, 12/06/1973.

Histórico do relacionamento e posteriores divergências entre o Sr. Antônio de Pádua Campos e a OFAI. Documento não datado/autor desconhecido.

LEI nº 546, de 23/07/1956.

Lista de Presença de reunião que visava a regularização jurídica da Creche Nosso Abrigo. Belo Horizonte, 24/08/2002.

Manuscrito do convênio firmado entre o Abrigo Ana Felícia e a OFAI. Belo Horizonte, s/ data.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Inquérito Civil número 05/02.

NOSSO ABRIGO LACTÁRIO CLÁUDIA MARIA ROCHA BRANT. *Livro de Atas das Reuniões da Diretoria.* Belo Horizonte, 10/07/1974 a 09/09/1974.

OFAI. *Estatuto da OFAI.* Belo Horizonte: Estabelecimentos Gráficos Santa Maria, 1962.

QUEIROZ, José Pereira de. *Carta ao Corregedor de Justiça do estado de Minas Gerais, sobre o pronunciamento do Comissário Haroldo Sena Otoni, na televisão, sobre matéria relativa ao menor abandonado.* Belo Horizonte, 08/05/1973.

Rascunho do texto para revisão do Estatuto do Nosso Abrigo Lactário Cláudia Maria Rocha Brant. Belo Horizonte, s/data.

SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL. *Certificado de Registro de Entidade de Ação Social em nome do Nosso Abrigo Lactário Cláudia Maria Rocha Brant.* Belo Horizonte, 28/06/1978.

SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO, AÇÃO SOCIAL E DESPORTOS. *Atestado de regularidade funcional emitida para o Nosso Abrigo Lactário Cláudia Maria Rocha Brant, para fim especial de recebimento de subvenções da Administração Estadual.* Belo Horizonte, 28/06/1978.

VIANA, Iraídes Lopes. *Relatório de levantamento de bens da OFAI.* Belo Horizonte, 06/04/1968.

DEPOIMENTOS

Entrevista concedida por Antônio Carlos de Campos, em 06 de junho de 2006.

Entrevista concedida por Leda Fonseca Alves Porto, em 8 de junho de 2006.

Entrevista concedida por Luciene Fros Otoni, em 11 de agosto de 2006.

Entrevista concedida por Maria Roselith Alves de Souza, em 9 de agosto de 2006.

Entrevista concedida por Nádia Durão Sales, em 24 de agosto de 2006.

Entrevista concedida por Raquel Jaqueline Alves San, em setembro de 2006.

Entrevista concedida por Rosilene da Silva Leal, em 11 de agosto de 2006.

“MENINO NO PARQUE” E A BELO HORIZONTE QUE (NÃO) SE VÊ: Finalizando um projeto social de turismo e lazer

EQUIPE

Professora Orientadora:
Vânia de Fátima Noronha Alves

Alunos Bolsistas:
Alessandra Riccaldone
Matheus Nogueira Rocha
Monique Giorni Brito

RESUMO

Este artigo relata e avalia as experiências de alunos-bolsistas do curso de Turismo e Gestão em Hotelaria da Universidade FUMEC, num programa de extensão voltado para a ação comunitária, no período de 2003-2006.

INTRODUÇÃO

A experiência desenvolvida por alunos-bolsistas do curso de graduação em Turismo e Gestão em Hotelaria é fruto do projeto de extensão viabilizado pela parceria da Universidade FUMEC com o Programa Esportista Cidadão (PEC), que envolveu a Casa Menino no Parque em funcionamento nas dependências do Parque das Mangabeiras – órgão da Secretaria Municipal de Meio Ambiente da Prefeitura de Belo Horizonte e outras instituições, como a AMAS, o Minas Tênis Clube, a FIAT, as ONGs Rede Cidadã e o Conselho de Pais Criança Feliz, ao longo dos últimos quatro anos (2003-2006).

A Casa Menino no Parque atende crianças residentes no aglomerado da Serra, região com alto índice de riscos e violência, por meio de oficinas (horta, jardinagem, capoeira, dança, circo, arte, informática, recreação e esporte). As crianças atendidas

devem estar vinculadas a uma instituição escolar. As oficinas são realizadas fora dos horários escolares, motivo pelo qual a Casa oferece também almoço e lanches.

Este projeto de extensão priorizou atividades de lazer, turismo e meio ambiente voltadas para o público atendido, além de proporcionar aos alunos bolsistas experiências com a coordenação de projetos de políticas públicas, bem como a participação em projetos sociais, junto à comunidade, com vistas à educação para a cidadania e a inclusão social.

O projeto adotou a concepção de lazer defendida por Christiane Luce Gomes como “*uma dimensão da cultura constituída por meio da vivência lúdica de manifestações culturais em um tempo/espaço conquistado pelo sujeito ou pelo grupo social, estabelecendo relações dialéticas com as necessidades, os deveres e as obrigações, especialmente com o trabalho produtivo*” (2004:125).

Concordamos também com Leila Pinto (*apud* por Gomes, 2004: 123), quando afirma que o lazer é o “*espaço privilegiado para a vivência lúdica, na qual o prazer é a conquista da experiência da liberdade*”. Assim, o Turismo foi considerado como um de seus conteúdos culturais, tornando-se, dentre os outros, o principal fenômeno capaz de potencializar as atividades de lazer com fins explícitos, promovendo participação, ética e o pertencimento à sociedade.

Com base nestas concepções, adotamos como princípio o entendimento de que o lazer é um direito social. Carlos R. Jamil Cury (2006) nos chama a atenção para o fato de que o direito social é um investimento que deve ser assegurado pelo Estado, com vistas a reduzir progressivamente as desigualdades, à medida que oportuniza a todos o acesso a determinados bens sociais indispensáveis a uma vida digna e a uma participação cívica consciente.

Desse modo, o lazer, enquanto um bem social indispensável a todos os cidadãos brasileiros, é garantido em nosso país pela Constituição Brasileira de 1988. Infelizmente, num país com tantas desigualdades como é o nosso, não basta termos a garantia de um direito social em forma de lei para que a mesma seja cumprida. Um dos campos que mais ressoa deste descaso é o lazer.

É ainda Cury quem elenca os principais limites que impedem uma política social mais ampla, incluindo nela o acesso ao lazer. A desigual distribuição da renda e da riqueza, a desequilibrada divisão dos impostos, o número de municípios pequenos e sem recursos próprios, dependentes de transferências legais, a dívida externa do país, e, quase sempre, a má administração e aplicação dos recursos existentes estão entre os mais agravantes. É desejável que todas essas limitações sejam superadas e que políticas inclusivas possam transformar “a realidade de uma si-

tuação desigual e o horizonte de um estado menos desigual em direção a um mais igual (op. cit.: 39).

Neste contexto, é possível afirmar que as ações desenvolvidas pela Casa Menino no Parque caminham no sentido de minimizar esses limites, ao focalizar crianças de grupos vulneráveis de nossa cidade. O projeto, desenvolvido pelos alunos-bolsistas, visou garantir o direito ao lazer por meio de visitas aos seus principais equipamentos.

Foram definidos como objetivos do projeto: proporcionar às crianças e adolescentes conhecer a cidade em que vivem, para que, a partir dessa nova relação, eles pudessem perceber que Belo Horizonte também lhes pertence; desenvolver a noção de responsabilidade para com o patrimônio público, histórico e cultural da sociedade; incentivar a autonomia dos sujeitos envolvidos e de seus familiares, para a prática do turismo e do lazer; desenvolver ações éticas e cidadãs junto a essa parcela da população, que vive em situação de risco, com vistas à sua inclusão social. Desse modo, as crianças se conscientizam da sua participação na constituição do patrimônio humano que, juntamente com o histórico e cultural, compõe a cidade. Assim, tornam-se co-responsáveis pelo seu desenvolvimento.

DESENVOLVIMENTO

Por meio de um diagnóstico realizado pelos alunos-bolsistas, constatou-se que o público atendido pela “Casa” não se reconhecia como morador da cidade de Belo Horizonte, apesar de residir numa região privilegiada, numa posição geográfica que permite vê-la, e até mesmo admirá-la. O universo desses sujeitos se restringe ao próprio bairro e suas imediações. O projeto buscou minimizar este quadro por meio da vivência do turismo, visando à educação do público atendido para a prática desta atividade enquanto opção de lazer. O planejamento e avaliação das ações foram feitos em reuniões semanais, com a participação dos alunos-bolsistas e da professora orientadora.

O projeto se constituiu da realização, junto às crianças e adolescentes da “Casa”, de oficinas de sensibilização para o turismo e o lazer, nas quais foram discutidos os conceitos acima e apresentados alguns pontos turísticos da cidade, potenciais para a visita dos grupos. Esta fase de sensibilização teve como objetivo despertar a curiosidade das crianças para conhecer a sua

própria cidade, e englobou a confecção de painéis utilizando-se fotografias e recortes de jornais, folders e revistas, poesias, músicas, jogos como o da memória, mapas, etc.

O segundo momento se caracterizou pelo planejamento das visitas, a escolha das turmas que iriam a cada passeio, o agendamento nos locais propostos, e a entrega de bilhetes de autorização aos pais. Em seguida, aconteceram as visitas propriamente ditas, aos patrimônios turísticos, artísticos e culturais da cidade, nas quais os grupos tiveram a oportunidade de conhecer e se apropriar de sua história, se reconhecendo neles. Esses momentos eram precedidos pela construção coletiva de normas de sociabilidade e comportamento para cada local a ser visitado, bem como de uma apresentação sobre sua história e os principais atrativos a serem conhecidos, instigando a curiosidade de todos.

Dentre os locais visitados, destacamos o Estádio Governador Magalhães Pinto (Mineirão); a Transitolândia; a Escola de Música da UFMG (Projeto Viva Música); o Museu Giramundo; o Museu Abílio Barreto; o Museu de História Natural da UFMG; o Parque Ecológico da Pampulha; a Fundação Zoobotânica; a Universidade Fumec; e o Aeroporto da Pampulha.

O projeto previa, ao final de cada ano, a realização de um seminário de avaliação, no qual as próprias crianças e adolescentes tinham a oportunidade de apresentar suas experiências, aprendizados e sensações vivenciadas, para outras crianças e também para os familiares.

AVALIAÇÕES E LIMITES

Ao longo dos quatro anos de desenvolvimento do projeto, contamos com a participação de nove alunos-bolsistas e também com a presença de alguns voluntários. Nos dois primeiros anos (2003-2004), dois alunos participaram com uma carga horária de 20 horas semanais. Em 2005, contamos com quatro alunos e uma carga horária de 10 horas semanais. Em 2006, este número foi reduzido para três, todos com 10 horas.

A articulação dos ensinamentos teóricos e a prática foram possibilitadas e avaliadas em reuniões semanais entre os alunos-bolsistas e a professora-orientadora, nas quais o planejamento coletivo do trabalho e o seu desenvolvimento eram discutidos.

Entretanto, durante o desenvolvimento do projeto deparamos com situações diversas, principalmente no que diz respeito ao entendimento de nossa proposta e ao apoio às ações pela instituição parceira. Inicialmente, foi solicitado aos nossos alunos-bolsistas que assumissem a tarefa de educadores sociais. Durante todo o ano de 2003, estes alunos desenvolveram ativi-

dades de recreação para crianças de 05 a 07 anos. Ao final do ano, fizemos uma avaliação do trabalho e encaminhamos propostas para o ano seguinte.

Em 2004, uma das ações desenvolvidas pelos alunos-bolsistas foi a contribuição com a capacitação dos educadores sociais da “Casa” em questões que envolviam o meio ambiente. Além disso, formatamos e implementamos a proposta do turismo de inclusão social, possibilitando que as crianças conhecessem a cidade de Belo Horizonte. Este período foi marcado pela presença de uma coordenação administrativa e pedagógica articulada com nossos propósitos, que não mediu esforços para que os objetivos do projeto fossem alcançados.⁴³

O ano de 2005 foi marcado por mudanças políticas na “Casa”, o que acarretou trocas nas coordenações e também uma rotatividade entre os educadores. Enfrentando algumas dificuldades, conseguimos dar continuidade ao projeto, ancorados, principalmente, na alegria das crianças com as visitas realizadas.⁴⁴

Numa avaliação da proposta, no final de 2005, contando com a presença dos alunos-bolsistas e das coordenações administrativa e pedagógica, destacamos os pontos positivos do projeto e apresentamos sugestões para melhorias em sua continuidade. O principal problema levantado foi o fato da Oficina de Turismo não estar presente na grade de atividades oferecidas às crianças da “Casa”, o que dificultava não só a preparação e avaliação das visitas como também o estudo dos conceitos básicos do projeto e dos locais a serem visitados. Ficou acordado que para o ano seguinte seria definido um horário para o Turismo na grade semanal das oficinas. Entretanto, isto não ocorreu no início de 2006, como havia sido planejado. A “Casa” ficou durante um mês sem uma coordenação administrativa, e houve mudanças na coordenação pedagógica. Não foi possível executar o planejamento definido pelo grupo.

Em nossas reuniões semanais, os alunos colocavam que as dificuldades encontradas eram fruto de uma incompreensão por parte da coordenação e também dos educadores (apesar de estarmos construindo a proposta ao longo dos últimos três anos) a respeito do projeto. Solicitamos um espaço na reunião semanal dos educadores, e mais uma vez explicamos sobre os objetivos, conceitos teóricos, e a dinâmica do projeto. Acreditávamos que após esta conversa nosso trabalho finalmente fluiria, mas infelizmente isso não ocorreu. O que ficou acordado na presença da coordenadora do projeto não foi cumprido.

Passamos a conviver com outros problemas, dentre eles o da comunicação interna. Várias ações deixaram de ser informadas aos alunos-bolsistas, tais como a suspensão de reuniões dos educadores e a dispensa das crianças. Por esse motivo, algumas visitas precisaram ser canceladas. Os alunos-bolsistas passaram a se sentir desmotivados, uma vez que o planejamento não era viabilizado. Os voluntários desistiram.

Em agosto/2006 houve uma nova mudança nas coordenações administrativa e pedagógica da “Casa”. Nos reunimos com os novos coordenadores e, por vários motivos, não conseguimos manter a estrutura do projeto, principalmente quanto à liberação dos ônibus, lanches, educadores e horários para as visitas. A Coordenação avaliou ser extremamente positivo o trabalho por nós desenvolvido, mas alegou necessitar de um tempo para reestruturar a “Casa”. Várias propostas foram sugeridas; contudo, todas elas esbarravam nos entraves burocráticos e não puderam ser implementadas. Tentamos manter a rotina semanal de reuniões e estudos, até que, em outubro, nos vimos obrigados a suspender o projeto.

CONCLUSÕES

Consideramos que o projeto - “Menino no Parque” e a Belo Horizonte que (não) se vê: turismo e lazer em busca da inclusão social - contribuiu significativamente para que a nossa universidade construísse uma política de atividade extensionista. A relação com a comunidade, o atendimento comprometido com princípios democráticos e cidadãos, o desenvolvimento pessoal e acadêmico dos alunos, a articulação da teoria em confronto com a realidade, a publicação e apresentação de textos em congressos nacionais e em seminários locais, são alguns exemplos da importância do desenvolvimento de ações dessa natureza. Acreditamos que iniciativas como esta devem ser incentivadas em nosso meio acadêmico, contribuindo não só com a missão da instituição, mas também com a elaboração de políticas inclusivas que visem à construção de um mundo melhor, mais justo e igualitário para todos.

⁴³ Os resultados da ação/intervenção dos anos de 2003 e 2004 foram apresentados no XVI Enarel (Encontro Nacional de Recreação e Lazer) realizado na cidade de Salvador/BA, novembro de 2004 e no 2o Congresso Brasileiro de Extensão Universitária realizado na UFMG. Ver Alves et al (2004 a e 2004b).

⁴⁴ As ações desenvolvidas ao longo deste ano foram apresentadas no XVII Enarel (Encontro Nacional de Recreação e Lazer) realizado na cidade de Campo Grande/MS, novembro de 2005. Ver Alves et al (2005). Neste mesmo ano, o projeto participou de um concurso nacional entre projetos desta natureza, promovido pela Fundação do Banco do Brasil, conquistando o 3o lugar e sendo premiado com a quantia de três mil reais que foram revertidos em bens materiais para a Casa Menino no Parque e para o CEPETUR (Centro de Pesquisas em Turismo da Universidade Fumec).

REFERÊNCIAS:

ALVES, Vânia de Fátima Noronha. “Menino no Parque” e a Belo Horizonte que (não) se vê: turismo e lazer na construção da cidadania. In: 3o Seminário de Extensão Universitária da FUMEC. **Anais**. Caderno de Artigos 2005. Belo Horizonte: Universidade Fumec. Pró- Reitoria de Ensino, Pesquisa e Extensão. 2006. p. 81-84.

ALVES, Vânia de Fátima Noronha; CASTILHO, Natália Villela; ARAÚJO, Isabela Correa. Lazer e Turismo num projeto de inclusão social em Belo Horizonte. **Anais do XVII Enarel-** Encontro Nacional de Recreação e Lazer. Campo Grande:MS, 2005.

ALVES, Vânia de Fátima Noronha. Oficina de recreação no Projeto “Menino no Parque”. In: 2o Seminário de Extensão Universitária da FUMEC. **Anais**. Caderno de Artigos 2004. Belo Horizonte: Universidade Fumec. Pró- Reitoria de Ensino, Pesquisa e Extensão. 2005. p. 35-39.

ALVES, Vânia de Fátima Noronha. Oficina de recreação no Projeto “Menino no Parque”. In: I Seminário de Extensão Universitária da FUMEC. **Anais**. Caderno de Artigos. Belo Horizonte: Universidade Fumec. Pró- Reitoria de Ensino, Pesquisa e Extensão. 2004. p. 29-32.

ALVES, Vânia de Fátima Noronha; MIRANDA JUNIOR, Marcos Carvalho; MARTINS, Renata Drumond. Turismo e Lazer: em busca da cidadania e inclusão social. **Anais do 2o Congresso Brasileiro de Extensão Universitária**. Belo Horizonte: Pró-Reitoria de Extensão. Universidade Federal de Minas Gerais, 2004.

ALVES, Vânia de Fátima Noronha; MIRANDA JUNIOR, Marcos Carvalho; MARTINS, Renata Drumond. Turismo e Lazer: em busca da cidadania e da inclusão social. **Anais do XVI Encontro Nacional de Recreação e Lazer**. Salvador: UFBA/SESI - Departamento Regional da Bahia, 2004.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Lazer, cidadania e responsabilidade social**. (Dimensões Políticas do Lazer, 5). Brasília: SESI/DN, 2006.

GOMES, Christianne L. Lazer – Concepções. In: GOMES, Christianne L. (Org.). **Dicionário crítico do lazer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 119-126.

O CATÁLOGO DE PROJETO COMO INSTRUMENTO DE MULTIPLICAÇÃO DO CONHECIMENTO ACADÊMICO

Profª Juliana Pontes

A necessidade deste projeto de catálogo surgiu no PROEXT “**Sempre Savassi: Design e Cultura**”, projeto de extensão realizado em 2005/2006, de forma interdisciplinar, pelas Profªs. Juliana Pontes (Design Gráfico), Cássia Macieira (Design de Moda) e Natacha Rena (Design de Interiores). No **Sempre Savassi**, grupos de artesãos urbanos da região metropolitana de Belo Horizonte foram capacitados em design e artesanato urbano. A categoria de artesanato trabalhada neste projeto tem sua origem em dois conceitos do SEBRAE sobre os tipos de atividades artesanais: o artesanato conceitual e o artesanato de referência cultural. Em resumo, foram reunidos produtos artesanais feitos por pessoas geralmente de origem urbana, onde a inovação é o elemento principal que distingue este artesanato das demais categorias, somada à incorporação de elementos culturais tradicionais da região onde são produzidos. Estas duas diretrizes foram sintetizadas em um conceito único, gerado ao longo do próprio projeto, que é o de **artesanato urbano**. Este conceito envolve a inovação no processo criativo, a liberdade temática, o resgate cultural e a valorização de referências culturais híbridas produzidas na experiência cotidiana em centros urbanos contemporâneos. O projeto **Sempre Savassi** demandou a criação e produção de um catálogo para a divulgação do processo e dos resultados do trabalho de capacitação. O catálogo **Sempre Savassi: Design e Artesanato Urbano**, coordenado pela professora Juliana Pontes, autora deste artigo, foi lançado em julho de 2006, em exposição no Pátio Savassi, centro comercial da zona sul de Belo Horizonte.

O processo de desenvolvimento do produto gráfico catálogo envolveu, em primeiro lugar, um processo seletivo do estudante bolsista estagiário da Universidade FUMEC que trabalhou na organização dos dados, registro fotográfico e design gráfico do produto. Na seqüência metodológica do projeto, partimos para a concepção do conceito gráfico do catálogo. Esta etapa consiste

na definição de diretrizes conceituais e estéticas para a escolha do *grid* de diagramação do catálogo, da sua estrutura editorial, da seleção tipográfica e das intervenções de imagens e grafismos. A idéia principal trabalhada foi a conjugação de suportes e texturas de aspecto rústico, sugerindo a atividade artesanal, e um layout tipográfico e iconográfico mais limpo e arrojado, incorporando ao projeto um pensamento gráfico característico do design contemporâneo. Dessa forma, evidenciamos a proposta do projeto de capacitação em design e artesanato, colocando lado a lado a sensibilidade artesanal e a organização inovadora do design.

A partir da definição dos parâmetros gráficos de projeto, passamos para a produção e seleção de imagens fotográficas e ilustrações. Nesta fase, os produtos artesanais foram explorados em suas formas, texturas, estampas e materiais. Também foram motivos para imagens a temática, os esboços, os desenhos e as experimentações utilizadas no processo de capacitação. As fotografias utilizadas como registro das aulas e também do espaço urbano da Savassi serviram aqui como material iconográfico para ilustrar o processo e os artigos específicos de cada professor participante. Nas páginas específicas de cada artesão, uma montagem gráfica dos esboços do projeto serviu como mapeamento do processo criativo. As ilustrações de abertura dos capítulos utilizam a linguagem das colagens e sobreposições digitais, unindo a tecnologia à interpretação do tema. Outro recurso gráfico ligado ao processo de capacitação foi a criação das páginas com a paleta de cores do projeto. São páginas de tamanho dobrado, que se articulam exibindo toda a gama de cores identificada pelos artesãos na pesquisa de campo e suas respectivas denominações, criadas também pelo grupo. Essas páginas possuem, em seu verso, imagens da Savassi que se tornaram referência para o trabalho artesanal do grupo e para a identificação da própria paleta de cores. Os produtos concluídos foram expostos nas páginas finais do catálogo, em papel branco fosco, para valorizar a reprodução das cores e detalhes das imagens. Ao final, um mosaico fotográfico de retratos mostra o grupo de trabalho: coordenadores, professores e artesãos. Um elemento iconográfico importante ao longo do projeto gráfico foi uma forma geométrica que lembra um quadrado com uma ponta segmentada. Este elemento compõe várias estruturas no design – padrões gráficos, formatação de imagens e de blocos de textos – por ser a representação esquemática da região da Savassi.

Ao mesmo tempo, os textos acadêmicos, institucionais, artigos e depoimentos foram revisados e preparados para que o processo de diagramação pudesse acontecer a partir de uma seleção completa e fechada de imagens e de textos. As instituições envolvidas – Universidade FUMEC, CDL-BH e SEBRAE-MG – apresentaram seu olhar e posicionamento em relação à sua atuação específica e ao projeto como um todo; as coordenadoras do projeto de extensão da FUMEC apresentaram o conceito de

artesanato urbano e a metodologia de trabalho; cada professor produziu um artigo sobre o seu tema de aula e os artesãos contaram sua trajetória de vida e sua percepção da importância do projeto para sua atividade profissional. Com todo o material em mãos, começamos o desenvolvimento do layout de capa, vinhetas, folha de rosto, índice e da diagramação do miolo completo. O layout finalizado nos permitiu a escolha definitiva do design da capa do catálogo, seguindo o conceito de projeto e buscando uma visualidade sugestiva e o estímulo à sensorialidade. Feita esta escolha, fizemos as provas finais do layout para conferência do design gráfico e também para a revisão de textos já diagramados, pois o processo de editoração eletrônica pode gerar erros no texto. Depois de todo o material revisado e aprovado, partimos finalmente para o acompanhamento da produção, verificando cada etapa da impressão do produto final, ou seja, do catálogo em sua forma definitiva. A etapa de produção passou pelo acompanhamento do tratamento final de imagens, pela revisão de provas e pelo monitoramento do ajuste à máquina, a fim de se conseguir a altura de relevo adequada ao tipo de papel da capa.

Finalizada a produção gráfica da peça, mil exemplares do catálogo foram lançados e distribuídos na exposição dos produtos artesanais produzidos no **Sempre Savassi**, realizada no Pátio Savassi, centro comercial da região, onde estão algumas das lojas revendedoras dos produtos. Além disso, cada instituição envolvida distribuiu exemplares para profissionais da área de capacitação em artesanato e design, gestão e comercialização de produtos artesanais, lojistas, empresários e profissionais da área acadêmica. Os artesãos participantes do projeto ganharam exemplares do catálogo, que são utilizados por eles como peças de portfólio, apresentando o repertório adquirido no projeto e o resultado final do trabalho artesanal de cada um. Todos os professores envolvidos na capacitação utilizam frequentemente o catálogo como material didático em sala de aula para exemplificar o conceito de artesanato urbano, debater a metodologia desenvolvida, demonstrar as possibilidades interdisciplinares entre artesanato e design, e como material de discussão sobre layout e produção gráfica.

O catálogo serviu, enfim, como instrumento de divulgação do artesanato, de forma geral, enquanto setor econômico sustentável, como referência cultural e como produção conceitual e, de forma particular, divulgou o artesanato urbano a partir do trabalho com os grupos de artesãos participantes da capacitação do **Sempre Savassi**. Assim como a própria atividade artesanal, este produto gráfico registrou a identidade cultural desses grupos e ajudou a promover a melhoria da qualidade de vida dos artesãos, ao demonstrar o valor cultural do artesanato e sua possibilidade de promover a inclusão econômica e social de grupos que têm acesso reduzido às oportunidades de mercado. Como instrumento de ação social, serviu para divulgar a cultura da coopera-

ção e ações de estímulo à economia solidária, além de socializar o acesso às informações e ao conhecimento no âmbito do setor artesanal. Constatamos, durante a capacitação, que articular parcerias para aumentar a participação do artesanato na produção nacional e para o conseqüente fortalecimento do setor é de extrema importância - mais um forte motivo para produzir um material de consulta impresso, que também servirá como referência para futuras pesquisas em design e artesanato.

Verificou-se nesta experiência que o produto gráfico catálogo, como instrumento de visibilidade e registro da atividade extensionista, foi de vital importância para a disseminação do trabalho acadêmico de conceituação, metodologia e capacitação em design e artesanato; para a projeção do valor cultural e social da extensão universitária da Universidade FUMEC; para a geração de portfólio para os artesãos participantes do projeto; para a valorização do artesanato como forma de economia solidária; para servir de suporte para uma reflexão acadêmica conceitual sobre o artesanato urbano; e, como conseqüência, para servir de fonte de pesquisa para futuros projetos acadêmicos e sociais neste setor. Em relação às possibilidades de desenvolvimento de pesquisa, o catálogo citado é material de consulta permanente para o DADAA (Diferenças: Arte, Design, Arquitetura e Artesanato), grupo de pesquisa registrado no CNPq (Conselho Nacional de Pesquisa), formado por professores-pesquisadores da Universidade FUMEC e que possui uma linha de pesquisa específica para trabalhar a relação entre design e artesanato. Também é material de consulta dos estudantes da Universidade e outras instituições. É, então, essencial divulgar os resultados, o conceito e a metodologia dos projetos de extensão da Universidade FUMEC em produtos acadêmicos como este, valorizando sua iniciativa social ousada e o perfil solidário desta Universidade.

Além de servir como oportunidade de apresentação do trabalho dos artesãos em feiras nacionais e rodadas de negócios internacionais de artesanato, o catálogo **Sempre Savassi: Design e Artesanato Urbano** foi essencial para a divulgação nacional do projeto de capacitação desenvolvido pela Universidade FUMEC e de seus frutos teóricos, pois foi selecionado para o **20º Prêmio de Design do Museu da Casa Brasileira**, de São Paulo, na categoria Trabalhos Escritos, onde ficou exposto no mês de dezembro de 2006, junto com os principais trabalhos teóricos sobre design realizados naquele ano no Brasil. Por tudo isso, reafirmamos a importância da criação e produção deste tipo de produto, pois já está verificada a sua eficácia como forma de apresentação, registro e multiplicação do conhecimento e da prática acadêmica. Além disso, consolidou-se a relação entre extensão, pesquisa e ensino, pois o conteúdo teórico do catálogo gerou um projeto de pesquisa de mapeamento do design e artesanato, proposto pela professora Natacha Rena, aprovado para o ano de 2007, e gerou uma disciplina optativa em design e artesanato oferecida em todas as habilitações do design pelas professoras

Natacha Rena - que ministra a disciplina hoje - e Juliana Pontes. Constatamos, através desta experiência, a real necessidade de produtos de conteúdo acadêmico que apresentem a produção da Universidade em seus vários setores, pois estes são instrumentos não só de divulgação de projetos, mas de renovação do conhecimento, suporte para novas investigações práticas e teóricas, trocas culturais entre instituições e, por fim, servem de recurso didático múltiplo em sala de aula.

REFERÊNCIA

MACIEIRA, Cássia; PONTES, Juliana; RENA, Natacha. **Sempre Savassi: design e artesanato urbano. (Catálogo)**. Belo Horizonte: Universidade FUMEC, 2006.

PROJETO “POSSO AJUDAR”

Uma proposta de humanização em saúde

Adriana M. Lacôrte Freitas

INTRODUÇÃO

A palavra humanização surge nas últimas décadas como um movimento ou tendência do setor de saúde em propor uma nova modalidade de atendimento de qualidade. Utilizada por muitos como estratégia e/ou metodologia para estimular funcionários e aumentar a produtividade no trabalho e conquistar clientes através de ambientes agradáveis, serviços de hotelaria fantásticos e comportamento polido e politicamente correto de seus colaboradores, não alcançou ainda seu principal objetivo, representado pela mudança da visão que a maioria dos profissionais da área têm sobre o conceito de saúde, e conseqüentemente sobre o conceito de atendimento humanizado e de qualidade em saúde.

Embora a valorização dos profissionais envolvidos, associada a adequadas condições de trabalho e à utilização de novas tecnologias propedêuticas e terapêuticas, represente pilares importantes da proposta de humanização do Ministério da Saúde (MS, 2000), nada é tão ou mais importante que as relações estabelecidas entre profissionais, profissionais e usuários, e profissionais e a comunidade.

Segundo Deslandes (2004), a humanização poderia ser vista como ampliação do processo comunicacional entre estes cidadãos, representando a principal diretriz da proposta ministerial.

Ampliar o processo comunicacional entre profissionais e usuários do Sistema de Saúde significa ter pessoas dispostas a dialogar, e para tanto, dispostas a ouvir o que as outras têm a dizer. Segundo documentos do próprio Ministério da Saúde (2003), o sofrimento, a dor e o prazer expressos pelos sujeitos em palavras necessitam ser reconhecidos pelo outro.

As dificuldades para a implantação desse novo modelo aparecem na medida em que nos deparamos com um conceito de saúde limitado pelo cientificismo, onde tecnologias avançadas são indispensáveis para o atendimento de qualidade, e normas e protocolos devem ser sempre seguidos pelo paciente, que é

subordinado, também, à autoridade de profissionais que prestam favores ao atendê-lo.

Mudar este tipo de comportamento significa mudar a cultura ou a forma com que esses profissionais se relacionam com seus clientes.

Para que tal “mudança” ocorra, necessitamos de tempo e de investimento. Falamos aqui de mudanças a médio e longo prazo; falamos de investimentos na formação de novos profissionais e do aprimoramento daqueles que já se encontram inseridos no mercado de trabalho em saúde.

Comprometida com o avanço do setor de saúde e percebendo a importância dessa demanda político-social do Ministério da Saúde (Política Nacional de Humanização - MS, 2003), a Universidade FUMEC abraça, juntamente com algumas instituições de saúde, o projeto: “Posso Ajudar?”.

Atuando nos Hospitais Odilon Behrens e em unidades da rede FHEMIG, e contando com a participação dos alunos e professores da Faculdade de Ciências da Saúde (FCS) e funcionários das instituições envolvidas, busca não só um atendimento humanizado como também o aprendizado dessa nova metodologia na prestação de assistência à saúde: o acolhimento aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS).

Além de proporcionar aos alunos, de maneira concreta e real, a oportunidade deste novo saber em saúde, a FUMEC contribui com certeza para o fortalecimento desse novo modelo de atendimento, através do qual as demandas dos usuários poderão ser ouvidas, trabalhadas e adequadamente encaminhadas, gerando impactos positivos na qualidade de vida dessas pessoas.

O projeto foi elaborado com a proposta de atender às recomendações da Política Nacional de Humanização (MS, 2003), possibilitar o surgimento de uma nova cultura de atendimento à saúde, formar profissionais que incorporem valores e atitudes de respeito à vida, e que apreendam, através do ensino na universidade, o conceito exato da palavra “Humanização”.

METODOLOGIA

O projeto se consistiu das seguintes etapas:

IMPLANTAÇÃO:

a) Diagnóstico administrativo das unidades, realizado pelo Coordenador do projeto na FCS:

Levantamento de dados: reconhecimento dos valores institucionais; perfil epidemiológico dos usuários da unidade hospitalar

envolvida; nível de satisfação dos clientes internos e externos (expectativas a serem trabalhadas, mediante pesquisas internas já realizadas).

Levantamento dos pontos de estrangulamento dos diversos setores/unidades: planta física; recursos humanos; materiais e equipamentos; fluxo de pessoas; características do atendimento realizado; normas e rotinas institucionais.

b) Recrutamento e seleção:

Divulgação na FCS/FUMEC da abertura de vagas para a participação no projeto e período de inscrição.

Entrevista individual com os candidatos inscritos e participação em dinâmicas de grupo com a Coordenação do Projeto na FCS e Coordenação dos Núcleos de Ensino e Pesquisa (NEP), responsáveis pelo acompanhamento dos alunos nas Instituições envolvidas.

Seleção dos alunos, de acordo com o número de vagas disponíveis e perfil desejado, previamente definido segundo as características institucionais identificadas no diagnóstico administrativo realizado.

c) Divulgação formal do projeto, entre os profissionais da instituição hospitalar envolvida:

Participação dos coordenadores do NEP e da FCS.

d) Treinamento dos alunos selecionados:

Na FCS/FUMEC (Coordenador do Projeto)

- Contextualização sobre o Projeto “Posso Ajudar?”: Programa Nacional de Humanização (MS, 2003); objetivos do Projeto; direitos e deveres dos envolvidos (Regimento);
- Atividades desenvolvidas pelos alunos: **Acolhimento**: atender de imediato à demanda do usuário através da “escuta”, da informação precisa, da atenção à necessidade do cliente, oferecendo uma resposta possível ao problema identificado. **Reorganização do fluxo de pessoas**: encaminhar e/ou conduzir adequadamente as pessoas a outros setores e/ou serviços, à “sala de espera” e a outros profissionais, conforme demanda. **Orientação**: repassar informes, normas e rotinas institucionais devidamente autorizadas e formalizadas pela instituição, aos usuários do sistema de saúde, assim como orientações prévias sobre prováveis mudanças nos serviços disponibilizados, oferta de novos serviços, etc. **Comunicação intersetorial**: facilitar a comunicação entre os usuários e os profissionais das unidades envolvidas com o atendimento e entre os profissionais de setores distintos (assistência social, limpeza, urgência, chefia de enfermagem, etc.). **Auxílio na priorização de atendimento**: produzir e encaminhar informações sobre quadros clínicos

de pessoas em salas ou filas de espera, que supostamente necessitem de atendimento imediato, e/ou seguir “protocolos de priorização de atendimento” já existentes. **“Sala de Espera”**: supervisão de atividades recreativas envolvendo clientes externos, em unidades ambulatoriais ou de internação. **“Biblioteca Ambulante”**: distribuição e empréstimo de livros e revistas (aquisição através de campanhas realizadas na universidade) para clientes externos, nas unidades ambulatoriais e de internação. **“Quero me comunicar”**: redação de cartas e leitura diária de livros, revistas e jornais para clientes (institucionalizados ou não) impossibilitados de fazê-los. Espaço para escuta. **“Você não está sozinho”**: visita periódica a clientes institucionalizados ou residentes no interior do Estado, que não recebem visitas frequentes. **Educação Continuada**: auxílio ao serviço de educação continuada da instituição envolvida, na confecção de palestras e/ou treinamentos aos funcionários do hospital. **Pesquisas de Opinião**: auxílio aos setores responsáveis por pesquisas de opinião e controle de qualidade institucional;

- Avaliação periódica e suporte teórico-prático: Reuniões mensais, científico-administrativas, para discussão sobre as dificuldades e limitações do dia-a-dia do trabalho na Instituição Hospitalar, os avanços do grupo, assim como as bases epidemiológicas das doenças mais prevalentes em cada instituição, mediante cronograma previamente estabelecido.

Na instituição envolvida (Coordenação dos NEPs)

- Contextualização sobre o Projeto “Posso Ajudar?”: Importância do Projeto para a Instituição; Objetivos a serem alcançados; Atividades a serem desenvolvidas;
- Apresentação da planta física e dos setores de atuação;
- Apresentação formal dos profissionais-referência para os alunos dentro da Instituição;
- Apresentação das normas e rotinas institucionais;
- Avaliação periódica e suporte teórico-prático (critérios estabelecidos pelo NEP de cada instituição).

RESULTADOS

Em função de limitações acadêmico-institucionais e do próprio andamento do projeto, não foi possível, até o momento, avaliar formalmente os resultados obtidos com a sua implantação.

Temos, no entanto, percebido claramente que a presença dos alunos nas unidades onde o projeto foi iniciado se tornou imprescindível para usuários e profissionais da instituição, que “cobram” das chefias do NEP a ausência, quando ocorre, desses alunos. Observamos também, “in loco”, que esses alunos se tornaram

referência para orientações, encaminhamento de pessoas e esclarecimento de dúvidas, assim como apoio inicial a familiares aflitos que chegam às portarias dos hospitais em busca de seus familiares.

Foi percebida, ainda, a redução de conflitos para atendimento nas salas de espera, antes corriqueiros, e diminuição do fluxo de pessoas pelos corredores em busca de informações, segundo os próprios funcionários da instituição, que elogiam o acolhimento realizado pelos alunos.

Quanto aos objetivos acadêmicos (mudança cultural dos profissionais em formação), consideramos que estejam bem encaminhados, a partir de relatos formalizados pelos próprios alunos participantes do projeto:

“Com o passar do tempo, fui vivenciando situações jamais imaginadas. Lidei com pessoas que estavam passando por momentos extremamente difíceis. A cada nova experiência, fui me dando conta da complexidade e importância do meu trabalho no Projeto Posso Ajudar. Aprendi que devemos olhar mais para o outro, buscando entender o que ele está sentindo e saber que estar doente mexe com o emocional de qualquer pessoa, e que é nosso dever fazer o máximo para aliviar ou amenizar essa angústia” (MARCELA RE CAREY, FONAUDIOLOGIA).

“O projeto nos proporciona, além do ingresso no ambiente hospitalar, uma experiência de vida incomparável. O grande número de pessoas que chegam ao hospital em diferentes situações nos ensina a respeitar as diferenças, a acolher. São pessoas que chegam para compartilhar conosco suas alegrias, tristezas, angústias, desesperos, necessitando de apoio para enfrentar seus problemas” (DANIELLE MATTIOLY, BIOMEDICINA).

“Para mim, o processo de cura se inicia no modo como o usuário é acolhido e/ou recebido frente às suas limitações, dores, incompreensões e medo do desconhecido. Isto é claramente percebido na prática. A cada dia aprendo e aperfeiço as habilidades primordiais para o desenvolvimento de um bom trabalho em saúde: saber ouvir, saber falar e compreender às vezes, o incompreensível” (IANNA MACIEL, FONAUDIOLOGIA).

“Estou tendo a oportunidade única de poder ver e viver, bem de perto, os dois lados da realidade de um hospital do SUS. Consigo ver as necessidades dos usuários e de alguma forma ajudá-los, e presenciar também a realidade de uma equipe multidisciplinar da qual, no futuro, estarei fazendo parte” (BRENO MARCOS T. ALMEIDA, FISIOTERAPIA).

“O Projeto Posso Ajudar tem contribuído muito pra meu crescimento pessoal e profissional. O Projeto tem nos

permitido conhecer a realidade hospitalar, o Sistema Único de Saúde e a importância do trabalho em equipe. É um privilégio podermos participar desse momento” (DIENE PEREIRA DE OLIVEIRA, TERAPIA OCUPACIONAL).

CONCLUSÃO

O acompanhamento dos alunos participantes do projeto, bem como os relatos dos funcionários e usuários das Instituições Hospitalares envolvidas, nos permitem concluir que as intervenções propostas e realizadas pelos alunos da FCS, dentro do Projeto Posso Ajudar, têm gerado impacto positivo na qualidade do atendimento prestado nas referidas instituições, fazendo do acolhimento uma prática assistencial para esses futuros profissionais da área de saúde.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Ministério da Saúde Humaniza SUS: política nacional de humanização. Brasília, 2003.

Deslandes, S.F (2004). Análise do discurso oficial sobre a humanização da assistência hospitalar. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=attex &pid=51413>. Acessado em: 12 dez. 2006.

FORTES P.A.C (2004). Ética, direitos dos usuários e políticas de humanização da atenção em saúde. Disponível em: <apsp.org.br/saudesociedade/XIII_3/artigos%2013,3%PDF?revista%2013,3%20artigo%203.pdf>. Acessado em: 12 fev. 2007.

Projeto “Todos por Todos - AME/FUMEC Educando além da escola”

Prof.^a Ana Maria Parizzi

INTRODUÇÃO

A Ação Mineira para a Educação – AME é uma organização não-governamental que apresenta, como uma de suas ações, a promoção da qualidade de vida de grupos socialmente vulneráveis, por meio de oficinas educativas nas áreas de esporte, cultura, meio ambiente, saúde, informática básica, artesanato e formação de voluntários brincantes.

A parceria da AME com a Faculdade de Ciências da Saúde/FUMEC, proposta no projeto: “Todos por Todos – AME/FUMEC Educando além da escola”, visou fortalecer e enriquecer as ações educativas já iniciadas na comunidade do Vale do Jatobá, com a atuação de profissionais/professores e alunos/estagiários da FCS/FUMEC em palestras, oficinas, dinâmicas e demais atividades que promoveram saúde, educação e lazer.

METODOLOGIA

O projeto foi desenvolvido em conjunto com a equipe da AME (Escola SESI Hamleto Magnavacca, no Vale do Jatobá), em Belo Horizonte, às quartas feiras, de 14 às 19 horas, em reuniões e ações, tanto na sede da AME quanto na escola do SESI, onde acontece o Projeto, aos sábados, de 08 às 12 horas, durante 6 meses: março, abril, maio, junho e setembro de 2006.

Professores e pesquisadores da FUMEC, da AME, e outros profissionais das diversas áreas do conhecimento, proferiram palestras sobre temas de interesse do grupo, e 10 alunos da FCS/FUMEC (02 bolsistas e 08 voluntários) participaram do projeto após terem sido selecionados por uma comissão de professores coordenadores do projeto.

A equipe reuniu-se bimensalmente para avaliar o andamento do projeto e estudar novas estratégias de ação, de acordo com os

resultados apresentados pelos participantes durante o desenvolvimento das atividades.

Ressaltamos, como principais discussões e **resultados** obtidos no projeto:

A FUMEC, como IES, por meio das ações desenvolvidas neste projeto de extensão, pôde criar uma rede de valorização da comunidade em questão, justificando seu papel de formadora de cidadãos socialmente responsáveis. E esta comunidade pôde, assim, através das atividades realizadas, acessar os saberes construídos nos cursos de graduação da FUMEC, de forma concreta, incluindo aí melhores condições de saúde e exercício de cidadania.

Para os alunos dos cursos de Fonoaudiologia, Fisioterapia, Terapia Ocupacional, Enfermagem e Biomedicina, o projeto ofereceu a oportunidade de vivenciar e atuar em atividades que enriqueceram e enriquecerão a sua formação profissional, assim como uma interação com outras áreas de conhecimento.

Para as duas instituições, AME e FUMEC, o projeto representou estreitamento dos laços com a comunidade e maior visibilidade e resgate do compromisso social, tendo a FUMEC participado, através da coordenadora do projeto, Ana Maria Parizzi, da reunião do BID América em Belo Horizonte, realizada em maio de 2006.

ENFIM, CONCLUÍMOS:

Partindo da premissa e dos resultados alcançados, a FUMEC, através dos alunos voluntários do projeto de extensão “AME/FUMEC Educando além da escola” cumpre o artigo 1º da lei do Voluntariado (1998): “Considera-se serviço voluntário, para fins desta Lei, a atividade não remunerada, prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza, ou a instituição privada de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade”.

Ainda neste âmbito, contemplaram-se os objetivos propostos nas atividades realizadas:

- Promoção da saúde e da cidadania na comunidade do Vale do Jatobá: estabeleceu-se uma equipe multidisciplinar inteiramente voltada às necessidades da comunidade, sendo formada pela integração dos professores/profissionais da FUMEC e da AME e os alunos envolvidos;
- Por meio da inclusão da FUMEC neste projeto desenvolvido pela AME, houve a possibilidade de ampliação do número de pessoas atendidas pelo mesmo, gerando uma maior abrangência das informações trabalhadas; e

-
- Diversificação do campo de atuação dos alunos dos cursos da área de saúde da Universidade FUMEC.

Diante de proveitosa parceria, foram criadas demandas e expectativas em relação à continuidade do projeto “AME/FUMEC Educando além da escola”, além da criação de vínculos importantes para a esperada formação dos alunos para além da sala de aula, fortalecendo o caráter extensionista proposto pela FCS/FUMEC.

REFERÊNCIAS

Haddad, Sérgio. ONGs e Universidades: Desafios para a Cooperação na América Latina. São Paulo: Editora Peirópolis, 2002.

Landim, Leilah; Garcia, Joana e Dahmer, Tatiana. Sociedade & Políticas: novos debates entre ONGs e Universidades. São Paulo: Editora Revan, 2004.

Diversos autores. Responsabilidade Social das empresas - a contribuição das universidades. Vol. 4 Editora: Fundação Peirópolis, 2005.

Tachizawa, Takeshi. Organizações não governamentais e o terceiro setor - criação de ONGs e estratégias de atuação. 2ª edição. Ed. Atlas, 2004.

Roche, Chris. Avaliação de Impacto em trabalhos de ONGs - aprendendo a valorizar as mudanças. São Paulo, Cortez Editora, 1999.

ABONG, O Papel da Sociedade Civil nas Novas Pautas Políticas. Editora Fundação Peirópolis, 2004.

ABONG. V CONFERÊNCIA NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, TEMA: PACTO PELA PAZ - UMA CONSTRUÇÃO POSSÍVEL. Brasília – DF – 1 a 5 de dezembro de 2003.

LEI nº 9.608 de 18 de fevereiro de 1998

Publicada no DOU de 19/02/1998

PROJETO DE REQUALIFICAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA -PRMO

EQUIPE

Professora Coordenadora:
Profª Enid B. C. Drumond

Professores:
Eduardo Winter
Enid B. C. Drumond
Francisco José Silva
Jacques Alysson Lazzarotto
João Bosco Alves Mello
Maria Sílvia Santos Fiúza
Paulo Donizetti de Souza Fiúza
Roberto Geraldo de Figueiredo
Yara Juliana Vasconcelos

Monitores:
Carlos Roberto Mendes de Sousa Júnior
Diego Vaz de Figueiredo
Sandra Correia Piau
Robson Afonso de Paula
José Márcio de Paula
Álvaro Adolfo de Souza Júnior
Emerson Mendes Perdigão
Tanio Roberto de Oliveira Simões
Wedson Luiz de Souza Veloso

OBJETIVOS

O Projeto de Requalificação de Mão-de-Obra (PRMO) é um projeto de extensão universitária vinculado à Escola de Engenharia e Arquitetura da Universidade FUMEC (FEA-FUMEC), que tem como objetivo formar, qualificar e aperfeiçoar profissionais da indústria da construção civil já inseridos no mercado de trabalho, oferecendo-lhes, gratuitamente, uma oportunidade não só de adquirir noções técnicas e científicas para o exercício profissional como também de discutir sua realidade sócio-política e os reflexos desta no seu dia a dia. Além disso, permite aos estudantes dos cursos de Engenharia e Arquitetura da FEA-FUMEC a possibilidade de repassar os conhecimentos adquiridos na uni-

versidade e ter o primeiro contato com pessoas que participam do mercado de trabalho no qual atuarão futuramente.

METODOLOGIA:

As dinâmicas com as quais os programas dos cursos foram desenvolvidos - aulas teóricas, práticas, seminários, dinâmicas de grupo, estudos dirigidos, palestras, debates, projeções de filmes e slides, visitas a empresas e escolas com atividades correlatas ao projeto - favoreceram o desenvolvimento de um aprendizado crítico e ativo por parte dos alunos, permitindo-lhes, assim, se situar de forma mais afirmativa tanto no mercado de trabalho quanto na sua prática social. O compromisso com a gestão didático-administrativa (preparação de aulas, montagem dos programas do curso, coordenação de atividades e turmas, etc.), propicia o desenvolvimento de habilidades e do senso de responsabilidade no trabalho em equipe, bem como o de responsabilidade social.

Na formatação dos cursos foram observados os seguintes princípios:

- qualidade nas atividades de ensino, buscando sempre a investigação tecnológica e prática,
- busca de atualização contínua nas áreas do conhecimento;
- flexibilidade curricular que atenda à diversidade de tendências e a novas técnicas e conhecimentos;
- promoção do intercâmbio com a área acadêmica, empresas e com a sociedade em geral, visando uma maior integração com a comunidade e resguardando o projeto institucional da Universidade.

A implantação dos cursos foi feita de acordo com os profissionais disponíveis na Universidade e com a demanda do mercado de trabalho, sendo que os Cursos de Requalificação de Mão-de-Obra estão condicionados às apropriações de qualificação e dedicação do corpo docente nas áreas de concentração dos cursos oferecidos e à disponibilidade de recursos materiais e financeiros.

A carga horária para cada curso foi de 120 horas, constando de parte teórica e parte prática ministrada nos laboratórios da FEA-FUMEC, sendo:

Módulo básico comum a todas as modalidades, de 30 horas, com ênfase em temas ligados à realidade do trabalhador, constando de:

- Operacionalização de textos;
- Noções de sociedade e urbanismo;
- Noções de matemática;
- Noções de arquitetura e urbanismo;

- Leitura de plantas (arquitetura, estrutura e instalações);
- Qualidade/responsabilidade na construção.

Módulos específicos, de acordo com a modalidade escolhida, com 80 horas cada curso, com ênfase no exercício profissional, tais como:

- Curso de Bombeiro Instalador Predial;
- Curso de Eletricista Instalador Predial;
- Curso de Pedreiro de Alvenaria e de Acabamento.

Os candidatos às vagas para os cursos oferecidos pelo Projeto de Requalificação de Mão-de-Obra necessariamente apresentam:

- atuação em áreas afins ao curso pretendido, comprovada em CTPS (Carteira de Trabalho da Previdência Social), por um período mínimo de dois anos;
- nível mínimo de escolaridade correspondente à 4ª série do 1º grau;
- atestado de bons antecedentes expedido por órgão competente.

A coordenação dos cursos ficou sob a responsabilidade de um professor pertencente ao corpo docente da FEA-FUMEC. As aulas, sob a orientação dos professores, foram ministradas em parceria com alunos indicados pelo processo de monitoria, de acordo com a disciplina.

Ao professor coordenador couberam as seguintes atribuições:

- convocar e presidir reuniões relativas à organização, desenvolvimento e avaliação dos cursos;
- coordenar a execução dos cursos, garantindo as condições acadêmicas e administrativas para a efetiva consecução dos objetivos propostos;
- elaborar os relatórios e informações que se fizerem necessários;
- avaliar e indicar a necessidade de profissional da área para acompanhar a execução do curso.

Aos professores das disciplinas couberam as seguintes atribuições:

- se encarregar do projeto do curso e todas as suas implicações;
- coordenar a execução do curso, garantindo as condições acadêmicas e administrativas necessárias à efetiva consecução dos objetivos propostos,
- coordenar as atividades dos professores/alunos na execução do curso.

O processo de avaliação foi definido pelo professor responsável por cada curso, considerando-se dois critérios - assiduidade e

aproveitamento, sendo condição de aprovação que o aluno apresente:

- frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) às atividades de cada disciplina;
- aproveitamento mínimo de 70% (setenta por cento) de um total de 100 (cem) pontos distribuídos.

A aprovação em todas as disciplinas do curso deu ao aluno o direito de receber o certificado de conclusão. A reprovação em uma disciplina do curso impediu o aluno de receber o certificado de conclusão do mesmo, o qual poderá ser concedido após conclusão da disciplina em débito.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Foi feita uma pesquisa nas empresas onde os concluintes exercem suas funções, através da qual se pode observar seu crescimento profissional e intelectual, especialmente no que diz respeito ao despertar para as responsabilidades sociais, ambientais e econômicas que rendem validade à qualidade dos serviços elaborados. De acordo com o relato dos alunos, além dos conhecimentos adquiridos houve uma melhoria profissional e pessoal, através de melhores práticas utilizadas no seu ambiente de trabalho e familiar. Em relação aos professores, a aquisição de conhecimentos bilaterais formou cidadãos mais completos e conscientes de sua tarefa educacional. O intercâmbio de conhecimento ao nível dos monitores e a disponibilização de um cruzamento de conhecimentos pelas vias interativas docência/discência, focadas na atuação profissional, contribuíram com fundamentos para vivências futuras.

CONCLUSÃO

Com a aprovação da Universidade FUMEC - Fundação Mineira de Educação e Cultura, surgiu o compromisso de se criar o saber juntamente com a comunidade, integrando-se, assim, o conhecimento técnico-acadêmico ao conhecimento prático. Para isso, a FEA-FUMEC (Escola de Engenharia e Arquitetura da Fundação Mineira de Educação e Cultura) criou um projeto para a formação profissional e humanística do aluno/operário e do instrutor/universitário, sob a forma de Extensão Universitária, promovendo efetivamente uma experiência de caráter interdisciplinar na Universidade.

Através de um projeto de qualificação de mão-de-obra voltado para operários da construção civil, procurou-se dar um retorno à sociedade, uma vez que a melhor qualificação do operário culmina na construção de obras com maior qualidade, menor prazo

de execução e conseqüentemente melhor desempenho custo/benefício.

Denotou-se, também, uma preocupação ecológica dentro deste projeto. A redução do desperdício passa pela redução do retrabalho e da geração de resíduos, o que sinaliza uma melhor utilização dos recursos disponíveis para a construção, bem como a não saturação dos depósitos de entulhos e lixões e, conseqüentemente, a não utilização de depósitos clandestinos.

Veículo do saber: uma via de mão dupla na formação de acadêmicos e de catadores de papel em Belo Horizonte

EQUIPE

Professores Coordenadores:

Prof. Flavio Fabrino Negrão Azevedo
Camila Carvalhal Alterthum

Alunos Bolsistas:

Claudia Margutti, Joanna Sanglard, Gilberto Ribeiro da Silva

O projeto de extensão universitária, que teve início em 2006, foi o desdobramento de ações anteriores desenvolvidas junto à Associação dos Catadores de Papel Papelão e Materiais Recicláveis de Belo Horizonte (ASMARE).

Em 2005, alunos e docentes fortaleceram a troca de conhecimentos e experiências com este grupo social, que trabalha “na ponta” das atividades que geram o setor produtivo da reciclagem. Um convênio entre a ASMARE, o Reciclo Asmare Cultural e a Prefeitura de Belo Horizonte, forneceu subsídios, através de bolsas, para que um trabalho de desenvolvimento de produtos em eco-design fosse criado em conjunto com os associados.

A parceria gerou um conjunto de informações sobre sustentabilidade, eco-design, meio ambiente, tecnologias construtivas, marcenaria, mecânica, elaboração de projetos, entre outras. Diversos alunos do curso de Design, Arquitetura e Engenharia tiveram oportunidade de construir conhecimentos junto a esta comunidade através do trabalho conjunto nas oficinas de marcenaria, costura, objetos decorativos, e papel, com a participação de crianças da creche ASMARE. Além disso, esses alunos participaram da produção da IV Edição do Festival Lixo e Cidadania, que reúne entidades e empresas de todo o Brasil para debater questões relacionadas a manejo de resíduos sólidos, emprego de materiais reciclados e reaproveitados na construção de mobiliário, objetos de decoração e ferramentas de trabalho, coo-

perativas para catadores de materiais reaproveitáveis, políticas sociais voltadas para as camadas populares, como geração de renda, educação e habitação.

O trabalho (ainda em 2005) contou, em uma de suas vertentes, com o desenvolvimento de um novo protótipo de veículo coletor de materiais recicláveis (VCS). Este trabalho é fruto da participação no concurso de Design de Caráter Social - UNISOL do Governo Federal, estando nossa equipe MALOCAR entre as oito finalistas, com o protótipo exposto no Instituto Tomie Ohtake⁴⁵.

Já em 2006, obtivemos a aceitação da Universidade FUMEC para subsidiar o projeto social, que aconteceu no período de Fevereiro a Novembro. A equipe era composta de três discentes e dois docentes da Universidade FUMEC, e uma docente voluntária de outra instituição de ensino superior. A proposta de trabalho pelo viés da extensão universitária está elucidada nos seguintes objetivos:

1. Capacitar trabalhadores da ASMARE para a construção de veículos coletores mais seguros, práticos, viáveis e de menor impacto na saúde do trabalhador;
2. Contribuir para a autonomia dos catadores de papel, no sentido de dominarem integralmente o processo de construção de seus veículos coletores, sua principal ferramenta de trabalho;
3. Ampliar os conhecimentos e a aplicabilidade de materiais reciclados, reaproveitados e de manejo sustentável (bambu) na construção de veículos coletores e demais produtos nas oficinas da ASMARE;
4. Contribuir para as atividades desenvolvidas nas oficinas de artes e ofícios da ASMARE, além das ações realizadas na creche que atende às crianças da associação;
5. Oferecer conhecimentos acadêmicos na área de design, engenharia e arquitetura, que possam facilitar esse processo (geometria, maquetaria, estruturas);
6. Enriquecer a formação dos acadêmicos com os conhecimentos trazidos pelos trabalhadores da ASMARE;
7. Sensibilizar a academia para a importância desta troca de saberes.

As experiências vividas nos dois últimos anos com os associados da ASMARE nos fazem refletir sobre a temática da metodologia de ensino. Como todo projeto de intervenção, seja ele extensionista ou propriamente de ensino aos alunos de graduação em arquitetura, design e engenharia, partimos de uma idealização de como efetivar a prática pedagógica. O cuidado para não “idealizar” no sentido de mascarar a realidade foi tomado desde o início; no entanto, era preciso partir de um marco inicial, que se pautou em nossa experiência docente da didática projetual.

⁴⁵ Instituto cultural localizado em São Paulo (<http://www.institutotomieohtake.org.br>)

Os cinco associados, trabalhadores da marcenaria, tiveram na primeira etapa do trabalho aulas de geometria e maquetaria na própria FUMEC. Eram orientados pelo professor coordenador e pelos alunos bolsistas sobre o manejo das ferramentas de desenho, como jogo de esquadros, escalímetro e compasso. Esta orientação tinha o intuito de capacitá-los para projetar com mais facilidade e autonomia. A maquete do carrinho era sempre o eixo condutor destas aulas, o que já indicava nosso cuidado com a metodologia de ensino, que não poderia abordar um objeto aleatório, distante da realidade deles.



Aula de geometria para associados da ASMARE nas dependências da FEA/ FUMEC (imagem: Flavio Negrão).

Por aproximadamente 3 meses, esta estratégia se mostrou interessante. A partir daí, o nosso “modelo escolar” precisou ser revisto. A dinâmica de trabalho e de vida desta população, imersa em constantes experiências de exclusão social, passou a ser um entrave na realização das aulas. O que poderia parecer apenas um detalhe ou um contratempo, já era algo sinalizado por duas pesquisas realizadas junto a essa população.

“Suas rotinas se estruturam geralmente a partir de demandas imediatas para a sobrevivência do grupo. É o trabalho do dia que sustenta a sopa da noite...” (ALTERTHUM, 2005, p. 37). Nesta perspectiva, a formação para o trabalho se torna elemento secundário, assim como diversas tentativas de formação que compõem o cenário da evasão escolar para o segmento dos catadores de papel e suas famílias.

Privados de padrões mínimos de vida e de meios dignos de sobrevivência, os catadores, na labuta contra a fome e a miséria, sem nenhum reconhecimento, desgastam-se em intensivas e prolongadas horas de trabalho. Essas horas inclusive são subtraídas à educação, aos cuidados com a saúde, ao lazer, ao exercício da criatividade e da cidadania. Alguns destes aspectos se explicam nas palavras de Dona Geralda: “...escola eu num cheguei a frequentar. Eu ia num dia, num outro eu num voltava mais porque eu não tinha caderno, não tinha nada, então num

ia” (FREITAS, 2005, p. 83).

Além dos contratempos, ou melhor, de uma diferença entre a real dinâmica de vida daqueles trabalhadores e de nossas expectativas quanto à frequência deles às aulas, delineamos uma análise das experiências escolares daqueles sujeitos. Detectamos que a linguagem do desenho não era algo familiar em suas vivências anteriores.

Partimos, então, para um outro processo de construção de conhecimento. Criamos uma nova estratégia de capacitação daqueles sujeitos, que buscou, antes de mais nada, estar sensível à realidade deles. O modelo escolar adotado no primeiro momento foi cedendo espaço a uma dinâmica de diálogo com o cotidiano daqueles sujeitos; não só de atenção à vida deles, mas principalmente de diálogo com o trabalho da marcenaria. Ensinar sobre projeto a alguém que já faz isso intuitivamente ou empiricamente tornou-se um desafio para nós.

O ensino da prática projetual passou a acompanhar a demanda de trabalho dentro da marcenaria da ASMARE. Os objetos de estudo, que antes estavam voltados prioritariamente para o veículo de coleta seletiva (VCS), agora abrangem outras demandas da oficina de marcenaria. Podemos citar, como exemplo, a criação e confecção de uma linha de mobiliário para escritório e sala de estar, e a idealização de uma nova bancada de triagem, que melhor atenderia aos catadores no seu ofício.

Esta sistemática de ensinar a partir de uma demanda real foi muito interessante, pois ela nos indicava o momento mais adequado para apresentar novos conhecimentos. As encomendas à marcenaria fomentavam o entrosamento entre saberes acadêmicos e conhecimentos desenvolvidos no bojo da prática profissional dos marceneiros. Ao criar o mobiliário para um escritório, os alunos da marcenaria, com o suporte do corpo docente e discente da FUMEC, tiveram a oportunidade de consultar um livro sobre ergonomia que indicava as melhores formas de se posicionar equipamentos, definia alturas mínimas e máximas, entre outras informações que pudessem agregar ainda mais qualidade ao produto que estavam a projetar.

Visando uma maior aproximação à realidade profissional dos alunos, o projeto Veículo do Saber “levou” a sala de aula para dentro da marcenaria. O desenvolvimento de uma linha de mobiliário que viesse a atender as demandas mercadológicas da oficina nos conduziu ao modelo de ensino que se efetivava concomitantemente à execução dos protótipos. O desenho do móvel, seguido da confecção de maquetes em escala reduzida, conduzia, através de um processo didático e experimental, ao modelo em escala real. A teoria se uniu à prática e facilitou a assimilação, por parte dos alunos, do conteúdo ensinado.



Linha de mobiliário desenvolvida a partir do reaproveitamento de pallet (imagem: Flávio Negrão).

Paralelamente à linha de mobiliário, continuamos a investigação de um novo modelo de veículo para coleta seletiva. O modelo construído no ano de 2005 passou por reparos visando sua primeira saída às ruas para a coleta de materiais recicláveis.

Após a primeira saída do VCS para coleta, um momento de reflexão foi necessário com o intuito de aprendermos com os erros e acertos observados durante o percurso. Volta à tona a estratégia de trabalharmos apenas com as grades do carrinho, já cogitada em momentos anteriores, e o projeto concentra suas forças em apenas um dos elementos do veículo: a grade.

Mais uma vez nos chama atenção a questão da metodologia de ensino. A experiência de avaliação e aprimoramento da grade do veículo coletor nos sinalizou a importância da troca de conhecimentos entre os sujeitos da ASMARE e os alunos da FUMEC. Compartilhar da vasta experiência desses marceneiros em consertar e construir VCSs foi um rico processo de aprendizagem para os alunos da graduação, que tinham como costume aprender entre as quatro paredes das salas de aula. Havia ali saberes que jamais seriam veiculados num quadro negro ou numa elaborada tela projetada em *data-show*. Reconhecer a importância desses saberes também é um aprendizado, uma vez que o conhecimento acadêmico ocupa, no senso comum, um lugar de mais destaque e credibilidade.

Portanto, as modificações, desde a opção por trabalhar apenas com a grade até as próprias transformações da mesma, iam de encontro aos apontamentos dos profissionais da marcenaria, da equipe de extensão da FUMEC e às necessidades dos catadores que conduziam o VCS.



Trabalho compartilhado entre aluno e catador: adequação da grade do Veículo no chassi (imagem: Flavio Negrão).

Com a intenção de democratizar o diálogo entre o veículo e seu condutor, na busca de um constante aprimoramento da grade do VCS, diversos catadores foram selecionados para testar o protótipo. A escolha contemplou, num dado momento, a família de dona Maria, uma das fundadoras da associação. Como exemplo de trabalho em equipe, Maria e seus filhos se revezavam na coleta e triagem do material “garimpado” pelas ruas da cidade. Este processo produtivo transitório possibilitou que o veículo fosse operado por condutores com percursos, biotipos e demandas diferenciadas, ampliando, assim, o leque de informações sobre a performance da grade no trabalho diário de coleta de material reciclado.

Apesar da perceptível melhoria atingida após a colocação de contraventamentos em cabo de aço, pôde ser percebido que a forma em tronco de cone ainda incomodava os condutores, principalmente quando o veículo trafegava com uma carga acima de 450 Kg. Na busca do constante aprimoramento e visando atender aos apontamentos dos catadores, diminuíram-se as angulações da grade, que passou a ter a forma de um prisma reto.

O frutífero diálogo entre todos os sujeitos que estiveram envolvidos na confecção da grade do carrinho endossou um dos fundamentais princípios deste projeto de extensão: trabalhar na perspectiva do desenvolvimento de produtos sustentáveis. Para Manzini e Vezzoli (2005, p. 187), a otimização da vida de um produto sustentável passa necessariamente pela questão da possibilidade de criação de serviços para sua manutenção, reparação e qualificação.

Ao participar da avaliação de desempenho do VCS e do consequente aprimoramento e manutenção do mesmo, o catador ingressa no ciclo de vida como elemento fundamental que garantirá o princípio da sustentabilidade do produto VCS. Ele não só mantém seu posto de serviço, como também pode garantir sua

manutenção, reparação e requalificação. Desta maneira, efetiva-se uma tendência do pensamento acadêmico contemporâneo que prega o *Life Cycle Design*⁴⁶ num setor produtivo elementar, que é o trabalho dos catadores de papel.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentre muitas questões que instigaram nossa equipe de trabalho durante o ano de 2006, a metodologia de ensino e as diversas dimensões de aprendizado que permearam o projeto foram as que mais nos motivaram a escrever o presente artigo. A “via de mão dupla” do aprendizado que se instalou entre os sujeitos do meio acadêmico e da ASMARE indica a riqueza que pode haver num trabalho acadêmico que se propõe a romper com os muros do ensino formal. A experiência de capacitar os agentes de limpeza urbana através de um projeto de extensão universitária reforça cada vez mais que as dicotomias e a hierarquia entre os saberes e os sujeitos de distintas ocupações sociais não cabem mais em nossa sociedade, que se pretende justa e equânime.

O que nos propusemos a fazer, na condição de academia, foi reduzir a distância entre sujeitos que sofrem processos de exclusão social e um direito elementar: o conhecimento.

Ao invés de negar seus saberes, buscamos sua valorização, construindo coletivamente conhecimentos que podem contribuir para a redução de algumas barreiras sociais que ainda relegam este segmento da sociedade a um segundo plano. A relação direta com os trabalhadores da ASMARE possibilita que o foco da extensão da FUMEC não seja uma arbitrária intervenção de saberes eruditos sobre populações carentes de informação e direitos. O diálogo pleno ocorrido durante o ano de 2006 aponta caminhos para conferir legitimidade à interlocução dos saberes acadêmicos e dos conhecimentos já consolidados na prática profissional dos associados da ASMARE.

REFERÊNCIAS

ALTERTHUM, Camila C. *O Encontro com crianças filhas de catadores de papel: sinalizações para uma creche e uma pesquisa com a “nossa cara”*. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte. Faculdade de Educação/ UFMG, 2005.

FREITAS, Maria Vany. *Entre Ruas, Lembranças e Palavras: a trajetória dos catadores de papel em Belo Horizonte*. Belo Horizonte: PUC Minas, 2005.

FRANÇA, Júnia Lessa. *Manual para normalização de publicações técnico-científicas*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.

NEGRÃO, Flávio et al. Veículo Coletor de Materiais Recicláveis. Concurso de Design Social do Ministério do Trabalho. Belo Horizonte: FUMEC, 2005 (5 pranchas).

MANZINI, Ezio; VEZZOLI, Carlo. *O Desenvolvimento de Produtos Sustentáveis*. São Paulo: USO, 2005.

Os textos aqui apresentados, são de inteira responsabilidade de seus autores.

⁴⁶ Este conceito se refere à tarefa que deve estar presente na criação de qualquer produto: projetar todo o seu ciclo de vida. Leva-se em consideração os materiais empregados, sua procedência, a energia empregada, os impactos de todas as emissões e refugos; enfim, significa incorporar a idéia de que o produto é sistêmico (MANZINI; VEZZOLI, 2005, p.100).

Apoio ao ProEx-Fumec



FAPEMIG

Fundação de Amparo à Pesquisa do
Estado de Minas Gerais

Realização



ISBN 85-99359-13-6



9 788599 359136